

Relatório de Gestão e Contas

2021



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2021

CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.

Índice

	Pág.
1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	05
2. BREVE APRESENTAÇÃO	07
2.1. Missão, Objetivos e Políticas da Empresa	07
2.2. Área de Influência do CHLO	09
2.3. Especialidades e valências existentes	10
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	12
3.1. Regulamento Interno	12
3.2. Organograma	12
4. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS	14
4.1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento	15
4.2. Gestão do Risco Financeiro	19
4.3. Limites de Crescimento do Endividamento	19
4.4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores e Atrasos nos Pagamentos (“Arrears”)	20
4.5. Recomendações do Accionista	20
4.6. Remunerações	21
4.7. Aplicação do disposto no Artigo 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público	23
4.8. Aplicação do disposto no nº 2 do Artigo 16º do RJSPE e do Artigo 11º do EGP	24
4.9. Elaboração e divulgação do Relatório sobre Remunerações pagas a Mulheres e Homens	24
4.10. Relatório Anual sobre Prevenção de Corrupção	25
4.11. Contratação Pública	26
4.12. Sistema Nacional de Compras Públicas	26
4.13. Medidas de Redução de Gastos Operacionais	27
4.14. Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria	28
4.15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	28
4.16. Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas (recomendações)	29

4.17. Elaboração e Divulgação do Plano para a Igualdade	29
4.18. Demonstração Não Financeira	29
4.19. Divulgação de Informação	31
6. ACTIVIDADE GLOBAL EM 2021	32
6.1. Indicadores Globais por Linha de Atividade	32
6.1.1. Internamento	35
6.1.2. Bloco Operatório	37
6.1.3. Bloco de Partos	44
6.1.4. Consulta Externa	45
6.1.5. Urgência	50
6.1.6. Hospital de Dia	52
6.1.7. GDH's Médicos de Ambulatório	53
6.1.8. Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	55
6.2. Taxa de Execução Contrato Programa 2021	56
6.3. Desempenho Económico-Financeiro	58
6.3.1. Análise Económica	58
6.3.2. Análise Financeira	71
6.3.3. Execução Orçamental	73
6.3.4. Investimento	75
6.4. Recursos Humanos	76
6.4.1. Evolução dos Recursos Humanos por Grupos Profissionais	77
6.4.2. Mobilidade de Pessoal	78
6.4.3. Absentismo	79
6.4.4. Estrutura Etária	81
6.4.5. Formação	83
6.5. Sistemas e Tecnologias de Informação	85
6.6. Investigação Clínica	85
6.7. Departamento da Qualidade	86
6.8. Comissão de Ética	88

6.9. Grupo de Coord. Local de Prevenção Controlo de Infeção e Resistências aos Antimicrobianos	89
6.10. Serviço Social	92
7. FACTOS MAIS RELEVANTES DURANTE O ANO 2021	95
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	101
10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	102
10.1. Balanço	103
10.2. Demonstração de Resultados por Natureza	105
10.3. Demonstração de Fluxos de caixa	106
10.4. Demonstração de Alterações no Património Líquido	108
11. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	109
12. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	158
13. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	164
14. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	167
15. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	169

Siglas utilizadas:

- ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde
- ACES- Agrupamento de Centros de Saúde
- ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
- CHLO – Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental
- CES – Comissão de Ética para a Saúde
- EPE – Entidade Pública Empresarial
- GDH – Grupo de Diagnóstico Homogéneos
- HSFX – Hospital de São Francisco Xavier
- HEM – Hospital Egas Moniz
- HOSA – Hospital de Sant'Ana
- HSC – Hospital de Santa Cruz
- SICA - Sistema de Informação da Contratualização e Acompanhamento
- ORL – Otorrinolaringologia
- SIGIC – Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia
- SNC-AP Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
- SNS – Serviço Nacional de Saúde
- SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde
- TAC – Tomografia Axial Computorizada
- UCI – Unidade de Cuidados Intensivos

1

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 foi uma continuação do ano anterior, no que diz respeito a todas as condicionantes da pandemia, com um primeiro trimestre absolutamente imprevisível do ponto de vista do número e gravidade dos doentes que trouxe ao hospital com SARS Cov2. Um número de doentes excepcional, carecendo de todos os níveis e cuidados, enfermaria, ambulatório, unidades de cuidados intensivos de nível II e III. Todos os serviços foram mobilizados e todas as camas de internamento ocupadas de acordo com as necessidades dos doentes.

O CHLO foi o Centro Hospitalar que mais doentes COVID tratou em Cuidados Intensivos de nível III em todo o País, nos primeiros dois anos de pandemia. Um orgulho que partilho com todos os profissionais deste Centro Hospitalar. O primeiro trimestre de 2021 foi um teste máximo a todos os processos que tínhamos programado como possíveis de mobilizar em casos extremos, e implicavam planos de contingência com adaptabilidade de estruturas, funções e plasticidade das funções dos profissionais, com formação dedicada e generalizada.

Os profissionais, e contaram todos, souberam contribuir para o êxito desta missão que é a sua, tratar doentes, em alguns casos fazer a vida acontecer, noutras acompanhar quem não resistiu. Para que fosse possível, todos os serviços clínicos e os serviços de apoio (Instalações e Equipamentos, Tecnologias e Informação, Logística, Hoteleiros, Armazéns, Limpeza, etc.) tiveram o mesmo empenho, a mesma coragem, desvelo, presença e energia, que os médicos, enfermeiros, técnicos, farmacêuticos e auxiliares e, por tudo isto, o nosso reconhecimento e a sabedoria de que só assim foi possível tratar todos os que de nós precisaram, com COVID ou sem COVID.

Porque a vida não se resumiu à pandemia, apenas esta atrapalhou a primeira e por isso a preocupação de manter tudo o necessário para aqueles que não eram COVID. Houve partos seguros, cirurgias seguras, transplantes realizados com segurança, consultas, meios complementares de diagnóstico e terapêutica, sessões de Hospitais de Dia, Urgências e Emergências, vias verdes e tratamentos. Se se conseguiu? SIM! Para todos? Os que cá chegaram, SIM! Se foi fácil? NÃO! Mas por isso o reconhecimento.

Quase um ano depois e de picos sucessivos, mas não comparáveis ao primeiro do ano, podemos concluir que aprendemos muito e investimos muito na melhoria dos hospitais. Melhoramos a estrutura com investimentos que ficaram como uma segurança para o futuro. Investimos na qualidade do ar ambiente dentro dos hospitais, foi possível iniciar obras de melhoria na conservação energética nos três hospitais (projeto com financiamento europeu), para hospitais mais verdes, investimos em equipamentos, na

transformação digital, no caminho para o Hospital sem papel, ainda longe do seu objetivo final, mas com passos seguros e definitivos.

Implantámos a cultura da Proteção de Dados, matéria complexa para dados tão sensíveis, que implicam aprendizagem e capacitação diárias para atingir mais este objetivo. Atingimos o cumprimento total do Contrato Programa contratualizado, mantivemos a Investigação Clínica, os processos de integração quer no Centro Clínico Académico de Lisboa, quer num Laboratório Colaborativo, a internacionalização da certificação de centro de referência, a consolidação das acreditações pela DGS dos serviços clínicos, com avaliações anuais e que 2021 não foi exceção.

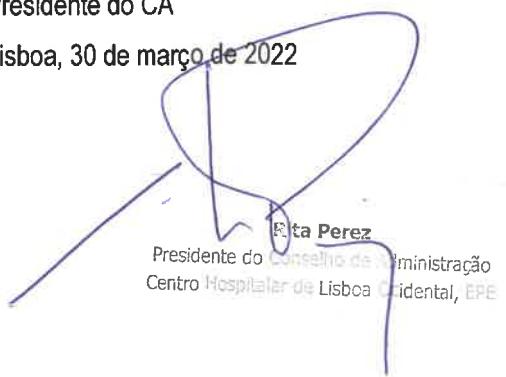
Ano de 2021, ano de grandes mudanças, grandes preocupações, mas objetivos principais atingidos, cumprimento do Contrato Programa em 99,6% em termos de produção, diferenciação do Centro Hospitalar mantida e cuidados de saúde seguros.

O nosso agradecimento a todos os que contribuíram para que o ano de 2021 ficasse na nossa memória como um ano difícil, cheio de desafios superados.

Rita Perez

Presidente do CA

Lisboa, 30 de março de 2022



Rita Perez
Presidente do Conselho de Administração
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.

2 BREVE APRESENTAÇÃO

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., é um estabelecimento público do Serviço Nacional de Saúde, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e natureza empresarial, criado pelo Decreto-lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, resultante da integração, por fusão, do Hospital de S. Francisco Xavier, SA, do Hospital de Egas Moniz, SA e do Hospital de Santa Cruz, SA.

O presente Relatório de Gestão e Contas foi elaborado em obediência a princípios de clareza e suficiência, objetividade e comparabilidade que permitam ajuizar da eficácia da gestão e da evolução da atividade da empresa.

A contabilidade do Hospital obedeceu aos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, no sector público da saúde e às regras estabelecidas no SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), conforme estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.

2.1.1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS DA EMPRESA

O CHLO tem como **missão** a prestação de cuidados de saúde a todos os cidadãos no âmbito das responsabilidades e capacidades das Unidades Hospitalares que o integram, dando execução às definições de política de saúde a nível nacional e regional, aos planos estratégicos e decisões superiormente aprovados.

Intervém de acordo com as áreas de influência e redes de referenciação, cumprindo os contratos – programa celebrados, em articulação com as instituições integradas na rede de prestação de cuidados de saúde.

O CHLO desenvolve ainda atividades complementares como as de ensino pré e pós-graduado, investigação e formação, submetendo-se à regulamentação de âmbito nacional que rege a matéria dos processos de ensino - aprendizagem no domínio da saúde.

Nestas suas atividades, o CHLO estabelece ligação e atividades partilhadas com outras instituições de Saúde e de Ensino, em ações de complementaridade e protocolos de articulação.

Os **objetivos** a prosseguir pelo CHLO são os seguintes:

- Prestação de cuidados de saúde humanizados, de qualidade e em tempo oportuno;
- Aumento da eficiência e eficácia, num quadro de equilíbrio económico e financeiro sustentável;
- Desenvolvimento de áreas de diferenciação e de referência na prestação de cuidados de saúde;
- Implementação de projetos de prestação de cuidados de saúde em ambulatório e ao domicílio, para minimizar o impacto da hospitalização;
- Promoção da investigação clínica
- Formação profissional pré e pós graduada.

No desenvolvimento de todas as suas atividades, o CHLO rege-se pelos seguintes **valores**:

- Humanização e não discriminar: respeito pela dignidade individual de cada doente;
- Promoção da saúde na comunidade;
- Atualização face aos avanços da investigação e da ciência;
- Competência técnico-profissional;
- Ética profissional;
- Promoção da multidisciplinaridade;
- Respeito pelo ambiente.

2.2. ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CHLO



O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., constitui-se como um dos grandes centros hospitalares do país, sendo hospital de primeira linha para as freguesias de Ajuda, Alcântara, Belém e Campo de Ourique do Concelho de Lisboa e para o total das freguesias do Concelho de Oeiras, num total de 238.627 habitantes (dados populacionais de 2021 (censos) - resultados provisórios).

ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CHLO

	área (ha)	habitantes
Concelho de Oeiras	4 600	171 767
Concelho de Lisboa:	1 533	66 860
Freguesia da Ajuda	288	14 313
Freguesia de Alcântara	507	13 852
Freguesia de Belém	573	16 549
Freguesia de Campo Ourique	165	22 146
Total linha directa	6 133	238 627
Concelho da Amadora	2 379	171 500
Concelho de Cascais	9 740	214 158
Concelho de Sintra	31 923	385 654
Total cuidados diferenciados	50 175	1 009 939

Abrange, ainda, outras prestações de cuidados de saúde diferenciados, tais como:

- Saúde Mental (Psiquiatria da Infância e Adolescência), para o concelho de Cascais;
- Cardiologia e Nefrologia, enquanto última linha de referenciação, não só para as Unidades C e D da Sub-Região de Lisboa, onde se insere, mas também de âmbito nacional;
- Infecciología, âmbito nacional;
- Neurocirurgia, enquanto referência directa para o hospital de Cascais e para o Hospital Dr. Fernando da Fonseca (Amadora – Sintra);
- Urgência Geral, enquanto referência directa para as freguesias de Alfragide, Encosta do Sol e Falagueira- Venda Nova do Concelho da Amadora, num total de 64.747 habitantes

2.3. ESPECIALIDADES E VALÊNCIAS EXISTENTES

A lotação no Internamento em 2021, não considerando as camas de Berçário (28 berços), foi de 723 camas (721 camas em 2019). Nesta lotação estão ainda incluídas 10 camas por protocolo estabelecido com o Hospital de Sant'Ana (HOSA).

As camas acima referidas encontram-se distribuídas pelas seguintes valências/ especialidades:

Especialidades	2020	2021	Especialidades	2020	2021
Cardiologia	32	32	Oftalmologia	2	2
Cardiologia Pediátrica	8	8	Unidade Oncológica	3	3
Cirurgia Cardiotórácica	28	28	Ortopedia	28	44
Cirurgia Geral	88	88	Otorrinolaringologia	11	11
Cirurgia Vascular	8	15	Pediatria	14	17
Cirurgia Plástica	21	20	Pneumologia	18	16
Endocrinologia e Nutrição	4	4	Reumatologia	3	3
Gastroenterologia	11	11	Urologia	8	14
Ginecologia/Obstetricia	56	56	Ucinte Apoios	0	2
Hematologia	4	4	ICD (Internamento curta duração)	10	0
Infecciología	42	18	U.C.I.C	8	8
Medicina Interna	148	145	U.C.I.P	34	29
Nefrologia	29	30	Unid. Cuid. Intens. Cardiotoracicos	12	13
Neurocirurgia	25	28	Unid. Cuid. Intens. Neonatais	14	14
Neurotraumatologia	11	19	Psiquiatria (Agudos)	25	25
Neurologia	16	16			
TOTAL 2021			723		
TOTAL 2020			721		

A unidade de Oncologia do CHLO mantém ainda a responsabilidade técnica da Oncologia médica do HPP Cascais.

Além dos Serviços de Internamento acima referidos, o Centro Hospitalar dispõe também dos seguintes Serviços:

- *Dermatologia*
- *Estomatologia*
- *Saúde Ocupacional*
- *Anestesiologia*
- *Anatomia Patológica*
- *Imuno-Hemoterapia*
- *Medicina Física e de Reabilitação*
- *Medicina Nuclear*
- *Patologia Clínica*
- *Imagiologia*

De referir também a assistência domiciliada (médica e de enfermagem) prestada em Hospitalização domiciliária.

Os Serviços de Urgência do Centro Hospitalar abrangem:

- *Urgência Geral*
- *Urgência Obstétrica*
- *Urgência Pediátrica*
- *Urgência de Oftalmologia*

De acordo com o plano em curso de metropolização das Urgências da área de Lisboa, a Urgência Pediátrica funciona diariamente até às 22 horas, a Urgência de Oftalmologia funciona até às 17 horas (encerra aos fins de semana e feriados). As restantes Urgências funcionam de forma ininterrupta ao longo de todo o ano.

O CHLO é ainda reconhecido como Centro de Referência Nacional para as seguintes áreas:

Cardiologia de Intervenção estrutural, Cardiopatias congénitas (em colaboração interinstitucional com o Centro Hospitalar de Lisboa Norte EPE e Hospital Cruz Vermelha Portuguesa), Epilepsia Refratária (em colaboração interinstitucional com o Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE), Oncologia de Adultos – cancro do reto, Transplante de coração- adultos, Transplante de rim -adultos, Implantes cocleares e Neurorradiologia de intervenção na doença cerebrovascular (em colaboração interinstitucional com o Hospital Garcia Horta,EPE).

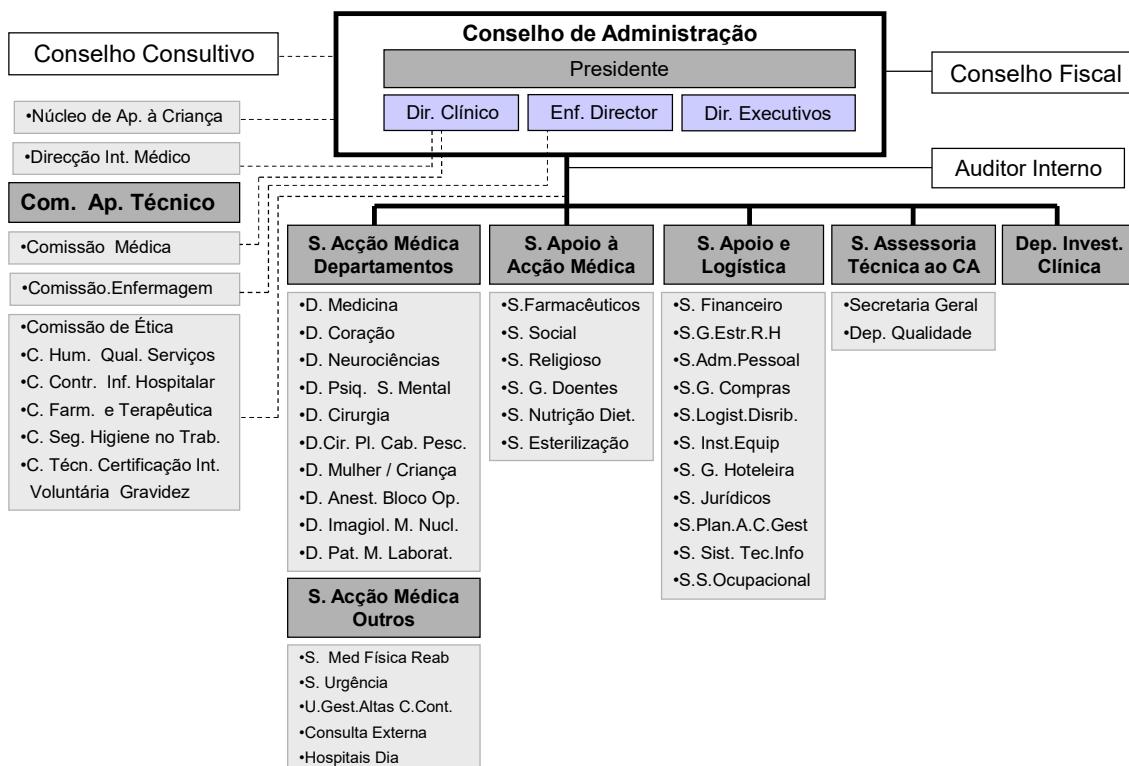
3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1. REGULAMENTO INTERNO

O Regulamento Interno do CHLO, E.P.E., foi homologado por Sua Ex^a o Secretário de Estado da Saúde, em 27 de junho de 2006, com a adaptação homologada por sua Ex^a o Sr. Ministro da Saúde, em 04 de março de 2016.

3.2. ORGANOGRAMA

A estrutura organizacional é a que resulta do Regulamento Interno do CHLO, de acordo com o previsto no art.^º 22º do Decreto - Lei n.^º 233/2005 de 29 de dezembro.



O CHLO adotou um modelo de gestão participada que comprehende os níveis de gestão estratégica, intermédia e operacional e que assenta na contractualização interna de objetivos e meios, competindo ao Conselho de Administração (CA), ao nível estratégico, estabelecer objetivos da instituição, controlar e assegurar a sua execução e definir as estratégias e políticas de gestão internas.

Cada um dos hospitais do CHLO tem um Diretor Executivo (Vogal do CA), um Diretor Médico (na dependência hierárquica da Direção Clínica) e um Enfermeiro Diretor (na dependência hierárquica da Direção de Enfermagem).



Ao nível de cada Departamento, as responsabilidades de gestão englobam, a coordenação e articulação das atividades e recursos dos Serviços e Unidades Funcionais que o integram.

Ao nível da gestão operacional, compete aos Serviços e Unidades Funcionais, a prestação direta de cuidados de saúde e as atividades de suporte necessárias, de acordo com objetivos e metas integradas em planos de atividade aprovados pelo CA.

4

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações Legais -2021	Cumprimento	Quantificação/identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/A.		
Objectivos de Gestão			
Objetivo 1: Produção do Contrato Programa	S	100%	Ponto 4.1.1
Índice de Desempenho Global	S	103,2%	Ponto 4.1.1
LEC (CTH) e TMRG		CTH: 91% - TMRG: 121%	Ponto 4.1.1
LIC >12 meses e TMRG	S	LIC>12 meses: var hom. Melhoria de 4.6pp - TMRG: 104%	Ponto 4.1.1
Aumentar o peso da cirurgia eletiva e de ambulatório	S	105%	Ponto 4.1.1
% de Proveitos Operacionais extra Contrato Programa no total dos proveitos Operacionais	S	140%	Ponto 4.1.1
Metas a atingir constantes no PAO 2021			
Investimento	S		Ponto 4.1.2
Nível de endividamento	N.A		Ponto 4.1.2
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N	84%	Ponto 4.1.3
Gestão do Risco Financeiro	N.A	Taxa média de financiamento	Ponto 4.2
Limites de Crescimento do Endividamento	N.A	Var. Endividamento	Ponto 4.3
Evolução do PMP a fornecedores	S	39 dias	Ponto 4.4
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")		Total de "Arrears" em 31 de dezembro: 13.359.435 euros	Ponto 4.4
Recomendações do acionista na última aprovação de contas	N.A		Ponto 4.5
Reservas emitidas na última CLC	N.A		Ponto 4.5
Remunerações/honorários			
Não atribuição de prémios de gestão	S		Ponto 4.6.1.1
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	N.A		Ponto 4.6.1.1
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	N.A		Ponto 4.6.1.2/Ponto 4.6.1.3
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2021 (se aplicável)	N.A		
EGP - artigo 32º e 33º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		Ponto 4.7
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Ponto 4.7
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		Ponto 4.7
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		Ponto 4.7
Despesas não documentadas ou confidenciais n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11º do EGP			Ponto 4.7
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Ponto 4.8
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	N		Ponto 4.9
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	https://www.chlo.min-saude.pt/images/documents/informacao_estado/PlanoG	Ponto 4.10
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		Ponto 4.11
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A		Ponto 4.11
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	21 contratos no valor de 36.126.250,52 euros (iva incluído)	Ponto 4.11
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S		Ponto 4.12
Gastos Operacionais das Empresas Públicas			Ponto 4.13
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49º do DLEO 2019)	S		Ponto 4.14
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do DL 133/2013)	N		Ponto 4.15
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	N	% disponibilidades e aplicações no IGCP em 31 de dezembro	
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	indicar saldo em 31 de dezembro	Justificar se não ocorrer a centralização de fundos
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	Montante auferido: 9,71 euros Data de entrega: 18/01/2021	
Auditórios do Tribunal de Contas			Ponto 4.16
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S		Ponto 4.17
Apresentação da demonstração não financeira	S		Ponto 4.18

4.1. OBJETIVOS DE GESTÃO E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

4.1.1. OBJECTIVOS DE GESTÃO

Objetivo 1: Cumprimento da Produção do Contrato Programa

O CHLO contratualiza anualmente com a Tutela (ACSS e ARSLVT) o Contrato Programa, onde, através do Acordo Modificativo ao Contrato Programa define as orientações e objetivos de gestão no âmbito da prestação de cuidados de saúde, em termos de quantidades de produção contratada, a respetiva remuneração e os custos inerentes à realização dessa atividade.

No que se refere à quantidade de produção contratada, os objetivos de produção e respetiva taxa de execução foram as seguintes:

Linha de Actividade Assistencial	Real 2021	Contrato Programa 2021	Taxa de execução
Consulta Externa	446 887	411 645	108,6%
Internamento	21 162	21 020	100,7%
GDH de Ambulatório	20 401	16 894	120,8%
Urgência	107 647	116 544	92,4%
Hospital de Dia	20 259	18 603	108,9%
Programas de Gestão da doença crónica	3 741	3 198	117,0%
Programa de Tratamento Cirúrgico da Obesidade (PTCO)	101	160	63,1%
Saúde sexual e reprodutiva	334	374	89,3%
Colocação de Implantes Codeares	70	54	129,6%
Serviços Domiciliários	381	566	67,3%
Outros (Medicamentos,SAPA,PIIC,Internos)	9 442 715	9 430 599	100,1%

Objetivo 2: Cumprimento do Índice de Desempenho Global

O Acordo Modificativo contempla também o Índice de Desempenho Global definindo objetivos de qualidade, desempenho assistencial e eficiência económico-financeira. Estes objetivos estão associados a incentivos institucionais atribuídos em função do seu grau de cumprimento.

As metas contratualizadas e a sua realização encontram-se no quadro seguinte:

Objectivos	Peso Relativo Indicador (%)	2021			2021		
		Meta	Real	Grau de Cumprimento (%)	Grau de Cumprimento Ajustado (%)	Índice de Desempenho	
Objectivos Nacionais	100						
Acesso	60					67,3	
Percentagem de pedidos em Lista de Espera para Consulta (LEC) dentro do TMRG	10	45	61,3	136,2	120,0	12,0	
Percentagem de consultas realizadas dentro dos tempos máximos de resposta garantidos (TMRG)	10	65	78,4	120,6	120,0	12,0	
Percentagem de utentes em Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC) dentro do TMRG	10	50	57,7	115,4	115,4	11,5	
Percentagem de doentes operados dentro do TMRG	10	73	75,6	103,6	103,6	10,4	
Percentagem de episódios de urgência atendidos dentro do tempo de espera previsto no protocolo de triagem	10	78	81,4	104,4	104,4	10,4	
Percentagem de doentes referenciados para a RNCCI, avaliados/confirmados pela EGA em tempo adequado (até 2 dias úteis) após a referenciado, no total de doentes referenciados para a RNCCI	10	74	81,3	109,9	109,9	11,0	
Desempenho Assistencial	20					21,4	
Percentagem de reinternamentos em 30 dias, na mesma Grande Categoria de Diagnóstico	3	3,9	2,96	124,1	120,0	3,6	
Percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório (GDH), para procedimentos tendencialmente ambulatorizáveis	3	25	23,1	92,4	92,4	2,8	
Percentagem de cirurgias da anca efectuadas nas primeiras 48 horas	3	25	30,9	123,6	120,0	3,6	
Índice de Mortalidade Ajustada	4	1,2000	1,1045	108,0	108,0	4,3	
Índice de Demora Média Ajustada	4	1,1200	1,1053	101,3	101,3	4,1	
Demora média antes da cirurgia	3	1,43	1,4	99,3	99,3	3,0	
Desempenho económico-financeiro	20					14,5	
Gastos operacionais por doente padrão	5	Valor do melhor do grupo	4 858,89				
Doente padrão por Médico ETC	5	69,7	61,8	88,7	88,7	4,4	
Doente padrão por Enfermeiro ETC	5	37	40,4	109,2	109,2	5,5	
Percentagem de Gastos com Trabalho Extraordinário, Suplementos e FSE(Selecionados), no Total de Gastos com Pessoal	5	15,4	16,7	91,6	91,6	4,6	
Índice de Desempenho Global						103,2	
Valor Incentivos Contratados (€)						11 727 084,6	
Valor Incentivos Realizados (€)						12 102 351,3	

De referir que o indicador Gastos operacionais por doente padrão ainda não está disponível a meta “valor do melhor do grupo”. Com efeito, o Índice de Desempenho Global deverá atingir valores superiores aos 103,2% obtidos no mapa acima.

Objetivo 3: Aumentar a atividade de 1ª consultas referenciadas pelos cuidados de saúde primários de forma a resolver a Lista de Espera para Consulta (LEC) com mais de 9 meses e aumentar a percentagem de consultas realizadas dentro dos TMRG

Em 2021 o número de consultas provenientes dos Cuidados de Saúde Primários via CTH foi de 29.193 tendo registado uma diminuição de 1,6% face a 2020 e de 9% em relação ao previsto para 2021 (32.079). No entanto, em relação ao indicador “% de consultas realizadas dentro dos tempos máximos de resposta garantidos (TMRG)”, o valor registado para 2021 foi de 78,4% apresentando uma melhoria de 27,6 p.p. face ao registado em 2020 (50,8%). Em relação à meta estabelecida para o ano de 2021 (65%), também se registou uma evolução favorável de 13,4 p.p.

Objetivo 4: Aumentar a atividade cirúrgica de forma a resolver a Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC) com mais de 1 ano e aumentar a percentagem de cirurgias realizadas dentro dos TMRG.

Do total de 8.102 doentes em LIC, 21,9% encontram-se com tempo de espera superior a 12 meses. Verifica-se um desvio favorável de 4,6 p.p em relação a 2020 (26,5%), resultado da apostila e promoção de resolução das listas de espera das especialidades com maior lista de doentes com tempo de espera superior a um ano. No que diz respeito à Percentagem de doentes operados dentro do TMRG, em 2021 o CHLO registou 75,6%, apresentando um desvio favorável de 2,6 p.p em relação à meta estabelecida (73,0%).

Objetivo 5: Aumentar o peso da cirurgia eletiva e de ambulatório

A Cirurgia de Ambulatório, registou um acréscimo de 34,9% doentes intervencionados, passando de 7.229 em 2020 para 9.752 em 2021. A Cirurgia Convencional também apresentou um acréscimo de 9,5%, passando de 4.768 em 2020 para 5.220 doentes intervencionados em 2021.

A percentagem de cirurgias programadas no total de cirurgias atingiu cerca de 85,0% apresentando uma melhoria de 3,5 pp em relação ao período homólogo (81,5%) e um desvio favorável de 4,3 pp em relação ao previsto para 2021 (80,7%).

Objetivo 6: Percentagem de Proveitos Operacionais extra Contrato Programa no total dos proveitos Operacionais

O montante de proveitos operacionais extra Contrato Programa ascendeu a 14,8 milhões de euros, superando em cerca de 40% a meta estabelecida (10,6 milhões de euros).

4.1.2. METAS A ATINGIR CONSTANTES NO PAO 2021

• **INVESTIMENTO**

Dos investimentos previstos na ordem de 31,6 milhões de euros, foram realizados 15,8 milhões de euros entre vários projetos, nomeadamente os que estão descriminados na tabela abaixo. No entanto, de referir que foram realizados os investimentos considerados emergentes no sentido da salvaguarda da qualidade e segurança dos cuidados de saúde prestados.

Investimento/Projeto	PAO 2021	Executado 2021	Desvio	Observações
Eficiência Energética no Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental EPE - Hospital de São Francisco Xavier	4 240 301,96 €	683 389,82 €	3 556 912,14 €	Atrasado devido ao COVID 19
Eficiência Energética no Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental EPE - Hospital de Egas Moniz	3 271 541,10 €	928 154,40 €	2 343 386,70 €	Atrasado devido ao COVID 19
Eficiência Energética no Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental EPE - Hospital de Santa Cruz	2 278 011,73 €	1 349 921,51 €	928 090,22 €	Atrasado devido ao COVID 19
Remodelação do Edifício para UDIP HEM	1 680 174,50 €	1 681 027,86 €	-85,36 €	Desvio imaterial
Remodelação do piso 6 HEM	0,00 €	210 154,40 €	-210 154,40 €	Acompanhamento e monitorização mensal por parte da Tutela. Urgência Imperiosa. Manutenção da actividade assistencial com qualidade e segurança
Beneficiação da UCA HEM	1 174 005,54 €	828 736,37 €	345 269,17 €	Atrasado devido ao COVID 19
Cobertura de arruamentos contra intempéries HEM	183 885,00 €	0,00 €	183 885,00 €	Atrasado devido ao COVID 19
Novo edifício HSC	485 000,00 €	0,00 €	485 000,00 €	Em análise no MF
Beneficiação Blocos Operatórios HSFX	2 860 440,57 €	0,00 €	2 860 440,57 €	Atrasado devido ao COVID 19
Beneficiação Blocos Operatórios HEM	2 263 353,93 €	0,00 €	2 263 353,93 €	Atrasado devido ao COVID 19
Beneficiação Blocos Operatórios HSC	1 174 107,79 €	0,00 €	1 174 107,79 €	Atrasado devido ao COVID 19
HSFX - Segurança, saídas de emergência, deteção de Incêndios	72 365,18 €	0,00 €	72 365,18 €	Atrasado devido ao COVID 19
HEM - Segurança, saídas de emergência, deteção de Incêndios	150 327,42 €	1 475,10 €	148 852,32 €	Atrasado devido ao COVID 19
HSC - Segurança, saídas de emergência, deteção de Incêndios	477 776,15 €	6 036,84 €	471 739,31 €	Atrasado devido ao COVID 19
Beneficiação de instalações HSFX - Construção Civil	292 740,00 €	124 941,62 €	167 798,38 €	Ainda em curso
Beneficiação de instalações HSFX - Rede Águas	61 500,00 €	0,00 €	61 500,00 €	Atrasado devido ao COVID 19
Beneficiação de instalações HSFX - Rede Eléctrica	1 061 908,13 €	9 442,52 €	1 052 465,61 €	Adiado
Beneficiação de instalações HEM - Construção Civil e Alumínios	100 000,00 €	291 886,83 €	-191 886,83 €	Resposta assistencial COVID19
Beneficiação de instalações HEM - Rede Águas	75 000,00 €	0,00 €	75 000,00 €	Atrasado devido ao COVID 19
Beneficiação de instalações HEM - Rede Eléctrica	61 500,00 €	115 133,20 €	-53 633,20 €	Resposta assistencial COVID19
Beneficiação de instalações HEM - Climatização	61 500,00 €	166 965,13 €	-105 465,13 €	Resposta assistencial COVID19
Beneficiação de instalações HSC - Construção Civil e Alumínios	110 700,00 €	222 669,51 €	-112 269,51 €	Resposta assistencial COVID19
Beneficiação de instalações HSC - rede Eléctrica	61 500,00 €	99 881,46 €	-38 381,46 €	Resposta assistencial COVID19
Construção saída de sujos da UCI HSC	0,00 €	97 725,35 €	-97 725,35 €	Acompanhamento e monitorização mensal por parte da Tutela. Urgência Imperiosa. Manutenção da actividade assistencial com qualidade e segurança
Remodelação instalações AVAC HSFX	300 000,00 €	61 601,04 €	238 398,96 €	Adiado
Remodelação Dermatologia HEM	717 090,00 €	0,00 €	717 090,00 €	Atrasado devido ao COVID 19
Adaptação do Serviço de Estomatologia HEM	244 662,02 €	198 911,52 €	45 750,50 €	Finalizado com poupança
Adaptação do ambulatório de ORL HEM	0,00 €	179 730,73 €	-179 730,73 €	Acompanhamento e monitorização mensal por parte da Tutela. Urgência Imperiosa. Manutenção da actividade assistencial com qualidade e segurança
Remodelação UCINT CCT HSC	372 561,53 €	297 278,76 €	75 282,77 €	Finalizado com poupança
Remodelação UCI CCT HSC	682 650,00 €	0,00 €	682 650,00 €	Atrasado devido ao COVID 19
Remodelação instalações Serviços de Informática HEM	114 145,64 €	0,00 €	114 145,64 €	Atrasado devido ao COVID 19
Remodelação instalações psiquiátria na urg. geral HSFX	207 978,35 €	0,00 €	207 978,35 €	Atrasado devido ao COVID 19
Expansão serviço de imageria HSFX	676 500,00 €	0,00 €	676 500,00 €	Atrasado devido ao COVID 19
Remodelação piso 4 C. Ext. HEM	0,00 €	58 342,98 €	-58 342,98 €	Acompanhamento e monitorização mensal por parte da Tutela. Urgência Imperiosa. Manutenção da actividade assistencial com qualidade e segurança
Remodelação da Medicina IA - Piso 2 do HEM	950 000,00 €	2 151,76 €	947 848,24 €	Finalizado com poupança
Beneficiação do exterior da capela do HEM	104 058,00 €	0,00 €	104 058,00 €	Atrasado devido ao COVID 19
Adaptação do Bar Exterior e passadiço de ligação para Urgência HSFX	481 065,21 €	0,00 €	481 065,21 €	Atrasado devido ao COVID 19
Ampliação do edifício B.1 no HEM	492 000,00 €	0,00 €	492 000,00 €	Atrasado devido ao COVID 19
Beneficiação de instalações HSFX - Climatização	0,00 €	122 286,90 €	-122 286,90 €	Acompanhamento e monitorização mensal por parte da Tutela. Urgência Imperiosa. Manutenção da actividade assistencial com qualidade e segurança
Beneficiação de instalações HSC - Climatização	0,00 €	149 934,68 €	-149 934,68 €	Acompanhamento e monitorização mensal por parte da Tutela. Urgência Imperiosa. Manutenção da actividade assistencial com qualidade e segurança
Beneficiação de instalações HSC - Rede Águas	0,00 €	2 533,80 €	-2 533,80 €	Acompanhamento e monitorização mensal por parte da Tutela. Urgência Imperiosa. Manutenção da actividade assistencial com qualidade e segurança
Upgrade sistema Pixis	0,00 €	154 980,00 €	-154 980,00 €	Acompanhamento e monitorização mensal por parte da Tutela. Urgência Imperiosa. Manutenção da actividade assistencial com qualidade e segurança
TAC 128 cortes HSFX	0,00 €	646 416,50 €	-646 416,50 €	Operacionalização do Artº 274º da Lei do Orçamento de Estado de 2021 (LOE2021) - EMP.
Sala de RX digital - Radiologia HEM	159 900,00 €	196 535,55 €	-36 635,55 €	Resposta assistencial COVID19
RX portátil	123 400,00 €	44 280,00 €	79 120,00 €	Finalizado com poupança
Câmera Gama	0,00 €	430 500,00 €	-430 500,00 €	Operacionalização do Artº 274º da Lei do Orçamento de Estado de 2021 (LOE2021) - EMP.
Sala Hibrida HSC	553 500,00 €	0,00 €	553 500,00 €	Atrasado devido ao COVID 19
Ecógrafos	70 000,00 €	326 901,00 €	-256 901,00 €	Resposta assistencial COVID19
Estação de serviço de imagem BOC HSC	0,00 €	18 450,00 €	-18 450,00 €	Acompanhamento e monitorização mensal por parte da Tutela. Urgência Imperiosa. Manutenção da actividade assistencial com qualidade e segurança
Ventiladores	95 000,00 €	217 359,02 €	-122 359,02 €	Resposta assistencial COVID19
Centrais de monitorização e monitores	431 176,50 €	820 720,19 €	-389 543,69 €	Resposta assistencial COVID19
Equipamentos gastroenterologia	0,00 €	46 740,00 €	-46 740,00 €	Acompanhamento e monitorização mensal por parte da Tutela. Urgência Imperiosa. Manutenção da actividade assistencial com qualidade e segurança
Desfibrilhadores	0,00 €	93 274,50 €	-93 274,50 €	Acompanhamento e monitorização mensal por parte da Tutela. Urgência Imperiosa. Manutenção da actividade assistencial com qualidade e segurança
Plestimógrafo Apoios Cardiologia	61 500,00 €	0,00 €	61 500,00 €	Atrasado devido ao COVID 19
Equipamento CEC	0,00 €	169 900,00 €	-169 900,00 €	Acompanhamento e monitorização mensal por parte da Tutela. Urgência Imperiosa. Manutenção da actividade assistencial com qualidade e segurança
Marquesa Operatória Fixa BOC HEM	258 300,00 €	0,00 €	258 300,00 €	Atrasado devido ao COVID 19
Microscópio cirúrgico Bloco Oftalmologia	0,00 €	172 200,00 €	-172 200,00 €	Acompanhamento e monitorização mensal por parte da Tutela. Urgência Imperiosa. Manutenção da actividade assistencial com qualidade e segurança
Nova Sala citotóxicos hospital de dia oncologia	495 075,00 €	0,00 €	495 075,00 €	Atrasado devido ao COVID 19
Equipamento para navegação em ORL para Bloco	0,00 €	49 200,00 €	-49 200,00 €	Acompanhamento e monitorização mensal por parte da Tutela. Urgência Imperiosa. Manutenção da actividade assistencial com qualidade e segurança
Laser para MFR	0,00 €	20 842,97 €	-20 842,97 €	Acompanhamento e monitorização mensal por parte da Tutela. Urgência Imperiosa. Manutenção da actividade assistencial com qualidade e segurança
Serra de extremos	0,00 €	13 247,16 €	-13 247,16 €	Acompanhamento e monitorização mensal por parte da Tutela. Urgência Imperiosa. Manutenção da actividade assistencial com qualidade e segurança
Seringas e bombas infusoras	44 267,00 €	80 129,00 €	-35 862,00 €	Resposta assistencial COVID19
Incubadora Cardiologia Pediátrica	344 400,00 €	0,00 €	344 400,00 €	Atrasado devido ao COVID 19
Equipamentos Diversos	839 970,00 €	0,00 €	839 970,00 €	Atrasado devido ao COVID 19
Outros Equipamentos Diversos COVID	0,00 €	450 000,00 €	-450 000,00 €	Acompanhamento e monitorização mensal por parte da Tutela. Urgência Imperiosa. Manutenção da actividade assistencial com qualidade e segurança
Software	141 450,00 €	0,00 €	141 450,00 €	Atrasado devido ao COVID 19
Serviços	71 600,00 €	0,00 €	71 600,00 €	Atrasado devido ao COVID 19
Hardware	338 300,00 €	0,00 €	338 300,00 €	Atrasado devido ao COVID 19
Equipamentos gastroenterologia	0,00 €	252 579,38 €	-252 579,38 €	Operacionalização do Artº 275º da Lei do Orçamento de Estado de 2021 (LOE2021) - EMP.

- **NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO**

No que respeita à capacidade do CHLO para liquidar o seu passivo antigo, o Conselho de Administração e a tutela continuam a equacionar diferentes cenários económicos possíveis e mais adequados, para promover a sua redução e consequente sustentabilidade, para as quais já contribuiu significativamente o recebimento de 72,4 milhões de euros durante o ano 2021.

4.1.3. GRAU DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO (SIGO/SOE)

SIGO/SOE	Grau de execução	Nota Justificativa
Orçamento da Receita	84%	Receita abaixo do Esperado
Orçamento da Despesa	84%	Como consequencia da não execução da receita

4.2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

DESCRIPÇÃO DA EVOLUÇÃO DA TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO

Não aplicável em 2021.

Anos	2021	2020	2019	2018	2017
Encargos Financeiros (€)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxa Média de Financiamento (%)	0%	0%	0%	0%	0%

4.3. LIMITES DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

Não Aplicável em 2021.

Variação do Endividamento (execução)	2021	2020
	Valores (€)	
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)		
Capital Social/Capital Estatutário		
Novos Investimentos no ano t (com expressão material)		-
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO		

4.4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES E ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”)

Os pagamentos em atraso no montante de 13,3 milhões de euros registam uma diminuição, face ao ano anterior, no montante aproximado a 10 milhões de euros. Esta diminuição foi consequência da acréscimo das verbas extraordinárias da ACSS

O CHLO cumpre a obrigação trimestral de divulgação no sítio da internet da lista das dívidas superiores a 30 dias.

4.4.1. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES NOS TERMOS DA RCM 34/2008 COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO DESPACHO 9870/2009

PMP	2021	2020	Variação 21/20	
			Valor	%
Prazo (dias)	167	206	-39	-18,9%

Verificou-se um acréscimo de 39 dias. O Prazo Médio de Pagamentos passou de 206 dias em 2020 para 167 dias em 2021, consequência da diminuição da dívida através das verbas mencionadas no ponto anterior.

4.4.2. MAPA DA POSIÇÃO A 31/12/2021 DOS PAGAMENTOS EM ATRASO, NOS TERMOS DO DL 65-A/2011, DE 17/MAIO

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1º DL 65-A/2011 (€)				
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	29 700 039,59	4 320 496,68	1 978 976,68	1 693 415,85	5 352 364,95	
Aq. de Capital	159 314,67	13 029,50	-	-	-	66,30
Total	29 859 354,26	4 333 526,18	1 978 976,68	1 693 415,85	5 352 431,25	

4.5. RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA

Aguarda-se a aprovação do Relatório de Gestão e Contas de 2020.

Na sequência do Despacho n.º 12171/2021 de 6 de dezembro de 2021, emanado dos gabinetes do SET e SES foi nomeado ROC para os exercícios de 2021 a 2023 a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Grant Thornton & Associados,SROC, L.da, representada pelo ROC Dr. Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes. O Despacho acima referido ainda contempla esta Sociedade ROC para a prestação do serviço de

revisão e certificação legal de contas do exercício de 2017, 2018, 2019 e 2020. Encontram-se em curso os trabalhos de revisão e certificação legal de contas.

4.6. REMUNERAÇÕES

4.6.1. ÓRGÃOS SOCIAIS

4.6.1.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- ♦ Não foram atribuídos prémios de Gestão;
- ♦ Foram aplicadas as orientações relativas às remunerações vigentes em 2021.

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos (2)				Indicação do número total de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data da autorização e Forma	
2020-2022	Presidente	Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	Despacho n.º 8736/2020 Finanças e Saúde	11/09/2020		CHLO	O		2
	Vogal Executivo	Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira				CHLO	D		4
	Vogal Executivo	Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre				CHLO	D		1
	Vogal Executivo	Dr.José Manuel Fernandes Correia				CHLO	O		2
	Vogal Executivo	Enf.ª Maria de Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos				CHLO	D		1

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem ou opção pela média dos últimos 3 anos - prevista nos n.ºs 8 e 9 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Membro do CA	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	N	B	5 255,73	1 663,60
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	S	B	3 903,14	1 556,59
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre	S	B	3 903,14	1 556,59
Dr.José Manuel Fernandes Correia	N	B	4 545,50	1 330,88
Enf.ª Maria de Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos	S	B	3 903,14	1 556,59

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	93 543,42		93 543,42		93 543,42
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	73 323,04		73 323,04		73 323,04
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre	73 323,04		73 323,04		73 323,04
Dr.José Manuel Fernandes Correia	83 799,77		83 799,77		83 799,77
Enf.ª Maria de Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos	73 323,04		73 323,04		73 323,04
			397 312,31		397 312,31

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	4,77	1 120,95	ADSE/CGA	13 249,12				
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	4,77	1 159,11	Seg Social	8 305,22				
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre	4,77	1 001,70	ADSE/CGA	9 755,39				
Dr.José Manuel Fernandes Correia	4,77	1 016,01	ADSE/CGA	11 929,74				
Enf.ª Maria de Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos	4,77	1 087,56	ADSE/CGA	9 107,39				
		5 385,33		52 346,86	0	0		0

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída (S/N)	Celebração do contrato (S/N)	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termino	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (N.)
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	S	S		Leasing Financeiro	2006	2010			
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	S	S		Leasing Financeiro	2006	2010			
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre	N								
Dr.José Manuel Fernandes Correia	S	S		Aquisição	2003				
Enf.ª Maria de Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos	N								

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)						Gasto total com viagens (Σ)	
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras				
				Identificar	Valor			
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva								
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira								
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre								
Dr.José Manuel Fernandes Correia								
Enf.ª Maria de Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos							0	

Não se verificaram gastos associados a deslocações em serviço.

4.6.1.2. CONSELHO FISCAL

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2021-2023	Presidente	Dr. Vitor Manuel Baptista de Almeida	Despacho n.º 12171/2021	16/12/2021	1 366,10	2
	Vogal Efetivo	Dra. Carla Maria Lamego Ribeiro			1 024,58	1
	Vogal Efetivo	Dra. Tânia Isabel Branco de Jesus			1 024,58	1
	Suplente	Dr. Rui Miguel Marques Neves Pinho Bandeira				

(1) Indicar AG/DUE/Despacho.

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida	19 125,40		19 125,40
Dra. Carla Maria Lamego Ribeiro	14 344,12		14 344,12
Dra. Tânia Isabel Branco de Jesus	14 344,12		14 344,12
Dr. Rui Miguel Marques Neves Pinho Bandeira			0,00
			47 813,64

4.6.1.3. ROC

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2021-2023	Roc Efetivo	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Grant Thornton & Associados, SROC, Lda	67	20161403	Despacho n.º 12171/2021	16/12/2021	04/03/2022	1	1
	Representada pelo ROC	Dr. Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes	1202	20160813					

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2021 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2021 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Grant Thornton & Associados, SROC, Lda	29 766,00		29 766,00				

4.7. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

- ♦ **Não utilização de cartões de crédito:** Nenhum elemento do Órgão de Gestão usufrui de cartões de crédito ou outro instrumento de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa.
- ♦ **Não reembolso de despesas de representação pessoal:** Nenhum elemento do Órgão de Gestão é reembolsado de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

♦ Despesas Associadas a comunicações:

Membro do CA	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	80,00	188,53	
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	80,00	161,55	
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre	80,00	182,76	
Dr.José Manuel Fernandes Correia	80,00	76,54	
Enf.ª Maria de Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos	80,00	21,38	
		630,76	

♦ Despesas combustível e portagens:

Membro do CA	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	486,43	66,46	19,60	86,06	
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	389,15	1 535,33	35,05	1 570,38	
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre				0,00	
Dr.José Manuel Fernandes Correia	389,15	1 156,84	362,60	1 519,44	
Enf.ª Maria de Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos				0,00	
				3 175,88	

4.8. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 16.º DO RJSPE E DO ARTIGO 11.º DO EGP

O CHLO não realizou despesas não documentadas ou confidencias, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP.

4.9. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS

Tendo em conta esta realidade, as políticas de RH tendem à promoção da igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres e à eliminação das discriminações, designadamente:

- ao nível do emprego e das remunerações;
- na esfera da tomada de decisão e da liderança;
- no acesso a oportunidades de formação;
- na articulação da vida profissional, pessoal e familiar;

Importa referir que na presença de um universo de trabalhadores maioritariamente feminino (75,6%) grande parte das preocupações plasmadas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro são automaticamente neutralizadas, pelo que não se considerou a conceção de um plano para igualdade. Para além de que a remuneração é exactamente igual entre os dois sexos na mesma categoria.

Todavia, o Conselho de administração do CHLO não ignora a problemática porque a preocupação não se resume tão-somente ao número de mulheres nos órgãos de gestão, mas também à não discriminação ou obstrução do exercício da função pelos pares, pelo que segue com especial cuidado a evolução da situação através de um acompanhamento regular.

4.10. RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

O CHLO, E.P.E. dispõe de um PGRCIC desde 2014, aprovado pelo CA em 30 julho de 2014, tendo a sua última revisão (2^a) sido aprovada pelo CA, em 15 de dezembro de 2021. Esta revisão consistiu no reajustamento dos riscos anteriormente considerados, bem como o acrescento de novos riscos, respetivos níveis de probabilidade de ocorrência (PO), impacto (I) (gravidade da consequência) e grau do risco (combinação da PO com I) dos serviços constantes no plano, de acordo com a FEDERATION OF EUROPEAN RISK MANAGEMENT ASSOCIATIONS (FERMA) – “A Risk Management Standard” com o objetivo de o tornar o mais abrangente/consistente, eficaz e eficiente com o objetivo de mitigar/dirimir os riscos considerados.

O PGRCIC visa essencialmente identificar as situações potenciadoras de riscos de corrupção e infrações conexas e proteção de dados pessoais (RGPD), elencar medidas preventivas e corretivas que minimizem ou eliminem se possível a probabilidade de ocorrência do risco e definir a metodologia de adoção e monitorização das medidas propostas, identificando os respetivos responsáveis.

No PGRCIC estão identificados:

- Os serviços e respetivos diretores ou responsáveis;
- Os diferentes tipos de riscos inerentes a cada serviço e respetivas áreas de atividade;
- A sua probabilidade de ocorrência, impacto e grau do risco (em termos de alta, média e baixa);
- Os mecanismos de controlo interno existentes;
- As medidas de melhoria (preventivas/corretivas) propostas para fazer face aos mesmos;
- O(s) responsável(eis) pela sua implementação.

O PGRCIC encontra-se publicado no Portal do SNS e no site do CHLO (Intranet e Internet) cujo Link de acesso é o seguinte:

https://www.chlo.min-sauda.pt/images/documents/informacao_gestao/PlanoGRCIInfConexasCHLO_2%C2%AArevisao16122021.pdf

4.11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Foram observados os procedimentos de formação de contratos legalmente tipificados, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, tendo os procedimentos internos sido revistos nesse sentido.

Destacando-se a este nível a submissão a visto prévio do Tribunal de Contas de contratos de valor igual ou superior a 750.000 euros, nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

No entanto, e em virtude da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, 13 de Março de 2020 atendendo à emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020 foram previstas normas de contingência para a epidemia SARS-CoV-2, para assegurar o tratamento da doença COVID-19 no Serviço Nacional de Saúde (SNS), através de um regime legal adequado a esta realidade excepcional, em especial no que respeita a matéria de contratação pública, regime esse que se manteve no ano de 2021.

Neste sentido, nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, ficaram isentos de fiscalização prévia não só os contratos abrangidos pelo DL n.º 10-A/2020, de 13 de março, como também outros contratos, celebrados durante o período de vigência da supracitada Lei, pelas entidades referidas pelo artigo 7.º daquele DL, prevalecendo somente o cumprimento da obrigação fixada no n.º 2 da Lei n.º 1-A/2020, dar conhecimento ao Tribunal de Contas dos contratos abrangidos pela isenção aí fixada.

4.12. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

As aquisições ao abrigo de CPAs promovidos pela central de compras da saúde (SPMS) são, regra geral, obrigatórias, não carecendo de adesão, ainda que também integrem o Sistema Nacional de Compras Públicas.

O Despacho n.º 1571-B/2016, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 21, de 1 de fevereiro de 2016, determinou a centralização da aquisição de bens e serviços específicos da área da saúde, para todos os serviços e instituições do SNS, a qual é assegurada pela SPMS.

Nestes termos, foi centralizada a aquisição dos bens e serviços constantes da Circular Informativa Conjunta n.º 2/ACSS/INFARMED/SPMS e da Circular Informativa Conjunta n.º 8/ACSS/INFARMED/SPMS.

Quanto ao mais, o CHLO é uma "entidade voluntária aderente".

4.13. MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS (PRC)

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2021 Exec.	2021 Orç.	2020 Exec.	2019 Exec.	2021/2020		2021/2019	
					Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	-58 235 506	-36 394 120	-40 081 228	-20 240 162	-18 154 279	45,3%	-37 995 344	187,7%
(1) CMVMC	105 735 492	100 500 547	97 286 654	88 259 914	8 448 838	8,7%	17 475 578	19,8%
(2) FSE	43 145 699	38 490 603	40 784 897	32 977 861	2 360 802	5,8%	10 167 838	30,8%
(3) Gastos com o pessoal	146 672 663	141 782 872	138 789 225	127 595 267	7 883 438	5,7%	19 077 396	15,0%
i. Indemnizações pagas por rescisão	18 235	9 529	13 548	16 030	4 687	34,6%	2 205	13,8%
ii. Valorizações remuneratórias					0	0	0	0
iii. Impacto da aplicação dos IRCT					0	0	0	0
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i, ii e iii	146 654 428	141 773 342	138 775 678	127 579 237	7 878 750	5,7%	19 075 191	15,0%
(5) Impactos da pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais ^{a)}	39 000 958				39 000 958		39 000 958	
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional=(1)+(2)+(3)-(5)	256 552 896	280 774 022	276 860 777	248 833 042	-20 307 881	-7,3%	7 719 855	3,1%
(7) Volume de negócios (VN)	171 086 203	179 618 772	175 351 891	190 037 153	-4 265 689	-2,4%	-18 950 951	-10,0%
Subsídios à exploração	62 917 035	61 775 518	58 367 879	31 007 424	4 549 155	7,8%	31 909 611	102,9%
Indemnizações Compensatórias					0	0	0	0
(8) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19 ^{a)}	3 040 873				3 040 873		3 040 873	
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	174 127 076	179 618 772	175 351 891	190 037 153	-1 224 815	-0,7%	-15 910 077	-8,4%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	1,5	1,6	1,6	1,3	0	-6,7%	0	12,5%
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	7 816	7 259	7 758	19 432	58	0,7%	-11 616	-59,8%
ii. Gastos com Ayudas de custo (G c/ Pessoal)	3 829	436	2 029	9 405	1 800	88,7%	-5 576	-59,3%
iii. Gastos associados à frota automóvel ^{b)}	176 732	133 105	85 730	108 682	91 002	106,2%	68 050	62,6%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii)	188 377	140 799	95 516	137 518	92 861	97,2%	50 859	37,0%
(12) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	250 343	419 072	464 735	377 388	-214 392	-46,1%	-127 045	-33,7%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	4 574	4 781	4 495	4 299	79	1,8%	275	6,4%
N.º Órgãos Sociais (OS)	6	8	7	8	-1	-14,3%	-2	-25,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	18	21	23	21	-5	-21,7%	-3	-14,3%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	4 550	4 752	4 465	4 270	85	1,9%	280	6,6%
N.º Trabalhadores/N.º CD	253	226	194	203	59	30,2%	49	24,3%
N.º de viaturas	26	21	21	21	5	23,8%	5	23,8%

a) Os impactos das medidas tomadas para fazer face à pandemia COVID-19 deverão ser devidamente justificados e discriminados (se aplicável), bem como os impactos COVID-19 nas rubricas de vendas e serviços prestados (se aplicável).

b) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis/electricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.
RH não inclui internos em mobilidade.

Custo com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas: O volume total dispendido neste agregado ascendeu a 105,7 milhões de euros registando um aumento de 8,7% face a 2020. A despesa realizada no âmbito da pandemia COVID-19 ascendeu a 23,4 milhões de euros.

Fornecimentos e Serviços Externos (FSE): Acréscimo de 5,8%, passando de 40,8 para 43,1 milhões de euros. A evolução homóloga desfavorável da despesa com recurso ao exterior é, fundamentalmente, reflexo de exigência para a prevenção e segurança nas áreas da Limpeza higiene e conforto, Lavandaria, recurso ao aluguer de equipamentos médicos e contentores para a assistência ainda necessária na conjuntura pandémica.

O impacto da despesa consequente da pandemia neste agregado ascende a 3,0 milhões de euros.

Gastos com Pessoal: Aumento de 5,7% e ascenderam a 146,7 milhões de euros. Este aumento é justificado pelas medidas já adotadas anteriormente e que se mantiveram em vigor, durante o ano 2021, em matéria de regimes excepcionais de recrutamento e fixação de profissionais de saúde no SNS. Ainda assim, governo entendeu necessário a definição de medidas adicionais de caráter extraordinário e transitório, (Decreto-Lei

nº 10-A/2021, de 2 de fevereiro) devido a continuação da situação da pandemia (COVID 19) que obrigou a tomada de outras medidas consideradas urgentes e imprescindíveis, designadamente em matéria de gestão de recursos humanos para o SNS. A despesa realizada no âmbito da pandemia COVID-19 ascendeu a 12,6 milhões de euros.

GASTOS DIRETOS COVID-19

Rubrica	2021
Produtos Farmacêuticos	17 306 066
Material de Consumo Clínico	5 533 909
Material de Consumo Hoteleiro	528 641
Fornecimentos Serviços Externo	3 044 909
Gastos Pessoal	12 587 433
Total	39 000 958

Em consequência direta da Pandemia, em relação aos rendimentos, realça-se uma perda estimada de 0,9 milhões de euros nas taxas moderadoras, 1,2 milhões de euros na prestação de serviços de saúde (outras entidades responsáveis) e cerca de 1 milhão de euros em outros rendimentos.

4.14. CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA

Foi dado cumprimento ao disposto no n.º 7 do artigo 49.º do DLEO 2019, através do envio de pedido de autorização para contratação de serviços de estudos, pareceres, projetos e consultoria, dirigido a Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde, devidamente fundamentado e demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades através de recursos próprios.

Após despacho autorizador foram contratados os serviços em causa.

4.15. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

Foi solicitado ao IGCP a dispensa deste cumprimento (UTE), tendo sido remetido ao CHLO a informação com a referência UE: SGC nº 233 de 20/12/2021 no sentido de reiterar os despachos dos anos anteriores.

Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Montepio Geral Deposito a Ordem	11 823,31	17 263,84	24 830,71	10 112,21
Montepio Geral Deposito a Prazo	47 603,89	47 603,89	47 603,89	47 603,89
Total	59 427,20	64 867,73	72 434,60	57 716,10
Juros auferidos**	9,71	9,71	9,71	9,71

IGCP	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Disponibilidades	6 362 396,62	2 960 404,99	8 803 897,39	9 873 596,76
Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6 362 396,62	2 960 404,99	8 803 897,39	9 873 596,76

4.16. AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS (RECOMENDAÇÕES)

Não foram realizadas auditorias pelo Tribunal de Contas.

4.17. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE

O Plano para a igualdade foi elaborado e encontra-se publicado no sitio da internet do CHLO.

4.18. DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA

De acordo com o n.º2 do artigo 66.º-B do CSC, a demonstração não financeira deve conter as informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo:

- a) Uma breve descrição do modelo empresarial da empresa;
- b) Uma descrição das políticas seguidas pela empresa em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devida aplicados;
- c) Os resultados dessas políticas;
- d) Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades da empresa, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa;
- e) Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica.

Esta informação consta do Relatório do Governo Societário 2021 do CHLO.

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA

Informação	Referência no Relatório do Governo Societário
Descrição do modelo empresarial da empresa	Capítulo V - A Nº 1 Capítulo V - C Nº 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8a), 8b), 8c) e 8d) Capítulo V - D Nº 1, 2, 4, 6, 7a) e 7b) Capítulo V - E Nº 1, 2, 3 e 4 Capítulo V - F Nº 1
Descrição das políticas seguidas pela empresa em relação a questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo os processos de diligência devida aplicados	Capítulo II - Nº 2 Capítulo IX - Nº 3a), 3b), 3c), 3d), 3e) e 3f)
Os resultados dessas políticas	Capítulo II - Nº 2 Capítulo IX - Nº 3a), 3b), 3c), 3d), 3e) e 3f)
Principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades da empresa, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa	Capítulo II - Nº 3 e 4 Capítulo VI - A Nº 2 e 3 Capítulo VI - B Nº 1, 2, 3, 5, 6, 7 e 8 Capítulo VI - C Nº 2 e 3
Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica	Capítulo II - Nº 3

4.19. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S		
Caracterização da Empresa	S		
Função de tutela e acionista	S		
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
- Identificação dos órgãos sociais	S		
- Estatuto Remuneratório Fixado	S		
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S		
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S		
Esforço Financeiro Público	S		
Ficha Síntese	S		
Informação Financeira histórica e atual	S		
Princípios de Bom Governo			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S		
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S		
- Outras transações	S		
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	S		
Social	S		
Ambiental	S		
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S		
- Código de ética	S		

Legenda:

S- Sim

N- Não

N.A- não Aplicável

6 ACTIVIDADE GLOBAL EM 2021

6.1. INDICADORES GLOBAIS POR LINHA DE ATIVIDADE

O início do ano de 2021 ficou marcado pelo agravamento da situação epidemiológica da infecção por SARS-CoV-2 (Covid-19).

Tendo em consideração o estado de calamidade, e o grande aumento do número de doentes Covid -19, nomeadamente na região de Lisboa e Vale do Tejo e à renovação do Estado de emergência, o Conselho de Administração do CHLO, a 12/01/2021, elevou para III o nível do seu plano de contingência, no sentido de aumentar a capacidade de resposta aos doentes Covid. A atividade programada (consulta e cirurgia) foi cancelada ou praticamente inexistente. As consultas externas foram realizadas de forma presencial (as que clinicamente fossem inadiáveis) e/ou por meios eletrónicos e a cirurgia de ambulatório realizada em blocos periféricos com profissionais que não colaborassem na assistência a doentes Covid. A atividade cirúrgica dos blocos centrais foi suspensa, mantendo-se as emergentes, urgentes e oncológicas prioritárias. Esta resposta necessária à doença Covid-19 afetou e condicionou significativamente a atividade assistencial do CHLO, durante o ano de 2021, mais significativamente durante os dois primeiros meses do ano.

Numa fase decrescente da atividade epidémica do vírus SARS-CoV-2, a 10/03/2021 foi atualizado e aprovado pelo CA o Plano de Contingência que teve como objetivo definir a retoma da atividade clínica nas linhas de produção, nomeadamente, consultas e cirurgias, em conformidade com as orientações definidas para o efeito e tendo imperativamente em consideração a minimização do risco de infecção.

Em termos globais, a atividade assistencial registou a Dezembro de 2021, face ao período homólogo, acréscimo nas seguintes linhas de produção principal: Internamento (4,8%), os GDH's Cirúrgicos de Ambulatório (40,7%), GDH's Médicos de Ambulatório (14,1%), as Consultas Externas (8,7%), as primeiras consultas com um aumento de 8,5%, e as consultas subsequentes tiveram um acréscimo de 8,7%, Urgência (8,4%), sessões de Hospital de Dia (10%).

INTERNAMENTO

	2020	2021	Δ%
Lotação	721	723	0,3%
N.º Camas sem Berçário	721	723	0,3%
Berçário	28	28	0,0%
Hospitalização Domiciliária		0	
Doentes Saídos sem transf. Internas	21 193	22 217	4,8%
Doentes Saídos sem Berçário	19 251	20 352	5,7%
Doentes Saídos Berçário	1 942	1 713	-11,8%
Doentes Saídos Hospitalização domiciliária		152	
Doentes Saídos com transf. Internas	28 761	30 245	5,2%
Doentes Saídos sem Berçário	26 744	28 296	5,8%
Doentes Saídos Berçário	2 017	1 788	-11,4%
Doentes Saídos Hospitalização domiciliária		161	
Demora média (dias)	10,0	10,2	0,2
Taxa de Ocupação	71,1%	77,4%	6,3 pp
Doentes Saídos / Cama	26,7	28,1	1,4

BLOCO OPERATÓRIO

	2020	2021	Δ%
Total de Doentes Intervencionados	14 735	17 680	20,0%
Cirurgia Convencional	4 768	5 220	9,5%
Cirurgia de Ambulatório	7 229	9 752	34,9%
Cirurgia Urgente	2 738	2 708	-1,1%

GDH AMBULATÓRIO

	2020*	2021**	Δ%
Cirúrgicos	6 365	8 958	40,7%
Médicos	10 099	11 524	14,1%

* N.º GDHs de 2020 atualizados

** Valor estimado.

CONSULTA EXTERNA

	2020	2021	Δ%
Consultas Realizadas	432 480	470 069	8,7%
N.º de Primeiras Consultas	96 861	105 122	8,5%
Primeiras Consultas / Total	22,4%	22,4%	0 pp

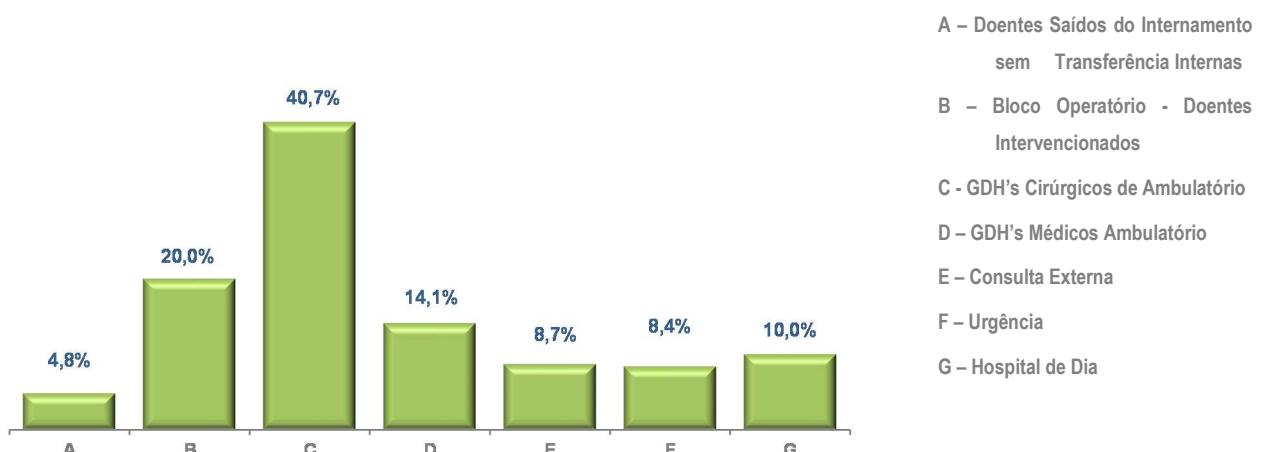
URGÊNCIA

	2020	2021	Δ%
Doentes Entrados	112 615	122 066	8,4%
Urgência Geral	76 847	77 485	0,8%
Urgência Pediátrica	18 068	26 391	46,1%
Urgência Obstétrica	11 830	12 560	6,2%
Urgência Oftalmologia	5 870	5 630	-4,1%

HOSPITAL DE DIA

	2020	2021	Δ%
Sessões (não inclui diálise e quimio)	19 340	21 277	10,0%
Psiquiatria	2 808	2 276	-18,9%
Pedopsiquiatria	2 133	2 430	13,9%
Imunohemoterapia	3 914	5 110	30,6%
Pediatria	106	153	44,3%
Pneumologia	221	234	5,9%
Outras	9 817	10 632	8,3%
Infecciología	341	442	29,6%
Hemodiálise	4 557	5 055	10,9%

Actividade Global - Var % 2021/2020



6.1.1. INTERNAMENTO

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E ALGUNS INDICADORES DO INTERNAMENTO

	2020	2021	$\Delta\%$
Lotação	721	723	0,3%
N.º Camas sem Berçário	721	723	0,3%
Berçário	28	28	0,0%
Hospitalização Domiciliária	8	0	-100,0%
Total de Doentes Saídos sem transf. Internas	21 293	22 217	4,3%
Doentes saídos sem Berçário	19 251	20 352	5,7%
Doentes Saídos Berçário	1 942	1 713	-11,8%
Doentes Saídos Hospitalização domiciliária	100	152	52,0%
Total de Doentes Saídos com transf. Internas	28 876	30 245	4,7%
Doentes saídos sem Berçário	26 744	28 296	5,8%
Doentes Saídos Berçário	2 017	1 788	-11,4%
Doentes Saídos Hospitalização domiciliária	115	161	40,0%
Total Dias Internamento	200 057	214 172	7,1%
Dias de Internam. sem Berçário	193 519	207 565	7,3%
Dias Internam. Berçário	5 082	4 830	-5,0%
Doentes Saídos Hospitalização domiciliária	1 456	1 777	22,0%
<i>Demora média (dias)</i>	10,0	10,2	0,2
<i>Taxa ocupação (%)</i>	71,1%	77,4%	6,3 pp
<i>Doentes Saídos / Cama</i>	26,7	28,1	1,4

O Internamento apresentou, em 2021, 22.217 doentes saídos e verificou-se um aumento de 4,3% em relação ao período homólogo.



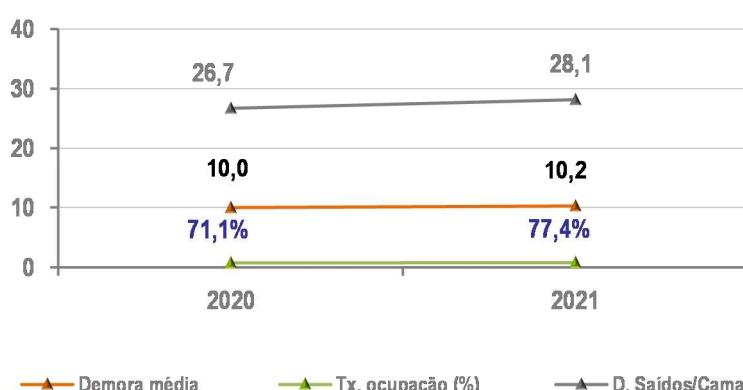
O Berçário com 1.713 altas registou um decréscimo de 11,4% em relação a 2020.

LOTAÇÃO E TAXA DE OCUPAÇÃO 2021

Especialidades	2021	% Ocup.	Especialidades	2021	% Ocup.
Cardiologia	32	101,5%	Oftalmologia	2	10,3%
Cardiologia Pediátrica	8	60,4%	Unidade Oncológica	3	99,5%
Cirurgia Cardiotorácica	28	82,4%	Ortopedia	44	123,9%
Cirurgia Geral	88	53,3%	Otorrinolaringologia	11	60,5%
Cirurgia Vascular	15	78,6%	Pediatria	17	57,6%
Cirurgia Plástica	20	39,8%	Pneumologia	16	95,4%
Endocrinologia e Nutrição	4	21,2%	Reumatologia	3	79,8%
Gastroenterologia	11	90,1%	Urologia	14	48,3%
Ginecologia/Obstetricia	56	52,3%	Ucinte Apoios	2	17,4%
Hematologia	4	123,7%	U.C.I.C	8	79,8%
Infecciología	18	76,8%	U.C.I.P	29	69,0%
Medicina Interna	145	90,3%	Unid. Cuid. Intens. Cardiotoracicos	13	87,2%
Nefrologia	30	69,2%	Unid. Cuid. Intens. Neonatais	14	78,4%
Neurocirurgia	28	92,5%	Psiquiatria (Agudos)	25	78,3%
Neurotraumatologia	19	83,8%			
Neurologia	16	89,9%			
Total Geral	723				77,4%

A lotação em 31 de Dezembro de 2021 foi de 723 camas (não incluindo 28 berços), registando uma taxa de ocupação de 77,4% (71,1% em 2020). O número de doentes saídos por cama foi de 28 doentes, um acréscimo de 1,4 doentes em relação a 2020 e a demora média (não incluindo o Berçário e Hospitalização domiciliária) atingiu 10,2 dias, mais 0,2 dias em relação à demora observada em 2020.

Índices



6.1.2. BLOCO OPERATÓRIO

O Centro Hospitalar dispõe de três blocos operatórios centrais, o Bloco I com quatro salas (convencional e ambulatória), o Bloco II com sete salas (convencional) e o Bloco III com cinco salas operatórias (convencional e ambulatória). O HSFX ainda dispõe de três salas operatórias de Ginecologia/Obstetrícia e sete salas de parto. No HEM, existem ainda mais seis salas de Bloco, duas da Unidade de Cirurgia do Ambulatório (UCA), duas que constituem o Bloco de Oftalmologia e duas salas de Bloco de Dermatologia. O Serviço de Urgência Geral utiliza o Bloco I.

MOVIMENTO CIRÚRGICO - N.º DE DOENTES INTERVENCIONADOS

	2020	2021	Δ%
Total	14 735	17 680	20,0%
Cirurgia Convencional	4 768	5 220	9,5%
Cirurgia Ambulatória	7 229	9 752	34,9%
Cirurgia de Urgência	2 738	2 708	-1,1%
% Cirurg. Programada/Total	81,4%	84,7%	3,3 pp
% Cirurg. Ambulatório/Programada	60,3%	65,1%	4,8 pp

Nota: Cirurg. Programada = C. Convencional + C. Ambulatório

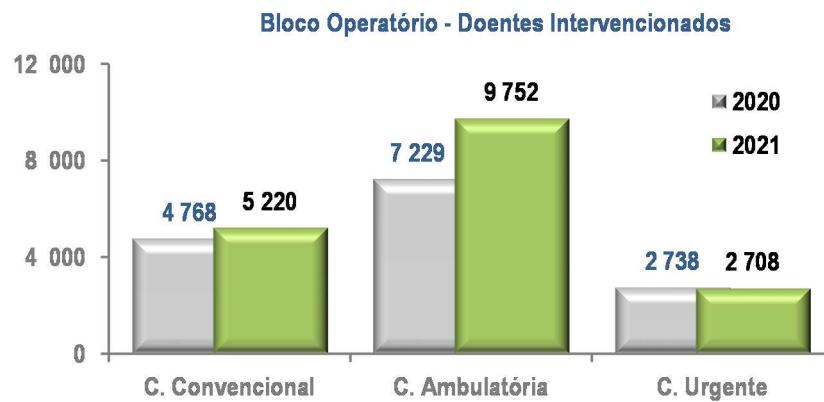
Durante os dois primeiros meses do ano de 2021, a atividade cirúrgica dos blocos centrais foi suspensa, mantendo-se as emergentes, urgentes e oncológicas prioritárias.

Numa fase decrescente da epidemia e iniciando a resposta do CHLO à retoma da actividade clínica normal, minimizando o impacto resultante da situação epidemiológica de infecção de COVID-19, a partir de março a atividade cirúrgica foi reativada com predomínio em especialidades cuja lista de espera tinham mais doentes com tempo de espera superior a um ano.

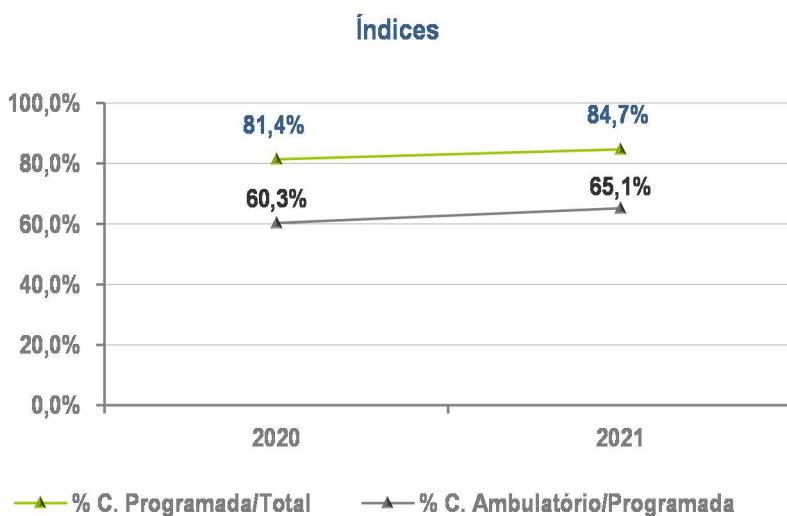
Assim sendo, em 2021, a atividade cirúrgica registou, face ao período homólogo, um aumento de 20,0% no total de doentes intervencionados, passando de 14.735 para 17.680 doentes.

A Cirurgia de Ambulatório, registou um acréscimo de 34,9% doentes intervencionados, passando de 7.229 em 2020 para 9.752 em 2021. A Cirurgia Convencional também apresentou um acréscimo de 9,5%, passando de 4.768 em 2020 para 5.220 doentes intervencionados em 2021.

A Cirurgia Urgente apresentou uma diminuição de 1,1% passando de 2.738 em 2020 para 2.708 doentes intervencionados em 2021.



A taxa de ambulatorização, em 2021, registou 65,1%, um aumento de 4,8 p.p em relação a 2020 (60,3%).
 A Cirurgia Programada, no ano 2021, constituiu 84,7% do movimento cirúrgico do CHLO.



MOVIMENTO CIRÚRGICO POR ESPECIALIDADES

Especialidades	N.º Doentes Intervencionados			Especialidades	N.º Doentes Intervencionados		
	2020	2021	Δ%		2020	2021	Δ%
Cirurgia Geral	2 959	3 084	4,2%	Neurocirurgia	1 008	1 000	-0,8%
Urgente	747	706	-5,5%	Urgente	396	432	9,1%
Convencional	1 274	1 301	2,1%	Convencional	402	424	5,5%
Ambulatório	938	1 077	14,8%	Ambulatório	210	144	-31,4%
Cirurgia Vascular	481	472	-1,9%	Oftalmologia	3 511	5 810	65,5%
Urgente	48	39	-18,8%	Urgente	11	1	-90,9%
Convencional	274	273	-0,4%	Convencional	11	2	-81,8%
Ambulatório	159	160	0,6%	Ambulatório	3 489	5 807	66,4%
Cirurgia Plástica	1 423	1 495	5,1%	Ortopedia	888	907	2,1%
Urgente	234	197	-15,8%	Urgente	125	104	-16,8%
Convencional	307	387	26,1%	Convencional	551	678	23,0%
Ambulatório	882	911	3,3%	Ambulatório	212	125	-41,0%
Cirurgia Cardiotorácica	980	1 116	13,9%	Otorrinolaringologia	819	888	8,4%
Urgente	184	233	26,6%	Urgente	111	126	13,5%
Convencional	787	879	11,7%	Convencional	489	528	8,0%
Ambulatório	9	4	-55,6%	Ambulatório	219	234	6,8%
Dermatologia	526	628	19,4%	Urologia	638	672	5,3%
Ambulatório	526	628	19,4%	Urgente	130	158	21,5%
Estomatologia	136	156	14,7%	Convencional	376	407	8,2%
Ambulatório	136	156	14,7%	Ambulatório	132	107	-18,9%
Ginecologia	530	658	24,2%	UTC Obesidade	46	58	26,1%
Urgente	28	45	60,7%	Urgente	1	0	-100,0%
Convencional	190	214	12,6%	Convencional	40	58	45,0%
Ambulatório	312	399	27,9%	Ambulatório	5	0	-100,0%
Obstetrícia	790	736	-6,8%	Total Geral	14 735	17 680	20,0%
Urgente	723	667	-7,7%				
Convencional	67	69	3,0%				

A atividade cirúrgica registou, face ao período homólogo, um aumento de 20,0% no total de doentes intervencionados, passando de 14.735 para 17.680 doentes. Para este crescimento contribuíram, principalmente, os serviços de Oftalmologia 65,5% (3.511 para 5.810), Cirurgia Cardiotorácica 13,9% (980 para 1.116), Ginecologia 24,2% (530 para 658), Cirurgia Geral 4,2% (2.959 para 3.084), Dermatologia 19,4% (526 para 628), Cirurgia Plástica 5,1% (1.423 para 1.495), ORL 8,4% (819 para 888), Urologia 5,3% (638 para 672), Estomatologia 14,7% (136 para 156) e Ortopedia 2,1% (888 para 907).

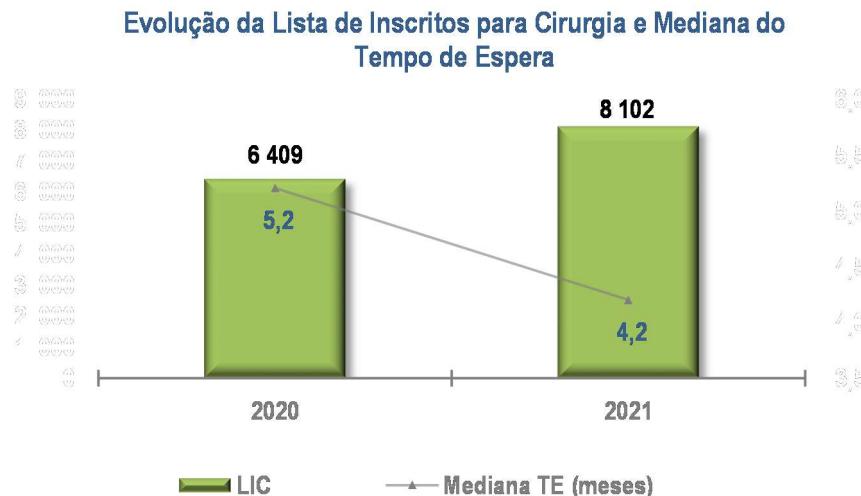
A produção de Cirurgias de Ambulatório registou um aumento de 34,9% de doentes intervencionados, passando de 7.229 para 9.752. Para este comportamento contribuíram nomeadamente os serviços de Oftalmologia (3.511 para 5.807), Cirurgia Geral (2.959 para 3.084), Dermatologia (526 para 628), Ginecologia (312 para 399), Cirurgia Plástica (882 para 911) e Estomatologia (136 para 156).

A Cirurgia Convencional registou um acréscimo de 9,5% de doentes intervencionados, passando de 4.768 em 2020 para 5.220 em 2021, aumento este resultante, principalmente, da realização de Cirurgia Adicional que passou de 477 em 2020 para 708 em 2021. Esta evolução foi consequência das seguintes variações: Serviço de Ortopedia (551 para 631), Cirurgia Cardiotorácica (787 para 879), Cirurgia Plástica (307 para 387), ORL (489 para 528), Urologia (376 para 407), Cirurgia Geral (1.274 para 1.301), Ginecologia (190 para 214) e Neurocirurgia (402 para 424).

A Cirurgia Urgente apresentou uma quebra de produção de doentes intervencionados de 1,1%.

Com o objetivo de redução de lista de espera, foram realizadas intervenções cirúrgicas em Blocos Operatórios Exteriores abrangendo um total de 227 doentes intervencionados, produção que se encontra incluída nas respetivas especialidades (Cirurgia Geral (94 ambulatório e 1 convencional), Cirurgia Plástica (46 convencional), Neurocirurgia (21 convencional) e ORL(37 ambulatório e 28 convencional)) do quadro anterior.

6.1.2.1. LISTA DE INSCRITOS PARA CIRURGIA E TEMPO DE ESPERA PARA CIRURGIA



O número de doentes em Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC), registou um acréscimo de 26,4% (+1.693 doentes), passando de 6.409 em 2020 para 8.102 doentes inscritos em 2021. A mediana de tempo de espera em 2021 registou o valor de 4,2 meses apresentando um decréscimo de 1 mês em relação a 2020.

PRINCIPAIS INDICADORES

Indicador	2020	2021
% de utentes em Lista de inscritos para Cirurgia (LIC) dentro do TMRG	49,0%	57,7%
Mediana de tempo de espera da LIC, em meses	5,2	4,2
% de Utentes em espera para Cirurgia com Tempo Superior a 12 meses	26,5%	21,9%
% de doentes operados dentro dos TMRG	72,3%	75,6%

Apesar do aumento do número de utentes em LIC em 2021, a percentagem de utentes inscritos para cirurgia, que se encontram a aguardar intervenção cirúrgica, dentro dos tempos máximos de resposta garantida, no total de doentes inscritos, também registou um aumento de 8,7 p.p., passando de 49,0% em 2020 para 57,7% em 2021. O objetivo estabelecido para 2021 foi de 50%, apresentando um desvio favorável de 7,7 p.p.

LISTA DE ESPERA POR ESPECIALIDADE

Unidade Hospitalar	Especialidades	> 12 meses	≤12 meses	Total
Hospital Egas Moniz	CHLO -HEM Dermatologia		134	134
	CHLO -HEM Cirurgia geral II	82	370	452
	CHLO -HEM Cirurgia Plástica	97	577	674
	CHLO -HEM Cirurgia vascular	120	60	180
	CHLO -HEM Estomatologia	23	8	31
	CHLO -HEM Neurocirurgia	420	502	922
	CHLO -HEM Oftalmologia	39	2 219	2 258
	CHLO -HEM Otorrinolaringologia	129	413	542
	CHLO -HEM Urologia	72	334	406
	CHLO -HEM Utco	28	46	74
Hospital São Francisco Xavier	CHLO -HSFX Cirurgia geral I	51	354	405
	CHLO -HSFX Ginecologia	1	246	247
	CHLO -HSFX Ortopedia	589	475	1 064
Hospital Santa Cruz	CHLO -HSC Cirurgia Cardiotoracica	107	322	429
	CHLO -HSC Cirurgia geral III	18	266	284
Total		1 776	6 326	8 102

Do total de 8.102 doentes em LIC, 21,9% encontram-se com tempo de espera superior a 12 meses. As especialidades de Estomatologia, Cirurgia Vascular, Ortopedia, Neurocirurgia e UtcoObesidade são as que apresentam uma maior percentagem de doentes em que a espera ultrapassa um ano. Verifica-se um desvio favorável de 4,6 p.p em relação a 2020 (26,5%), resultado da apostila e promoção de resolução das listas de espera das especialidades com lista com mais doentes com tempo de espera superior a um ano.

DOENTES OPERADOS DENTRO DO TEMPO MÁXIMO DE RESPOSTA GARANTIDO (EM DIAS) POR NÍVEL DE PRIORIDADE

Unidade Hospitalar	Especialidades	Normal				Prioritário				Muito prioritário				Urgência Diferida				Total	
		Não Oncológicos		Oncológicos		Não Oncológicos		Oncológicos		Não Oncológicos		Oncológicos		TMRG		TMRG			
		TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG		
Hospital Egas Moniz	CHLO - HEM Dermatologia	180	83,3%	60	47,2%	60	100,0%	45	75,9%	15	100,0%	75,0%	3	-	100,0%	100,0%	100,0%		
	CHLO - HEM Cirurgia Geral II	180	63,9%	60	87,7%	60	84,1%	45	83,8%	15	100,0%	94,7%	3	100,0%	-	-	-		
	CHLO - HEM Cirurgia Plástica e Rec.	180	79,9%	60	89,9%	60	69,1%	45	87,5%	15	81,3%	50,0%	3	75,0%	-	-	-		
	CHLO - HEM Cirurgia Vascular	180	47,7%	60	-	60	57,1%	45	-	15	90,0%	100,0%	3	73,9%	-	0,0%	-		
	CHLO - HEM Estomatologia	180	92,8%	60	-	60	100,0%	45	-	15	-	-	3	-	-	-	-		
	CHLO - HEM Neurocirurgia	180	65,4%	60	97,6%	60	88,5%	45	91,8%	15	100,0%	100,0%	3	66,7%	-	-	-		
	CHLO - HEM Oftalmologia	180	83,5%	60	-	60	88,5%	45	-	15	95,2%	-	3	100,0%	-	-	-		
	CHLO - HEM ORL	180	58,1%	60	100,0%	60	56,0%	45	100,0%	15	81,0%	80,0%	3	66,7%	-	-	-		
	CHLO - HEM Urologia	180	57,2%	60	83,1%	60	69,6%	45	78,1%	15	90,9%	50,0%	3	90,3%	100,0%	100,0%	-		
	CHLO - HEM UTCO	180	5,2%	60	-	60	100,0%	45	-	15	-	-	3	-	-	-	-		
Hospital São Francisco Xavier	CHLO - HSFX Cirurgia Geral I	180	56,4%	60	75,0%	60	79,4%	45	97,3%	15	100%	100,0%	3	25,0%	-	-	-		
	CHLO - HSFX Ginecologia	180	95,0%	60	50,0%	60	76,2%	45	42,4%	15	28,6%	-	3	-	-	-	-		
	CHLO - HSFX Ortopedia	180	36,1%	60	-	60	55,0%	45	-	15	71,4%	-	3	71,7%	-	-	-		
Hospital Santa Cruz	CHLO - HSC Cirurgia Geral III	180	93,5%	60	91,7%	60	97,1%	45	100,0%	15	100,0%	100,0%	3	100,0%	-	-	-		
	CHLO - HSC Cirurgia Cardiorátmica	90	29,3%	60	-	45	61,0%	45	-	15	84,8%	-	3	64,3%	-	-	-		

No que diz respeito à Percentagem de doentes operados dentro do TMRG, em 2021 o CHLO registou 75,6% apresentando um desvio favorável de 2,6 p.p em relação à meta estabelecida (73,0%).

Percentagem de Doentes Operados dentro do TMRG



6.1.3. BLOCO DE PARTOS

O Bloco de Partos/ Urgência Obstétrica do HSFX/CHLO tem três salas de bloco dedicadas e sete salas de parto.

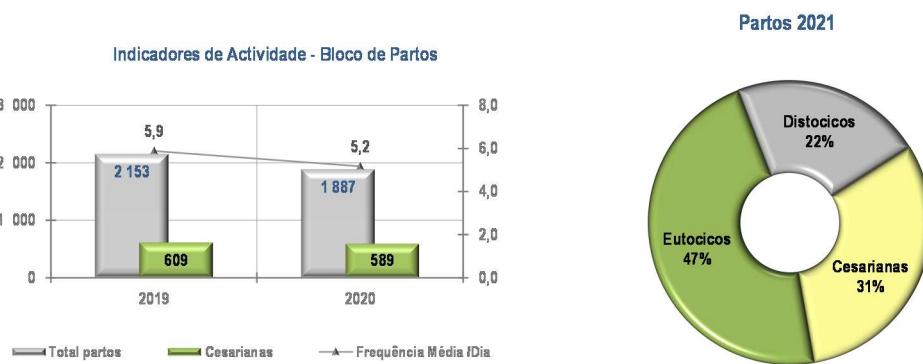
Com um número médio diário de 5 partos, o total de partos, que ascendeu a 1.887, registou um decréscimo de 12,4% em relação ao período homólogo.

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2020	2021	Δ%
Partos ocorridos	2 153	1 887	-12,4%
Eutócicos	1 104	885	-19,8%
Distócicos	440	413	-6,1%
Cesarianas	609	589	-3,3%
% Cesarianas	28,3%	31,2%	2,9 pp
Frequência Média/Dia	5,9	5,2	-12,1%

Em relação ao ano transato, os partos Eutócicos e Distócicos apresentaram uma diminuição de 19,8% e 6,1%, respetivamente.

As Cesarianas, apesar de terem registado uma diminuição de 3,3% em relação ao período homólogo, face à queda de produção registada, apresentaram um aumento de 2,9 pp na taxa de Cesarianas (28,3% para 31,2%).



6.1.4. CONSULTA EXTERNA

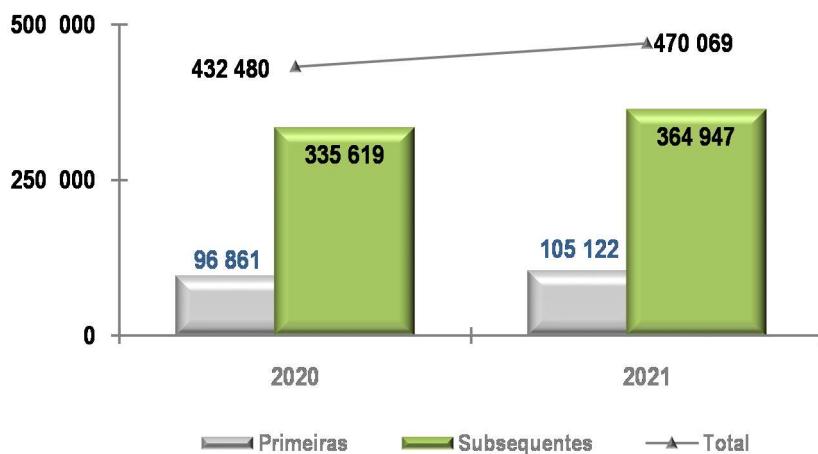
A produção de Consultas Externas realizadas a Dezembro de 2021 ascendeu a 470.069 consultas, representando, face ao período homólogo, um aumento de 8,7%.

O número de 1^{as} consultas apresentou um acréscimo de 8,5% e as consultas subsequentes um acréscimo de 8,7%.

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2020	2021	$\Delta\%$
Total	432 480	470 069	8,7%
Primeiras	96 861	105 122	8,5%
Subsequentes	335 619	364 947	8,7%
% Primeiras/Total	22,4%	22,4%	0 pp

Movimento das Consultas Externas



PRODUÇÃO DA CONSULTA EXTERNA POR ESPECIALIDADE

Especialidades	2020	2021	Δ%	Especialidades	2020	2021	Δ%
Anestesiologia	9 081	10 429	14,8%	Medicina Paliativa	464	997	114,9%
C. Plást. e Reconstrutiva	8 434	9 677	14,7%	MFR	6 589	7 956	20,7%
Cardiologia	36 677	39 099	6,6%	Nefrologia	19 108	19 679	3,0%
Cardiologia Pediátrica	8 875	10 539	18,7%	Neurocirurgia	13 453	12 713	-5,5%
Cirurgia Cardiotorácica	4 116	4 673	13,5%	Neurologia	14 080	14 808	5,2%
Cirurgia Geral	20 013	22 091	10,4%	Neurorradiologia	112	122	8,9%
Cirurgia Vascular	4 251	5 579	31,2%	Obstetrícia	8 308	7 141	-14,0%
Dermatologia	12 289	11 566	-5,9%	Oftalmologia	21 666	31 153	43,8%
Endocrinologia	17 713	20 142	13,7%	Oncologia Médica	25 599	27 039	5,6%
Estomatologia	2 494	3 119	25,1%	Ortopedia	17 293	16 685	-3,5%
Gastroenterologia	7 738	7 742	0,1%	Otorrinolaringologia	19 398	22 160	14,2%
Genética Médica	48	117	143,8%	Patologia Clínica	12 944	11 414	-11,8%
Ginecologia	5 117	6 489	26,8%	Pediatria	12 874	13 250	2,9%
Hematologia	8 495	9 609	13,1%	Pedopsiquiatria	10 647	11 162	4,8%
Hospitalização domiciliária	5 866	2 305	-60,7%	Pneumologia	13 153	12 486	-5,1%
Imunoalergologia	3 173	4 604	45,1%	Psiquiatria	16 890	18 241	8,0%
Imuno-hemoterapia	4 871	6 969	43,1%	Reumatologia	15 979	17 298	8,3%
Infecciólogia	11 758	12 889	9,6%	Saude Ocupacional	9 033	11 981	32,6%
Medicina	16 120	17 192	6,7%	Urologia	7 738	8 905	15,1%
Medicina Nuclear	23	49	113,0%	Total Geral	432 480	470 069	8,7%

Na evolução do número de consultas por especialidade, face ao período homólogo, salienta-se o aumento registado nas seguintes consultas: Oftalmologia (43,8%), Saúde Ocupacional (32,6%, consequência da pandemia), ORL (14,2%), Endocrinologia (13,7%), Cardiologia (6,6%), Imunohemoterapia (43,1%), Cirurgia Geral (10,4%), Cardiologia Pediátrica (18,7%), Oncologia Médica (5,6%), Imunoalergologia (45,1%), Ginecologia (26,8%), Psiquiatria (8,0%), Cirurgia Vascular (31,2%), Reumatologia (8,3%), Anestesiologia (14,8%), Cirurgia Plástica (14,7%), Urologia (15,1%), Infecciólogia (9,6%), Hematologia (13,1%) e Medicina (6,7%).

Em relação ao ano transato, as principais variações negativas verificaram-se nas especialidades de Hospitalização Domiciliária (60,7%), Patologia Clinica (11,8%), Obstetrícia (14,0%), Dermatologia (5,9%), Pneumologia (5,1%), Neurocirurgia (5,5%) e Ortopedia (3,5%).

6.1.4.1. LISTA DE ESPERA PARA CONSULTA (LEC) E CONSULTA A TEMPO E HORAS (CTH)

PRINCIPAIS INDICADORES

Indicador	2020	2021
Nº de Consultas Via CTH	29 673	29 193
% de utentes em Lista de Espera para a Consulta (LEC) dentro do TMRG	44,9%	61,3%
% de consultas realizadas dentro dos tempos máximos de resposta garantidos (TMRG)	50,8%	78,4%
% de primeiras consultas médicas (CTH) no total de primeiras consultas médicas	30,6%	27,8%

Em 2021, do total de 105.122 primeiras consultas realizadas no CHLO, 29.193 (27,8%) foram provenientes dos Cuidados de Saúde Primários via CTH e registaram uma diminuição de 1,6% face a 2020.

As restantes primeiras consultas têm referenciação interna (outras especialidades, urgências, ou outros hospitais), criando uma referência no SIH (Sistema de Informação Hospitalar).

N.º DE PEDIDOS EFECTUADOS PELO CTH VS CONSULTAS REALIZADAS

Especialidades	N.º de pedidos CTH		Δ%	Consultas Realizadas		Δ%	% Consultas realizadas dentro do TMRG	
	2020	2021		2020	2021		2020	2021
Anestesiologia	102	149	46,1%	75	75	0,0%	100,0%	100,0%
Cardiologia	1 285	2 097	63,2%	1 031	1 262	22,4%	10,3%	20,6%
Cardiologia Pediátrica	168	226	34,5%	121	159	31,4%	73,6%	87,4%
Cirurgia Geral	1 703	2 505	47,1%	1 501	1 782	18,7%	93,0%	98,9%
Cirurgia Obesidade	105	191	81,9%	78	89	14,1%	64,1%	87,6%
Cirurgia Plástica Rec.	763	1 152	51,0%	759	877	15,5%	84,1%	99,5%
Cirurgia Vascular	1 053	1 455	38,2%	916	995	8,6%	1,6%	12,9%
Dermatologia	1 592	3 183	99,9%	3 368	1 936	-42,5%	23,6%	92,7%
Dermatologia-Rastreio Dermatológico	479	648	35,3%	188	182	-3,2%	100,0%	100,0%
Endocrinologia	1 559	2 346	50,5%	1 223	1 423	16,4%	86,8%	96,3%
Estomatologia	1 405	1 625	15,7%	569	952	67,3%	90,0%	20,6%
Gastroenterologia	834	1 091	30,8%	447	585	30,9%	50,8%	64,8%
Genética Médica	1	1		0	0			
Ginecologia	1 190	1 560	31,1%	864	1 013	17,2%	45,6%	72,9%
Hematologia Clínica	820	1 130	37,8%	288	349	21,2%	86,8%	77,9%
Imunoalergologia	632	1 573	148,9%	580	832	43,4%	87,9%	92,8%
Infecciólogia	130	157	20,8%	72	109	51,4%	95,8%	94,5%
Medicina Interna	483	783	62,1%	290	461	59,0%	94,5%	96,1%
MFR	146	259	77,4%	117	190	62,4%	98,3%	98,9%
Nefrologia	432	600	38,9%	269	290	7,8%	100,0%	99,3%
Neurocirurgia	2 815	4 341	54,2%	2 882	2 020	-29,9%	10,5%	23,4%
Neurologia	966	1 564	61,9%	743	1 093	47,1%	81,7%	97,9%
Obstetrícia	3 147	3 055	-2,9%	2 288	2 133	-6,8%	99,6%	99,8%
Oftalmologia	3 272	4 519	38,1%	3 082	3 338	8,3%	5,4%	27,7%
Oncología Médica	68	104	52,9%	41	64	56,1%	97,6%	93,8%
ORL	2 156	3 151	46,2%	2 192	2 262	3,2%	96,2%	99,4%
Ortopedia	1 012	1 801	78,0%	2 127	1 343	-36,9%	25,3%	99,0%
Pediatria	767	1 117	45,6%	615	668	8,6%	95,8%	95,7%
Pedopsiquiatria	304	492	61,8%	254	281	10,6%	96,5%	97,2%
Pneumologia	676	1 094	61,8%	477	449	-5,9%	50,7%	65,5%
Psiquiatria	679	912	34,3%	300	373	24,3%	87,3%	93,8%
Reumatologia	1 042	1 620	55,5%	1 272	835	-34,4%	41,5%	82,3%
Urologia	1 125	1 345	19,6%	644	773	20,0%	19,3%	36,9%

O número de pedidos registados eletronicamente pelo CTH, apresentaram um acréscimo de 45,4% face a 2020.

As especialidades de Oftalmologia, Neurocirurgia, Dermatologia, ORL e Obstetrícia são as que apresentam o maior número de pedidos em 2021, representando cerca de 38% do total.

Relativamente ao acesso ao CHLO e no que respeita ao indicador “% de consultas realizadas dentro dos tempos máximos de resposta garantidos (TMRG)”, o valor registado para 2021 foi de 78,4%, registando um acréscimo de 27,6 p.p. do registado em 2020 (50,8%) e também um desvio favorável de 13,4 p.p em relação à meta estabelecida para o ano de 2021 (65%).

Destacam-se as especialidades com maior peso de consultas realizadas dentro do TMRG: a Anestesiologia (100%), Dermatologia-Rastreio Dermatológico (100%), Obstetrícia (99,8%), Cirurgia Plástica (99,5%), ORL (99,4%), Nefrologia (99,3%) e Ortopedia (99,0%).

LISTA DE ESPERA PARA CONSULTA

Especialidades	LEC		Δ%	Dentro do TMRG		Δ%	Fora do TMRG		% de utentes em LEC dentro do TMRG	
	2020	2021		2020	2021		2020	2021	2020	2021
Anestesiologia	1 284	2 807	118,6%	855	1 180	38,0%	429	1 627	66,6%	42,0%
Cardiologia	730	1 220	67,1%	217	291	34,1%	513	929	29,7%	23,9%
Cardiologia Pediátrica	259	376	45,2%	206	304	47,6%	53	72	79,5%	80,9%
Cirurgia Cardiotoracica	57	26	-54,4%	41	25	-39,0%	16	1	71,9%	96,2%
Cirurgia Geral	533	852	59,8%	320	603	88,4%	213	249	60,0%	70,8%
Cirurgia Obesidade	47	97	106,4%	25	60	140,0%	22	37	53,2%	61,9%
Cirurgia Plástica Rec.	147	193	31,3%	84	169	101,2%	63	24	57,1%	87,6%
Cirurgia Vascular	1 338	1 524	13,9%	412	574	39,3%	926	950	30,8%	37,7%
CR Epilepsia Refractária	4	5	25,0%	3	4	33,3%	1	1	75,0%	80,0%
Dermatologia	569	1 479	159,9%	387	1 268	227,6%	182	211	68,0%	85,7%
Endocrinologia	312	802	157,1%	263	717	172,6%	49	85	84,3%	89,4%
Estomatologia	660	645	-2,3%	490	506	3,3%	170	139	74,2%	78,4%
Gastrenterologia	702	760	8,3%	379	444	17,2%	323	316	54,0%	58,4%
Genética Médica	84	54	-35,7%	24	27	12,5%	60	27	28,6%	50,0%
Ginecologia	708	848	19,8%	386	541	40,2%	322	307	54,5%	63,8%
Hematologia Clínica	219	274	25,1%	209	239	14,4%	10	35	95,4%	87,2%
Imunoalergologia	290	400	37,9%	151	355	135,1%	139	45	52,1%	88,8%
Imunohemoterapia	184	221	20,1%	108	137	26,9%	76	84	58,7%	62,0%
Infecciológia	221	185	-16,3%	181	126	-30,4%	40	59	81,9%	68,1%
Medicina Interna	481	552	14,8%	195	261	33,8%	286	291	40,5%	47,3%
MFR	151	179	18,5%	151	175	15,9%	0	4	100,0%	97,8%
Medicina Paliativa	22	30	36,4%	14	28	100,0%	8	2	63,6%	93,3%
Medicina Nuclear	13	23	76,9%	10	11	10,0%	3	12	76,9%	47,8%
Medicina Trabalho	7	2	-71,4%	4	0	-100,0%	3	2	57,1%	0,0%
Nefrologia	177	271	53,1%	136	230	69,1%	41	41	76,8%	84,9%
Neurocirurgia	2 239	3 793	69,4%	1 134	1 533	35,2%	1 105	2 260	50,6%	40,4%
Neurologia	584	1 099	88,2%	428	980	129,0%	156	119	73,3%	89,2%
Neurorradiologia	10	13	30,0%	2	4	100,0%	8	9	20,0%	30,8%
Obstetrícia	285	270	-5,3%	230	205	-10,9%	55	65	80,7%	75,9%
Oftalmologia	5 666	4 262	-24,8%	1 481	2 072	39,9%	4 185	2 190	26,1%	48,6%
Oncologia Médica	10	23	130,0%	10	22	120,0%	0	1	100,0%	95,7%
ORL	705	1 108	57,2%	326	758	132,5%	379	350	46,2%	68,4%
Ortopedia	921	918	-0,3%	409	655	60,1%	512	263	44,4%	71,4%
Pediatría	463	652	40,8%	282	523	85,5%	181	129	60,9%	80,2%
Pedopsiquiatria	85	202	137,6%	78	184	135,9%	7	18	91,8%	91,1%
Pneumologia	1 323	1 786	35,0%	335	617	84,2%	988	1 169	25,3%	34,5%
Psiquiatria	576	734	27,4%	192	240	25,0%	384	494	33,3%	32,7%
Reumatologia	713	964	35,2%	354	525	48,3%	359	439	49,6%	54,5%
Urologia	1 015	575	-43,3%	555	403	-27,4%	460	172	54,7%	70,1%
Nutrição	923	677	-26,7%	256	309	20,7%	667	368	27,7%	45,6%
Psicología	807	441	-45,4%	161	156	-3,1%	646	285	20,0%	35,4%
Outras	93	98	5,4%	9	11	22,2%	84	87	9,7%	11,2%
Não medicas	33	100	203,0%	12	21	75,0%	21	79	36,4%	21,0%

A Lista de Espera para Consulta (LEC) com 31.540 doentes registou, em 2021, um aumento de 23,0% face a 2020. Tendo em consideração o total de doentes em LEC, são as especialidades de Oftalmologia com 13,5%, de Neurocirurgia com 12%, Anestesiologia com 8,9%, Cirurgia Vascular com 4,8% e Dermatologia com 4,7% que representam o maior de número de utentes. A percentagem de utentes em LEC dentro do TMRG foi de 61,3%, verificando-se um desvio favorável de 16,4 p.p em relação ao período homólogo.

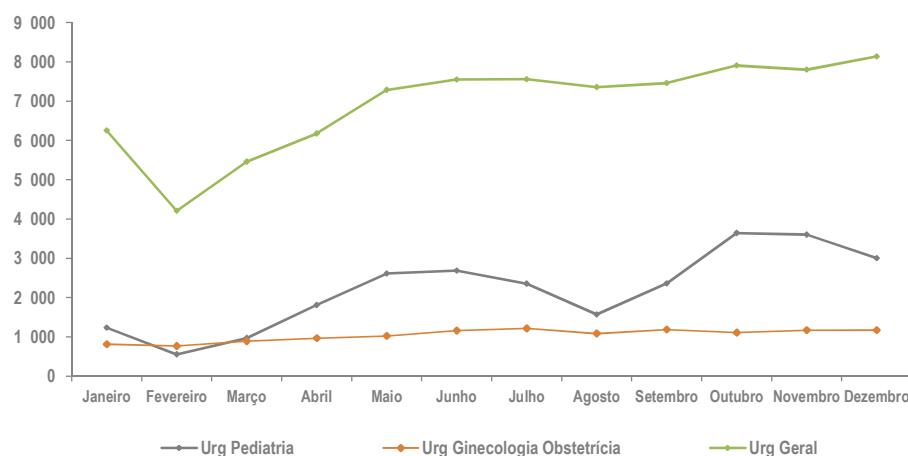
6.1.5. URGÊNCIA

O total de doentes entrados nos Serviços de Urgência registou um acréscimo de 8,4% em relação ao período homólogo, passando de 112.615 para 122.066 doentes entrados, com uma média de 341 doentes atendimentos diariamente (336 em 2020). De referir que no decorrer do ano à medida que o impacto da pandemia foi decrescendo, registou-se principalmente a partir do segundo semestre, uma evolução acentuada de doentes que recorreram aos serviços de urgência.

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2020	2021	Δ%		2020	2021	Δ%
Doentes Entrados				% Doentes Internados			
Urgência Geral	82 717	83 115	0,5%	Urgência Geral	9,8%	10,0%	0,2 pp
Pediátrica	18 068	26 391	46,1%	Pediátrica	1,8%	1,8%	0 pp
Obstétrica/Ginecológica	11 830	12 560	6,2%	Obstétrica/Ginecológica	17,6%	15,8%	-1,8 pp
Doentes Internados				Frequência Média / Dia			
Urgência Geral	8 138	8 276	1,7%	Urgência Geral	255	235	-7,9%
Pediátrica	320	479	49,7%	Pediátrica	49	72	46,5%
Obstétrica/Ginecológica	2 085	1 990	-4,6%	Obstétrica/Ginecológica	32	34	6,5%
TOTAL GERAL D. ENTRADOS	112 615	122 066	8,4%				
<i>Freq. Média / Dia</i>	<i>336,3</i>	<i>341,3</i>	<i>1,5%</i>				
<i>Doentes Internados</i>	<i>10 543</i>	<i>10 745</i>	<i>1,9%</i>				
<i>% Doentes Internados</i>	<i>9,4%</i>	<i>8,8%</i>	<i>-0,6 pp</i>				

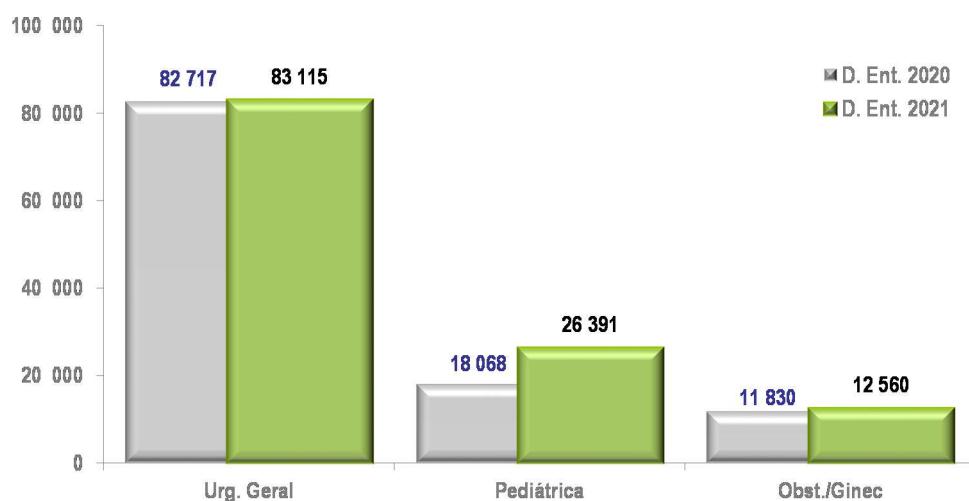
N.º Atendimentos nas Urgências do CHLO



Urgência Geral

No âmbito da Urgência Geral, o número total de doentes entrados foi de 83.115 o que representou um acréscimo de 0,5% em relação ao ano anterior. O número de doentes internados foi de 8.276, registando uma percentagem de internamento de 10%. Registou-se um fluxo médio diário acumulado de 235 doentes admitidos. No entanto realça-se o acréscimo do movimento assistencial ocorrido na urgência no mês de Dezembro ascendendo a um fluxo médio diário de 263 doentes.

Doentes Entrados na Urgência



Urgência Pediátrica

A Urgência Pediátrica funciona diariamente entre as 09.00h e as 22.00h. Após este período, colabora com a urgência do Hospital Dona Estefânia.

Durante o ano de 2021, foram observadas 26.391 crianças representando um acréscimo de 46,1%, face ao período homólogo. A taxa de internamento de 1,8% e um afluxo médio diário de 72 crianças (49 em 2020). No entanto realça-se o acréscimo do movimento assistencial ocorrido na urgência pediátrica no mês de Dezembro ascendendo a um fluxo médio diário de cerca de 97 doentes.

Urgência Obstétrica/Ginecológica

O número de doentes observadas foi de 12.560, tendo-se verificado um aumento de 6,2% em relação ao ano anterior. A frequência média diária foi de 34 urgências.

6.1.6. HOSPITAL DE DIA

HOSPITAL DE DIA - N.º SESSÕES

	2020	2021	Δ%
Total (<i>não inclui diálise e quimio</i>)	19 340	21 277	10,0%
Psiquiatria	2 808	2 276	-18,9%
Pedopsiquiatria	2 133	2 430	13,9%
Imunohemoterapia	3 914	5 110	30,6%
Pediatria	106	153	44,3%
Pneumologia	221	234	5,9%
Outras	9 817	10 632	8,3%
Cardiologia	98	258	163,3%
Cardiologia Pediatrica	149	140	-6,0%
Espec Médicas	1 475	1 728	17,2%
Gastrenterologia	1 245	1 553	24,7%
Reumatologia	682	833	22,1%
Neurologia	1 083	1 414	30,6%
Oncologia (Sessões que não geram GDH Médicos de Ambulatório)	4 178	3 806	-8,9%
Cirurgia Geral	0	6	
Anestesia/Dor	0	6	
Estudos Clínicos	85	121	42,4%
Hematologia	659	510	-22,6%
Imunoalergologia	163	210	28,8%
Urologia	0	47	
Infecciología	341	442	29,6%
Hemodiálise	4 557	5 055	10,9%

O total de sessões em Hospital de Dia apresentou a Dezembro 2021 um aumento de 10,0% em relação ao período homólogo. Verificam-se os principais acréscimos de produção nas sessões de Hospital de Dia de Imunohemoterapia (30,6%), Neurologia (30,6%), Especialidades Médicas (23,8%), Gastrenterologia (24,7%), Pedopsiquiatria (13,9%), Cardiologia (163,3%) e Reumatologia (22,1%). No entanto, de referir a diminuição de produção verificada nas seguintes especialidades: Hospital de Dia de Psiquiatria (18,9%), Oncologia (não geram gdh med ambulatório) (8,4%) e Hematologia (22,6%).

O número de sessões de Hemodiálise realizadas a Dezembro de 2021 ascendeu a 5.055. Salienta-se, ainda, um acréscimo de produção face ao período homólogo (10,9%).



6.1.7. GDH'S MÉDICOS DE AMBULATÓRIO

Os GDH's Médicos de Ambulatório, no global, apresentaram, face ao período homólogo, um aumento de produção de 14,1%.

Em termos homólogos, os GDH's de Oncologia/quimioterapia registaram um acréscimo de 13,9% e a produção de GDH's de outra atividade, apresentou um aumento de 14,9%.

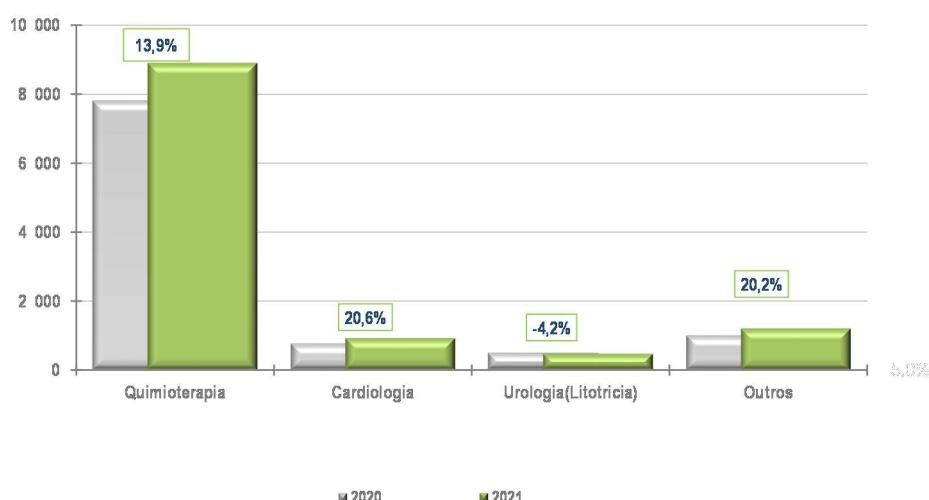
GDH MÉDICOS DE AMBULATÓRIO

	2020*	2021**	Δ%
Total	10 099	11 524	14,1%
Quimioterapia	7 817	8 901	13,9%
Outros	2 282	2 623	14,9%
Cardiologia	771	930	20,6%
Urologia(Litotricia)	504	483	-4,2%
Outros	1 007	1 210	20,2%

* N.º GDHs de 2020 atualizados

** Valor estimado

GDH Médicos Ambulatório



6.1.8. MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

EXAMES PRINCIPAIS

Especialidades	2020	2021	Δ%
Imagiologia	193 668	221 685	14,5%
Radiologia Convencional	112 283	121 567	8,3%
TAC Corpo	42 092	51 665	22,7%
RM Corpo	7 055	8 082	14,6%
Angiografia	593	736	24,1%
Ecografia	20 706	24 475	18,2%
Ecodoppler	3 241	5 085	56,9%
Mamografia	1 567	1 995	27,3%
Outros	6 131	8 080	31,8%
Neurorradiologia	12 842	16 489	28,4%
TAC	6 970	8 844	26,9%
Angiografia	1 191	1 885	58,3%
RM	4 681	5 760	23,1%
Patologia Clínica (análises)	2 923 448	3 521 486	20,5%
Anatomia Patológica	32 568	37 758	15,9%
Imuno Hemoterapia	274 935	315 458	14,7%
Testes Laboratoriais	265 143	304 732	14,9%
Unidades transfundidas	9 792	10 726	9,5%
Medicina Física e Reabilitação	224 188	281 501	25,6%
Técnicas Gastrenterológicas	7 765	10 043	29,3%
Técnicas Peumológicas	6 680	6 153	-7,9%
Técnicas Cardiológicas	56 012	74 429	32,9%
Obstetrícia/Ginecologia	7 243	7 030	-2,9%
Medicina Nuclear	2 806	3 062	9,1%
Técnicas Neurológicas	2 143	2 613	21,9%
Técnicas Oftalmológicas	27 102	40 108	48,0%
Técnicas de ORL	6 157	7 804	26,8%
Técnicas Urológicas	4 247	3 971	-6,5%
Técnicas Reumatologia	5 499	7 595	38,1%
Técnicas de Dermatologia	2 477	2 968	19,8%
Técnicas Psiquiatria	27 829	23 107	-17,0%

Em 2021 o aumento do número de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica ocorreu de forma generalizada nos diversos tipos exames. Este acréscimo resulta da consequência das restrições impostas em 2020 pelas medidas de prevenção da Covid e que implicaram um menor recurso bem como uma utilização restrita de equipamentos.

6.2. TAXA DE EXECUÇÃO CONTRATO PROGRAMA 2021

Os objetivos de produção para 2021 definidos no Contrato-Programa (produção SNS) e o seu grau de cumprimento constam no quadro seguinte:

Linha de Actividade Assistencial	Real 2021	Contratualização 2021	Taxa de execução
Internamento (doentes equivalentes)			
Total de GDH	21 162	20 290	104,3%
Total GDH Médicos	11 727	11 725	100,0%
GDH Médicos	11 523	11 177	103,1%
GDH Médicos Cuidados Paliativos	62	37	167,6%
GDH Médicos CRE	142	142	100,0%
GDH Médicos CRI	0	369	0,0%
Total GDH Cirúrgicos Programados	5 118	4 867	105,2%
GDH Cirúrgicos Programados	4 789	3 823	125,3%
GDH Cirúrgicos CRE	329	329	100,0%
GDH Cirúrgicos CRI	0	715	0,0%
Total GDH Cirúrgicos Urgentes	4 317	3 698	116,7%
GDH Cirúrgicos Urgentes	4 117	3 178	129,5%
GDH Cirúrgicos Urgentes CRE	200	200	100,0%
GDH Cirúrgicos Urgentes CRI	0	320	0,0%
Total de Dias de Internamento de Doentes Crónicos	0	365	0,0%
Ventilados	0	365	0,0%
Consulta Externa			
Nº Total de Consultas Médicas	446 887	411 645	108,6%
Nº Primeiras Consultas Médicas	103 728	97 510	106,4%
Nº Primeiras Consultas Médicas (s/majoração)	66 266	54 539	121,5%
Nº Primeiras Consultas com origem nos CSP referenciadas via CTH	29 193	32 079	91,0%
Nº Primeiras Consultas (Telemedicina)	181	241	75,1%
Nº Primeiras Consultas na Comunidade (Saúde Mental)	921	813	113,3%
Nº Primeiras Consultas descentralizadas nos CSP	82	82	100,0%
Nº Primeiras Consultas Cuidados Paliativos	288	154	187,0%
Nº Primeiras Consultas CRE	6 797	3 417	198,9%
Nº Primeiras Consultas CRI	0	6 185	0,0%
Nº Total Consultas Subsequentes	343 159	314 135	109,2%
Nº de Consultas Subsequentes Médicas (s/majoração)	311 851	271 674	114,8%
Nº de Consultas Subsequentes na Comunidade (Saúde Mental)	14 357	13 055	110,0%
Nº Consultas Subsequentes descentralizadas nos CSP	167	167	100,0%
Nº Consultas Subsequentes Cuidados Paliativos	743	274	271,2%
Nº de Consultas Subsequentes CRE	16 041	10 441	153,6%
Nº Consultas Subsequentes CRI	0	18 524	0,0%
Hospital de Dia			
Nº Total de Sessões	20 259	18 603	108,9%
Nº de Sessões - Imuno-hemoterapia	2 699	2 388	113,0%
Nº de Sessões - Psiquiatria	4 706	4 902	96,0%
Nº de Sessões - Base	12 854	11 313	113,6%
Urgência			
Nº de Atendimentos (Total)	118 037	125 403	94,1%
Total de Atendimentos SU Polivalente	118 037	125 403	94,1%
Nº de Atendimentos (sem Internamento)	107 647	116 544	92,4%
Total de Atendimentos SU Polivalente (sem Internamento)	107 647	116 544	92,4%
GDH de Ambulatório			
Total GDH Médicos de Ambulatório	11 515	9 963	115,6%
Nº de GDH Médicos	11 515	9 594	120,0%
GDH Médicos CRI		369	0,0%
Total GDH Cirúrgicos de Ambulatório	8 886	6 931	128,2%
Nº de GDH Cirúrgicos	8 886	6 759	131,5%
GDH Cirúrgicos CRI		172	0,0%
Serviços Domiciliários			
Consultas Domiciliárias	233	294	79,3%
Hospitalização Domiciliária	148	272	54,4%
Programas de Saúde			
VIH/Sida - Total de Doentes em TARC	2 843	2 328	122,1%
Esclerose múltipla - doentes em terapêutica modificadora	300	266	112,7%
Hepatite C - Nº de doentes tratados (indivíduos)	72	72	100,0%
Tratamento de doentes c/ patologia oncológica - novos doentes	338	278	121,7%
Cancro do colon e reto (1º ano)	95	69	137,3%
Cancro do colon e reto (2º ano)	244	209	116,6%

Linha de Actividade Assistencial	Real 2021	Contratualização 2021	Taxa de execução
Rastreios - Nº de Rastreios			
Rastreio do Cancro do Côlon e Reto	27	130	20,8%
Telemonitorização DPOC			
Elementos de Telemonitorização	2	30	6,7%
N.º Doentes em Tratamento (doente tratado/ano)	3,3	10	33,0%
Telemonitorização EAM			
Elementos de Telemonitorização	1	20	5,0%
Nº de Doentes em Tratamento (doente tratado/ano)	6,6	11	60,0%
Telemonitorização ICC			
Elementos de Telemonitorização	14	20	70,0%
Nº de Doentes em Tratamento (doente tratado/ano)	29,2	21	139,0%
PSCI (Centros de Tratamento autorizado pela DGS)			
Doentes Novos (Cuidados 1º Ano)	6	3	186,0%
Doentes em seguimento (Cuidados 2º Ano e seguintes)	29,5	32	92,2%
Doenças Lisossomais - CTP			
Doença de Fabry - N.º Doentes em Tratamento CTP	1	1	100,0%
Doença de Pompe - N.º Doentes em Tratamento CTP	1	1	100,0%
Programa de Tratamento Cirúrgico da Obesidade (PTCO)			
Modelo 2: Pré-avaliação + Cirurgia Bariátrica - Bypass Gástrico	27	20	135,0%
Cirurgia de Bypass Gástrico - 1º ano de follow up	42	57	73,7%
Outras Técnicas - 3º ano de follow up		58	0,0%
Modelo 2: Outras Técnicas	32	25	128,0%
Derivações Bilio-Pancreáticas e Transp. Duodenal			
Perturbações Mentais Graves			
Psicoses Esquizofrénicas	52,7	58	90,8%
Psicoses Afetivas	32,8	36	91,2%
Psicoses não Orgânicas	8,6	11	78,0%
IVG ate 10 semanas			
Medicamentosa (n.º IVG)	2	2	100,0%
Cirúrgica (n.º IVG)	332	372	89,2%
Colocação de Implantes Cocleares			
Implante Coclear Unilateral	68	51	133,3%
Implante Coclear Bilateral	2	3	66,7%
Medicamentos			
Disp. Gratuita em Amb. c/ suporte legal e da responsabilidade financeira do Hospital (patologias abrangidas pelo contrato-programa) (€)	6 508 490	6 504 441	100,1%
Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA) (€)	172 409	136 117	126,7%
Programa de Incentivo à Integração de Cuidados (€)		28 225	
Internos (€)	2 761 816	2 761 816	100,0%

No âmbito do Contrato Programa 2021 as linhas de produção principal apresentaram as seguintes taxas de execução: 104,3% no Internamento, 128,2% nos GDH's Cirúrgicos de Ambulatório, 115,6% nos GDH's Médicos de Ambulatório, 108,6% nas Consultas Externas, 92,4% nas Urgências (sem internamento), 108,9% nas sessões de Hospital de Dia, 122,1% no VIH/SIDA, 112,7% na Esclerose Múltipla e 129,6% nos Implantes Cocleares.

6.3. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

6.3.1. ANÁLISE ECONÓMICA

No exercício de 2021 os Rendimentos Totais registaram um acréscimo de 0,9%, passando de cerca de 239 milhões de euros em 2020 para e 241,0 em 2021.

Os Gastos Totais, em 2021, ascenderam os 309,6 milhões de euros, representando um acréscimo de 7,6% em relação a 2020.

SÍNTESE DE INDICADORES

SITUAÇÃO ECONÓMICA	2020	2021	(euros) Δ%
Rendimentos Totais	238 954 763	241 025 521	0,9%
Gastos Totais	287 745 712	309 554 858	7,6%
Gastos Operacionais	287 734 791	309 533 861	7,6%
EBITDA	-40 081 228	-58 235 506	-45,3%
Resultados Operacionais	-48 837 156	-68 572 316	-40,4%
Resultado Líquido	-48 819 747	-68 559 871	-40,4%

Em termos de grandes agregados, a evolução ocorrida ao nível dos rendimentos sintetiza-se no quadro seguinte:

RENDIMENTOS

Rubrica	2020	2021	(euros) Δ%
Impostos Taxas e Contribuições	2 589 666	2 503 749	-3,3%
Prestação de Serviços	175 351 891	171 086 203	-2,4%
Transferencias e subsídios correntes obtidos	58 367 879	62 917 035	7,8%
Reversões	35 146	436 064	1140,7%
Outros rendimentos e ganhos	2 610 181	4 082 470	56,4%
RENDIMENTOS TOTAIS	238 954 763	241 025 521	0,9%

Os Rendimentos totais em 2021 ascenderam a 241,0 milhões de euros e registaram um acréscimo de 0,9% face a 2020. De referir que os rendimentos de 2021, nomeadamente o registo contabilístico da estimativa da prestação de serviços SNS - Serviço nacional de Saúde (contrato-programa), foi o estabelecido pela ACSS (ofício 895/2022) representando 96,4% do valor previsto no contrato-programa. Tendo em consideração a produção efetivamente realizada pelo CHLO (ponto 6.2 Taxa de execução contrato-programa 2021) a respetiva taxa de execução atingiu os 100%, correspondendo em termos de estimativa

um valor superior em 8,4 milhões de euros face ao referido valor contabilístico registado, conforme também consta da “Estimativa de execução CP 2021” do SICA.

No que se refere à evolução dos Gastos, o quadro seguinte evidencia a evolução síntese dos diversos agregados:

GASTOS

Rubrica	2020	2021	Δ%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	97 286 654	105 735 492	8,7%
Fornecimentos e serviços externos	40 784 897	43 145 699	5,8%
Gastos com o pessoal	138 789 225	146 672 663	5,7%
Gastos de depreciação e de amortização	8 755 928	10 336 809	18,1%
Perdas por imparidade	8 252	16 859	104,3%
Perdas por redução de justo valor	29 557	0	-100,0%
Provisões do período	1 493 156	3 127 388	109,4%
Outros gastos e perdas	586 815	498 559	-15,0%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	11 229	21 389	90,5%
GASTOS OPERACIONAIS	287 734 791	309 533 861	7,6%
GASTOS TOTAIS	287 745 712	309 554 858	7,6%

Os Gastos Operacionais totalizaram 309,5 milhões de euros e registaram um aumento de 7,6% face ao exercício anterior.

A evolução dos Gastos de Depreciação e Amortização registaram um aumento de 18,1 % e passaram de 8,8 para 10,3 milhões de euros.

A conjugação dos Rendimentos e Gastos conduz aos seguintes agregados de resultados:

RESULTADOS

	2020	2021	Δ%
Resultados antes de depreciação e gastos de financiamento (EBITDA)	-40 081 228	-58 235 506	-45,3%
Resultados Operacionais (antes de gastos de financiamento)	-48 837 156	-68 572 316	-40,4%
Imposto sobre o Rendimento	28 798	30 534	6,0%
Resultado Líquido do Período	-48 819 747	-68 559 871	-40,4%

Face aos Gastos e Rendimentos realizados no exercício, o EBITDA em 2021 de 58,2 milhões de euros negativos apresenta uma evolução desfavorável em relação a 2020 (40,1 milhões de euros negativos). O Resultado Operacional e o Resultado líquido na ordem de 68,6 milhões de euros negativos, apresentam também, uma evolução desfavorável face ao exercício anterior (48,8 milhões de euros negativos).

Análise dos principais agregados de custos:

CONSUMOS

(euros)

Rubrica	2020	2021	Δ%
Produtos Farmacêuticos	56 942 125	62 621 358	10,0%
Material Consumo Clínico	38 658 404	41 273 676	6,8%
Material Consumo Hoteleiro	764 773	869 500	13,7%
Material Consumo Administrativo	353 809	333 147	-5,8%
Material Manutenção Conserv.	533 826	594 193	11,3%
Alimentação - géneros para confeccionar	33 403	43 618	30,6%
TOTAL	97 286 654	105 735 492	8,7%

O Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas ascendeu a 105,7 milhões de euros, registando um acréscimo de 8,7% em relação a 2020. Este aumento é essencialmente motivado pelos gastos ocorridos com Produtos Farmacêuticos e Material de Consumo Clínico, que registraram um aumento de 10,0% e 6,8% respetivamente.

Do total de matérias consumidas, a rubrica Produtos Farmacêuticos representa 59% e o Material de Consumo Clínico representa 39%.

CONSUMOS - PRODUTOS FARMACÊUTICOS

(euros)

Rubrica	2020	2021	Δ%
Medicamentos	49 861 837	55 646 421	11,6%
Reagentes e Produtos Diagnóstico	6 935 502	6 877 422	-0,8%
Outros Produtos Farmacêuticos	144 787	97 514	-32,6%
TOTAL	56 942 125	62 621 358	10,0%

O consumo de Produtos farmacêuticos apresentou um acréscimo 10% ascendendo a 62,6 milhões de euros. Este acréscimo deve-se principalmente aos gastos ocorridos com o consumo de medicamentos, consequência do alargamento da dispensa de medicamentos em ambulatório, dispensa essa que se

mantém reforçada face à restrição vigente no acesso presencial do utente à unidade hospitalar. De referir ainda a contínua introdução de medicamentos inovadores respeitantes ao tratamento a doentes oncológicos (+19,2%) passando de 15,7 para 18,7 milhões de euros, doentes na área da cardiologia (+148%) passando de 0,7 para 1,7 milhões de euros e medicamentos biológicos (+146%) passando de 1 para 2,6 milhões de euros.

CONSUMOS - MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO

(euros)

Rubrica	2020	2021	Δ%
Mat. Cons. Clínico - de Penso	378 251	344 439	-8,9%
Mat. Cons. Clínico - Artigos Cir.	2 101 186	2 057 507	-2,1%
Mat. Cons. Clínico - de Tratam.	11 938 909	14 541 758	21,8%
Mat. Cons. Clínico - de Electrom.	237 210	222 148	-6,3%
Mat. Cons. Clínico - de Laboratór.	829 741	762 476	-8,1%
Mat. Cons. Clínico - Próteses	11 332 978	13 751 393	21,3%
Mat. Cons. Clínico - Osteosíntese	1 081 458	1 171 886	8,4%
Mat. Cons. Clínico - Outro M.C.	10 758 673	8 422 069	-21,7%
TOTAL	38 658 404	41 273 676	6,8%

O Material de Consumo Clínico apresentou um registo de aumento de 6,8% em relação ao período homólogo. Este aumento foi fundamentalmente consequência da despesa acrescida de material de tratamento e de próteses, nomeadamente de dispositivos médicos na área de cardiologia.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

(euros)

Rubrica	2020	2021	Δ%
Subcontratos e Concessões de serviços	9 631 811	9 848 468	2,2%
Serviços Especializados	20 234 636	20 557 392	1,6%
Materiais de Consumo	11 554	29 630	156,4%
Energia e Fluidos	3 364 179	3 227 246	-4,1%
Deslocações, Estadas e Transporte	763 153	983 793	28,9%
Serviços Diversos	6 779 565	8 499 170	25,4%
TOTAL	40 784 897	43 145 699	5,8%

Representando 14% dos Gastos Totais, os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um acréscimo de 5,8%, passando de 40,8 para 43,1 milhões de euros. A evolução homóloga desfavorável da despesa com recurso ao exterior é, fundamentalmente, reflexo dos aumentos de 25,4% nos Serviços diversos, 1,6% nos Serviços especializados, 28,9% nas Deslocações, estadas e transportes e de 2,2% nos Subcontratos e concessões de serviços.

SUBCONTRATOS E CONCESSÕES DE SERVIÇOS

(euros)

Rubrica	2020	2021	Δ%
Meios complementares de diagnóstico	2 286 587	2 779 007	21,5%
Patologia clínica	689 904	634 322	-8,1%
Anatomia patológica	20 787	58 722	182,5%
Imagiologia	814 100	1 033 135	26,9%
Radiologia Convencional	0	663	-
Tomografia Axial Computorizada	266 096	184 617	-30,6%
Ecografia	85 987	101 075	17,5%
Ressonância Magnética	441 067	723 131	64,0%
Mamografia	0	0	-
Outros	20 950	23 650	12,9%
Cardiologia	0	0	-
Medicina nuclear	274 758	598 749	117,9%
Gastrenterologia	43 987	54 346	23,5%
Pneumologia/Imunoalergologia	808	1 144	41,6%
Outros Meios de Diagnóstico	442 243	398 589	-9,9%
Otorrinolaringologia	42	169	300,0%
Neurofisiologia	71 135	44 340	-37,7%
Urologia	0	1 691	-
Outros	371 066	352 389	-5,0%
Meios complementares de terapêutica	2 695 436	2 494 571	-7,5%
Hemodialise		17 184	
Oxigenoterapia	1 536 504	1 058 929	-31,1%
Unidades terapêuticas de sangue	1 154 432	1 387 812	20,2%
Outros Meios Comp. de terapêutica	3 417	27 500	704,8%
Outros tratamentos	1 084	3 146	190,2%
Internamentos	4 129 729	3 748 416	-9,2%
Contratos e acordos	138 000	422 595	206,2%
Outros subcontratos	382 060	403 879	5,7%
Assistência ambulatória	345 949	399 467	15,5%
Assistência no estrangeiro	36 111	4 413	-87,8%
TOTAL	9 631 811	9 848 468	2,2%

A despesa global neste agregado registou, face ao igual período de 2020, um aumento de 2,2%. Os Meios Complementares de Diagnóstico registaram um acréscimo de 21,5%, consequência do aumento no recurso ao exterior, onde se destaca o acréscimo de exames de Ressonância Magnética e de Medicina Nuclear. A rúbrica Contratos e acordos registaram um acréscimo de 206,2%. Este aumento inclui, principalmente, o maior recurso de assistência a doentes na área da psiquiatria.

Nos Meios Complementares de terapêutica, apesar de ser ter verificado um decréscimo de despesa na ordem de 7,5%, de referir um aumento de 20,2% nos gastos com unidades terapêuticas de sangue, consequência do aumento de produção nos blocos cirúrgicos.

Salientamos o decréscimo na rúbrica Internamento (9,2%), consequência da diminuição do recurso a camas no exterior.

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

(euros)

Rubrica	2020	2021	Δ%
Trabalhos Especializados			
Estudos Pareceres e Consultoria jurídica	88 117	69 864	-20,7%
Projectos e serviços de informática	376 618	180 479	-52,1%
Formação ao pessoal	0	120	-
Outros trabalhos especializados	9 881 618	10 643 778	7,7%
Serviços técnicos de recursos humanos	3 194 884	3 384 365	5,9%
Serviços Médicos prestados por empresas serviços médicos	2 670 896	2 702 096	1,2%
Outros serviços técnicos de RH	523 988	682 269	30,2%
Serviços de Alimentação	2 299 831	3 044 150	32,4%
Serviços de Lavandaria	1 020 890	1 192 820	16,8%
Outros	3 366 014	3 022 443	-10,2%
Publicidade, comunicação e imagem	18 833	19 822	5,3%
Vigilância e Segurança	1 211 015	1 116 942	-7,8%
Honorários	308 148	293 147	-4,9%
Contratos individuais de tarefa	215 742	169 548	-21,4%
Contratos individuais por avença	58 442	92 278	57,9%
Apoio Judiciário	1 384	0	-100,0%
Outros honorários	32 580	31 320	-3,9%
Serviços Médicos	0	0	-
Outros	32 580	31 320	-3,9%
Conservação e Reparação	8 350 287	8 233 240	-1,4%
TOTAL	20 234 636	20 557 392	1,6%

Os Serviços especializados registaram um acréscimo de 1,6% face ao período homólogo. Esta evolução é, fundamentalmente, derivada do aumento de 5,3% nos Trabalhos especializados, do qual destacamos o aumento de 32,4% Serviços de alimentação, em consequência do aumento do respetivo custo das refeições, o incremento de 5,9% nos Serviços técnicos de RH e a Lavandaria com acréscimo de 16,8%.

ENERGIA E FLUIDOS

(euros)

Rubrica	2020	2021	Δ%
Eletricidade	1 831 089	1 744 856	-4,7%
Combustíveis e lubrificantes	880 289	797 607	-9,4%
Água	652 800	684 783	4,9%
TOTAL	3 364 179	3 227 246	-4,1%

A despesa na Energias e Fluidos registou em 2021 um decréscimo de 4,1% em relação ao mesmo período de 2020. Enquanto o custo com Eletricidade e Combustíveis e lubrificantes registaram um decréscimo de 4,7% e 9,4% respetivamente, a rúbrica Água apresentou um acréscimo de 4,9%.

DESLOCAÇÕES E ESTADAS

(euros)

Rubrica	2020	2021	Δ%
Deslocações e estadas	7 758	7 816	0,7%
Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	11 524	14 470	25,6%
Transporte de doentes	743 871	961 508	29,3%
TOTAL	763 153	983 793	28,9%

As Deslocações, Estadas e Transportes apresentaram, face a 2020 um aumento de 28,9%, nomeadamente pelo aumento transporte de doentes devido ao aumento do movimento assistencial aos utentes.

SERVIÇOS DIVERSOS

Rubrica	2020	2021	Δ%
Rendas e alugueres	1 439 801	2 039 670	41,7%
Comunicação	174 800	155 595	-11,0%
Seguros	14 181	15 603	10,0%
Contencioso e notariado	1 918	0	-100,0%
Limpeza, higiene e conforto	4 891 960	6 170 730	26,1%
Outros serviços	256 905	117 573	-54,2%
TOTAL	6 779 565	8 499 170	25,4%

Os Serviços Diversos registaram em 2021 um aumento de 25,4% em relação ao período homólogo, passando de 6,8 para 8,5 milhões de euros. Este acréscimo de despesa é, fundamentalmente, consequência de um maior dispêndio na área da Limpeza higiene e conforto e o recurso ao aluguer equipamentos médicos e contentores para a assistência ainda necessária na conjuntura pandémica.

GASTOS COM PESSOAL

Rubrica	2020	2021	Δ%
Remunerações Órgãos Sociais e de gestão	491 701	456 818	-7,1%
Remunerações Base do Pessoal	72 346 756	76 312 103	5,5%
Subsídios de Férias e Natal	12 895 210	13 879 534	7,6%
Despesas de representação	48 948	51 432	5,1%
Subsídio de refeição	4 303 128	4 632 367	7,7%
Abonos variáveis ou eventuais	21 718 420	23 625 589	8,8%
Benefícios pós emprego	68 440	93 459	36,6%
Encargos sobre Remunerações	25 915 039	26 429 037	2,0%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	461 106	576 084	24,9%
Gastos de ação social	0	0	-
Outros gastos com Pessoal	540 476	616 241	14,0%
TOTAL	138 789 225	146 672 663	5,7%

As Despesas com o Pessoal que representam 47,4% dos Gastos Totais registaram um aumento de 5,7% e ascenderam a 146,7 milhões de euros. Este aumento é justificado pelas medidas já adotadas anteriormente e que se mantiveram em vigor, durante o ano 2021, em matéria de regimes excepcionais de recrutamento e fixação de profissionais de saúde no SNS. Ainda assim, governo entendeu necessário a definição de medidas adicionais de caráter extraordinário e transitório, (Decreto-Lei nº 10-A/2021, de 2 de fevereiro) devido a continuação da situação da pandemia (COVID 19) que obrigou a tomada de outras

medidas consideradas urgentes e imprescindíveis, designadamente em matéria de gestão de recursos humanos para o SNS.

De entre as rúbricas responsáveis pelo comportamento de evolução desfavorável destacam-se as seguintes:

Remunerações Base de Pessoal verificou um acréscimo de 5,5%, fundamentalmente justificada pelo seguinte:

1. A continuação da situação da pandemia (COVID 19), no ano 2021, levou à contratação de cerca de 114 profissionais de saúde nos vários grupos de pessoal;
2. Atribuição de Horário Acrescido aos enfermeiros e assistentes operacionais com relação jurídica de emprego independentemente da natureza do vínculo sujeitos ao regime de 35 horas de trabalho semanal que passaram ao regime de 42 horas semanais com um acréscimo remuneratório a título de suplemento, correspondente a 37% da remuneração base.

Abonos variáveis ou eventuais registaram acréscimo de 8,8%, realçando-se neste agregado a rúbrica “outros abonos variáveis” que registou 5,0 milhões de euros (2 milhões de euros em 2020). Este aumento é consequência da atribuição de subsídio extraordinário de risco no combate à pandemia da doença COVID 19, extraordinário e transitório durante o ano 2021, conforme artigo 291º da Lei do OE para o ano 2021, regulamentado pela Portaria de nº 69/2021, de 24 de março.

Em relação ao trabalho extraordinário verificou-se um decréscimo de 3,7% (-6,9% nas Horas extraordinárias e de +9,0% em Prevenções) e de 4,2% na rubrica Noites e Suplementos.

Encargos sobre remunerações: em consequência dos acréscimos atrás referidos, o montante da despesa nesta rubrica apresentou um aumento de 2% face ao período homólogo.

ENCARGOS COM O DECRETO LEI 62/79

(euros)

Rubrica	2020	2021	Δ%
1 - Ordenados e Salários	72 838 458	76 768 921	5,4%
2 - Horas Extraordinárias	8 786 112	8 176 298	-6,9%
3 - Prevenções	2 200 849	2 399 423	9,0%
4 - Noites e Suplementos	7 968 365	7 635 577	-4,2%
5 - Decreto Lei 62/79 - (2)+(3)+(4)	18 955 326	18 211 298	-3,9%
% DL 62/79/Ord. e Salários - (5)/(1)	26,0%	23,7%	

De acordo com as disposições legais estabelecidas, os encargos com remunerações suplementares (Decreto Lei 62/79) ascenderam a cerca de 18 milhões de euros e registaram um decréscimo de 3,9%. A despesa na rubrica Horas Extraordinárias e Noites e suplementos foram as que mais contribuiram para este decréscimo em relação a 2020, registando uma diminuição de 6,9% e de 4,2% respetivamente.

DECRETO LEI 62/79 - DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS PROFISSIONAIS

(euros)

Rubrica	2020	2021	Δ%
1 - Ordenados e Salários	72 838 458	76 768 921	5,4%
Médicos	28 777 909	29 444 751	2,3%
Enfermeiros	23 672 707	25 053 029	5,8%
Outro Pessoal ^(a)	20 387 842	22 271 141	9,2%
2 - Horas Extraordinárias	8 786 112	8 176 298	-6,9%
Médicos	5 297 053	5 108 347	-3,6%
Enfermeiros	1 249 976	1 554 515	24,4%
Outro Pessoal	2 239 082	1 513 436	-32,4%
3 - Prevenções	2 200 849	2 399 423	9,0%
Médicos	1 020 859	1 169 973	14,6%
Enfermeiros	558 513	653 609	17,0%
Outro Pessoal	621 477	575 841	-7,3%
4 - Noites e Suplementos	7 968 365	7 635 577	-4,2%
Médicos	1 190 514	1 198 845	0,7%
Enfermeiros	4 436 213	4 556 587	2,7%
Outro Pessoal	2 341 639	1 880 145	-19,7%
5 - Decreto Lei 62/79 - (2)+(3)+(4)	18 955 326	18 211 298	-3,9%
Médicos	7 508 426	7 477 166	-0,4%
Enfermeiros	6 244 702	6 764 710	8,3%
Outro Pessoal	5 202 198	3 969 422	-23,7%
6 - % Dec Lei 62/79 nos ordenados			
Médicos	26,1%	25,4%	
Enfermeiros	26,4%	27,0%	
Outro Pessoal	25,5%	17,8%	

(a) Inclui Remunerações Orgãos Sociais e de gestão

As Horas Extraordinárias apresentaram um decréscimo de 6,9%. Com maior peso neste tipo de remuneração, o grupo profissional dos médicos auferiu cerca de 63% do seu valor total, registando um decréscimo de 3,6% bem como Outro pessoal com decréscimo de 32,4%. O grupo de Enfermagem registou um aumento 24,4%.

A rubrica Prevenções regista um aumento de 9,0% em relação ao ano de 2020. O encargo gerado pelos médicos atingiu cerca de 49% do total despendido com este tipo de remuneração e os Enfermeiros com atingiu 27,2%. Foram estes dois grupos profissionais com um aumento de 14,6% e 17,0% respetivamente que influenciaram este desvio desfavorável.

A rúbrica Noites e Suplementos registou uma diminuição de 4,2% em relação a 2020. O pessoal de enfermagem atinge cerca de 60% do total deste tipo de remuneração, no entanto é o grupo de Outro pessoal que mais contribui (-19,7%) para o decréscimo face a 2020.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E CONCESSÕES

(euros)

Rubrica	2020	2021	Δ%
SNS - Serviço nacional de Saúde (contrato-programa)	167 446 053	164 320 112	-1,9%
Produção	153 325 345	151 191 554	-1,4%
Produção	149 386 846	144 550 996	-3,2%
Medicamentos	3 841 739	6 504 441	69,3%
Sistema de Apoio de Ajudas Técnicas (SAPA)	96 760	136 117	40,7%
Programa de Incentivo à Integração de Cuidados	0	0	-
Outras Prestações de Serviços	14 120 708	13 128 559	-7,0%
Internato Medico	2 761 816	2 761 816	0,0%
Incentivos Institucionais	11 358 892	10 366 743	-8,7%
Prestações de Saúde de Financiamento Vertical (ACSS)	577 621	503 972	-12,8%
Outras entidades responsáveis	6 683 149	6 262 118	-6,3%
Outros serviços	645 068	0	-100,0%
TOTAL	175 351 891	171 086 203	-2,4%

O Total de Prestações de Serviços e Concessões registou um decréscimo de 2,4% face a 2020, ascendendo a 171,1 milhões de euros.

O montante global do Contrato Programa celebrado com a ACSS para 2021, incluindo o valor de custos de contexto de 61,8 milhões de euros (contabilizados na conta 75), ascendeu a 234,5 milhões de euros.

A valorização estimada da produção associada ao Contrato Programa em 2021 ascendeu a 164,3 milhões de euros representando uma diminuição de 1,9% em relação ao período homólogo. De referir que o registo contabilístico da estimativa da prestação de serviços SNS - Serviço nacional de Saúde (contrato-programa), foi o estabelecido pela ACSS (ofício 895/2022) representando 96,4% do valor previsto no contrato-programa. No entanto, tendo em consideração a produção efetivamente realizada pelo CHLO (ponto 6.2 Taxa de execução contrato-programa 2021) a respetiva taxa de execução atingiu os 100%, correspondendo a uma estimativa de valorização que ascende a 173,2 milhões de euros, superior em 8,9 milhões de euros face ao referido valor contabilístico registado.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E CONCESSÕES

(euros)

Rubrica	2020	2021	Δ%
Internamento	66 262 416	62 499 253	-5,7%
Consulta	30 333 880	29 012 037	-4,4%
Urgências	10 419 898	11 180 155	7,3%
GDH Ambulatório	18 640 693	22 577 746	21,1%
Hospital de dia	1 045 564	1 115 080	6,6%
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica	4 871 242	5 008 780	2,8%
Outras prestações de serviços de saúde	42 555 509	39 189 180	-7,9%
Serviço domiciliário	318 589	468 669	47,1%
Programas de Gestão de Doença Crónica	24 030 446	18 788 125	-21,8%
Saúde Sexual e Reprodutiva	147 267	126 189	-14,3%
Rendimentos Incentivos	11 358 892	10 366 743	-8,7%
Medicamentos de Cedência em ambulatório	3 841 739	6 504 441	69,3%
Internos	2 761 816	2 761 816	0,0%
Outras prestações de serviços	96 760	173 197	79,0%
Sistema de Apoio de Ajudas Técnicas (SAPA)	96 760	136 117	40,7%
Programa de Incentivo à Integração de Cuidados	0	0	-
Outras prestações de serviços	0	37 080	-
Prestações de Saúde de Financiamento Vertical (ACSS)	577 621	503 972	-12,8%
Outros serviços	645 068	0	-100,0%
TOTAL	175 351 891	171 086 203	-2,4%

No total das Prestações de Serviços e Concessões, que representam 71% do total de Rendimentos, destacam-se o peso da atividade do Internamento com cerca de 37%, da Consulta com 17,0%, GDH's de ambulatório com 13,2% e dos Programas de Gestão de Doença Crónica com 11%.

6.3.2. ANÁLISE FINANCEIRA

RUBRICAS DO BALANÇO

(euros)

	2020	2021	Δ%
Ativo Não Corrente	62 628 337	68 045 262	8,6%
Ativo Corrente	95 375 869	109 513 896	14,8%
Total Activo	158 004 206	177 559 158	12,4%
Patrimonio Liquido	-50 216 999	-46 819 446	-6,8%
Passivo Não Corrente	9 037 841	13 133 594	45,3%
Passivo Corrente	199 183 365	211 245 010	6,1%
Total do Passivo	208 221 205	224 378 604	7,8%
Total Passivo + Patrimonio Liquido	158 004 206	177 559 158	12,4%

O Ativo Não Corrente atingiu em 2021 o montante de 68 milhões de euros, registando um aumento de 8,6% relativamente a 31 de dezembro de 2020. Esta evolução é consequência do aumento de investimento.

O Ativo Corrente atingiu em 2021 o montante de 109,5 milhões de euros, registando um acréscimo de 14,8%, relativamente ao ano anterior, em consequência da reclassificação da Nota de Credito referente ao encerramento do CP de 2015, bem como o aumento de créditos a receber de terceiros, com maior enfoco na ARSLVT.

O Passivo Não Corrente ascendeu em 2021 o montante de 13,1 milhões de euros, registando um aumento de 45,3% face ao ano transato. Esta evolução justifica-se pelo acréscimo das provisões de processos judiciais em curso, bem como o acréscimo do financiamento do POSEUR.

O Passivo Corrente em 2021 de 211,2 milhões de euros registou um aumento de 6,1% relativamente a 2020. Esta evolução foi, essencialmente, consequência do aumento das outras contas a pagar, e aos adiantamentos da ACSS por conta do Contrato Programa 2021.

O Património Liquido registou uma evolução favorável em relação aos valores de 2020, passando de -50,2 milhões de euros para -46,8 milhões de euros em 2021. Esta evolução é consequência, da entrada de verbas extraordinárias para cobertura de resultados efetuadas pelo Estado Português.

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

	2020	2021
Ráctios de Liquidez		
. Liquidez Geral	47,88%	51,84%
. Liquidez Reduzida	44,03%	41,73%
. Liquidez Imediata	0,73%	0,69%
Ráctios de Estrutura Financeira		
. Autonomia Financeira	-31,78%	-26,37%
. Solvabilidade	-24,12%	-20,87%
. Endividamento	131,78%	126,37%
Prazo médio (dias)		
. Pagamento	206	167

Na análise aos rácios financeiros, é de realçar:

- ♦ O rácio de Liquidez Geral apresentou uma acréscimo refletindo uma aumento do ativo corrente sobre o passivo corrente;
- ♦ A situação de tesouraria registou uma descida refletida no indicador de liquidez reduzida. Continuam a persistirem problemas ao nível da capacidade do CHLO em solver os compromissos de curto prazo;
- ♦ A Liquidez Imediata, reflete uma variação negativa face ao período homólogo, continua a revelar claramente que os meios monetários disponíveis não são suficientes para liquidar o exigível de curto prazo;
- ♦ O rácio da Autonomia Financeira apresenta uma evolução desfavorável, continua a revelar uma debilidade do capital próprio, insuficiente de financiar o Ativo e apresentando uma situação liquida negativa;
- ♦ A análise da solvabilidade revela que não existem ativos suficientes para liquidar o passivo corrente;
- ♦ O grau de endividamento evidencia uma diminuição representando o passivo 126,37% do total do ativo em 2021 (131,78% em 2020).

6.3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Designação	Orçamento 2021	Real 2021	Taxa Execução (%)
GASTOS			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	100 500 547	105 735 492	105,2%
Fornecimentos e serviços externos	38 490 603	43 145 699	112,1%
Gastos com o pessoal	141 782 872	146 672 663	103,4%
Gastos de depreciação e de amortização	9 474 692	10 336 809	109,1%
Perdas por imparidade	0	16 859	-
Em contas a receber	0	0	-
Em inventários	0	16 859	-
Em investimentos financeiros	0	0	-
Perdas por redução de justo valor		0	-
Provisões do período	500 000	3 127 388	625,5%
Outros gastos e perdas	242 253	498 559	205,8%
Gastos e perdas em entidades controladas, associadas e empreend conjuntos	0	0	-
Gastos e perdas por juros e outros encargos	6 406	21 389	333,9%
Juros tributários	160	392	245,6%
Outros juros	0	0	-
Outro gastos e perdas de financiamento	6 246	20 997	336,2%
Total de Gastos	290 997 372	309 554 858	106,4%
RENDIMENTOS			
Impostos, contribuições e taxas	1 363 370	2 503 749	183,6%
Vendas	0	0	-
Prestações de serviços e concessões	179 618 772	171 086 203	95,2%
Variações nos inventários da produção	0	0	-
Trabalhos para a própria entidade	0	0	-
Transferências e subsídios correntes obtidos	61 775 518	62 917 035	101,8%
Reversões	0	436 064	-
Em inventários	0	0	-
De provisões	0	436 064	-
Ganhos por aumentos de justo valor	0	32 443	-
Outros rendimentos e ganhos	2 426 875	4 050 027	166,9%
Descontos pp obtidos	62 381	64 368	103,2%
Rendimentos e ganhos em entidades controladas, associadas e empreend conjuntos	0	0	-
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	-
Outros rendimentos similares	0	0	-
Total de Rendimentos	245 184 536	241 025 521	98,3%
Resultados antes de depreciação e gastos de financiamento (EBITDA)	-36 394 120	-58 235 506	62,5%
Resultados Operacionais (antes de gastos de financiamento)	-45 868 812	-68 572 316	66,9%
Imposto sobre o rendimento			
Resultado Líquido do Período (antes imposto)	-45 812 837	-68 529 336	66,9%

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas registaram um desvio desfavorável de 5,2% face ao previsto no Orçamento Económico. Este desvio é fundamentalmente consequência dos gastos ocorridos com material de consumo clínico, nomeadamente de tratamento e próteses/ortóteses do qual destacamos os dispositivos médicos na área de cardiologia. Os medicamentos também contribuíram para este

acrédito de gastos, continuando o CHLO a investir em medicamentos inovadores na área da oncologia e tendo também que suportar custos de medicamento não previstos para uma área específica de cardiologia. A rúbrica de Fornecimentos e Serviços Externos registou, face ao previsto no Orçamento Económico, uma taxa de execução de 112,1%. Este desvio orçamental ficou, principalmente, a dever-se a gastos ocorridos na área da Limpeza higiene e conforto que ascenderam a cerca de 6,2 milhões de euros, 35,4% acima do orçamentado, à despesa de conservação e reparação que registou um desvio de 14,1%, ao recurso adicional a exames complementares de diagnóstico no exterior cuja despesa foi superior em 22% em relação ao orçamentado. Sendo ainda necessário manter o aluguer de equipamentos e unidades modulares que atingiram um custo de 2,0 milhões de euros, constituindo um desvio de 188% acima do valor orçamentado.

Os Gastos com pessoal registaram um desvio desfavorável de 3,4% em relação ao orçamentado. Continuando o ano 2021 a ser marcado pela situação da pandemia, neste contexto e apesar das medidas já adotadas anteriormente e que se mantiveram em vigor, em matéria de regimes excepcionais de recrutamento e fixação de profissionais de saúde no SNS, ainda assim, o governo entendeu necessário a definição de medidas adicionais de caráter extraordinário e transitório, (Decreto-Lei nº 10-A/2021, de 2 de fevereiro) que obrigou a tomada de outras medidas consideradas urgentes e imprescindíveis, designadamente em matéria de gestão de recursos humanos para o SNS, e que não estavam previstas no Orçamento para 2021.

O Total do agregado Prestação de Serviços e Concessões correspondeu com uma execução de 95,2% em relação ao previsto. O desvio é justificado, conforme já referido, pelo registo contabilístico da estimativa da prestação de serviços SNS - Serviço nacional de Saúde (contrato-programa) estabelecido pela ACSS (ofício 895/2022).

6.3.4. INVESTIMENTO

O Investimento total realizado em 2021 ascendeu a 15,8 milhões de euros.

INVESTIMENTO

	2020				2021		$\Delta \%$
	Valor	Peso %	Valor	Peso %			
Activo Fixo Tangível	9 227 456	60,8%	8 277 746	52,2%			-10,3%
Edifícios e Outras construções	373 596	2,5%	219 439	1,4%			-41,3%
Equipamento Básico	7 004 403	46,1%	6 511 465	41,1%			-7,0%
Equipamento Informático e de telecomunicações	0	0,0%	366	0,0%			-
Investigação e formação, de medida e de utilização técnica especial	12 335	0,1%	11 567	0,1%			-6,2%
Médico-Cirúrgico	4 444 442	29,3%	3 166 599	20,0%			-28,8%
de Imagiologia	1 151 960	7,6%	1 729 732	10,9%			50,2%
de Laboratório	124 994	0,8%	81 347	0,5%			-34,9%
Mobiliário Hospitalar	620 098	4,1%	924 604	5,8%			49,1%
Desinfecção e esterilização	133 670	0,9%	96 204	0,6%			-28,0%
Outro	338 574	2,2%	441 569	2,8%			30,4%
Equip. e material recreativo, desportivo, de educação e de cultura	23 819	0,2%	27 911	0,2%			17,2%
Equip. e material para serviços de alimentação, rouparia e lavandaria	108 809	0,7%	12 927	0,1%			-88,1%
Equipamento e material de apoio à produção	45 704	0,3%	18 639	0,1%			-59,2%
Equipamento de transporte	0	0,0%	63 997	0,4%			-
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	0	0,0%	0	0,0%			-
Equipamento Administrativo	60 362	0,4%	77 179	0,5%			27,9%
Equipamento Informático	733 566	4,8%	722 048	4,6%			-1,6%
Outras	1 055 528	6,9%	683 617	4,3%			-35,2%
Investimento em Curso	5 856 597	38,6%	7 268 683	45,9%			24,1%
Activo Intangível	103 902	0,7%	296 937	1,9%			185,8%
Programas de computador	58 949	0,4%	0	0,0%			-100,0%
Investimento em Curso	44 953	0,3%	296 937	1,9%			560,5%
TOTAL INVESTIMENTO	15 187 956	100,0%	15 843 366	100,0%			4,3%

Realçam-se os investimentos realizados em equipamentos Médico-Cirúrgico e de Imagiologia onde se investiram montantes na ordem de 3,2 milhões de euros e de 1,7 milhões de euros, respectivamente. O investimento em Mobiliário Hospitalar ascendeu a 0,9 milhões de euros, em equipamento Informático ascendeu a cerca de 0,7 milhões de euros em 2021 tendo em outras – outros ativos fixos- atingido 0,7 milhões de euros. De realçar ainda o investimento em curso referente a obras efetuadas nas alas hospitalares e eficiência energética dos três hospitais que compõem o CHLO , cujo montante ascendeu a 7,3 milhões de euros.

6.4. RECURSOS HUMANOS

O ano 2021, continuou a ser marcado pela situação da pandemia (COVID 19), neste contexto e apesar das medidas já adotadas anteriormente e que se mantiveram em vigor, durante o ano 2021, em matéria de regimes excepcionais de recrutamento e fixação de profissionais de saúde no SNS, ainda assim, o governo entendeu necessário a definição de medidas adicionais de caráter extraordinário e transitório, (Decreto-Lei nº 10-A/2021, de 2 de fevereiro) devido a continuação da situação da pandemia (COVID 19) que obrigou a tomada de outras medidas consideradas urgentes e imprescindíveis, designadamente em matéria de gestão de recursos humanos para o SNS, e que não tinham sido incluídas no Orçamento para 2021.

Assim, o aumento verificado no ano 2021 foi, maioritariamente, consequência das medidas ocorridas durante o ano, nomeadamente:

- A continuação da situação da pandemia (COVID 19), no ano 2021, levou à contratação de cerca de 114 profissionais de saúde nos vários grupos de pessoal;
- Verificou-se também um aumento das horas extraordinárias e suplementares, essencialmente, no início do ano com o pico da 3^a vaga da Pandemia, e também devido à aplicação do nº1, artigo 3º do Dec. Lei 10-A/2021 de 02/02, (acréscimo de 50% sobre a remuneração correspondente à que caberia por igual período de Trabalho Extra);
- Atribuição de Horário Acrescido aos enfermeiros e assistentes operacionais com relação jurídica de emprego independentemente da natureza do vínculo sujeitos ao regime de 35 horas de trabalho semanal que passaram ao regime de 42 horas semanais com um acréscimo remuneratório a título de suplemento, correspondente a 37% da remuneração base;
- Atribuição de Subsídio Extraordinário de Risco no combate à pandemia da doença COVID 19, extraordinário e transitório durante o ano 2021, conforme artigo 291º da Lei do OE para o ano 2021, regulamentado pela Portaria de nº 69/2021, de 24 de março.

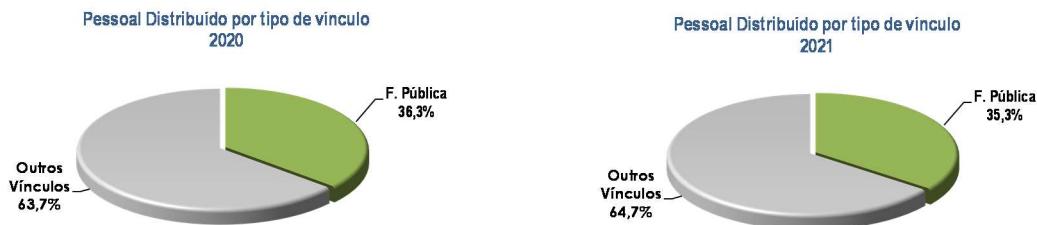
6.4.1. EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS

No final do ano 2021, o CHLO tinha a exercer funções 4.692 trabalhadores, dos quais 1.139 são homens e 3.530 são mulheres, evidenciando-se uma predominância do sexo feminino (75,6%) em todos os grupos profissionais, com exceção do pessoal de Informática.

Grupos de Pessoal	2020				2021				Δ%			
	F. Púb.	C.I.T.	P. S.	Total	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total
Dirigente	23	5		28	20	8		28	-13%	60%		0,0%
Médico	218	361		579	205	380		585	-6%	5%		1,0%
Internato Médico	440			440	476			476	8%			8,2%
Téc. Sup. Saúde	14	27		41	14	26		40	0%	-4%		-2,4%
Téc. Superior	22	50		72	13	73		86	-41%	46%		19,4%
Enfermagem	421	1 114	21	1 556	424	1 113	19	1 556	1%	0%	-10%	0,0%
Informática	2	10		12	2	10		12	0%	0%		0,0%
Docente	2	1	1	4	2	1	1	4	0%	0%	0%	0,0%
Téc. Sup. Diag. Terap.	160	197	1	358	156	203	1	360	-3%	3%	0%	0,6%
Assistente Técnico	88	326		414	88	330		418	0%	1%		1,0%
Assistente Operacional	271	800		1 071	255	868		1 123	-6%	9%		4,9%
Outro Pessoal		1	2	3		2	2	4		100%	0%	33,3%
TOTAL	1 661	2 892	25	4 578	1 655	3 014	23	4 692	0%	4%	-8%	2,5%

* Informação de acordo com o Balanço Social

Pela análise do quadro, verifica-se o aumento de profissionais ao serviço do CHLO, em efetividade de funções, apresentando o CHLO mais 114 elementos face ao período homólogo de 2020, após a contabilização de todas as saídas/entradas ao longo do ano 2021. O grupo profissional responsável pelo aumento de efetivos foram os Assistentes Operacionais (+52). Tal como em anos anteriores, a concentração do maior número de efetivos situa-se nos grupos de pessoal de Enfermagem, Médico e Assistente Operacional, representando 79,7% do total de profissionais do CHLO.



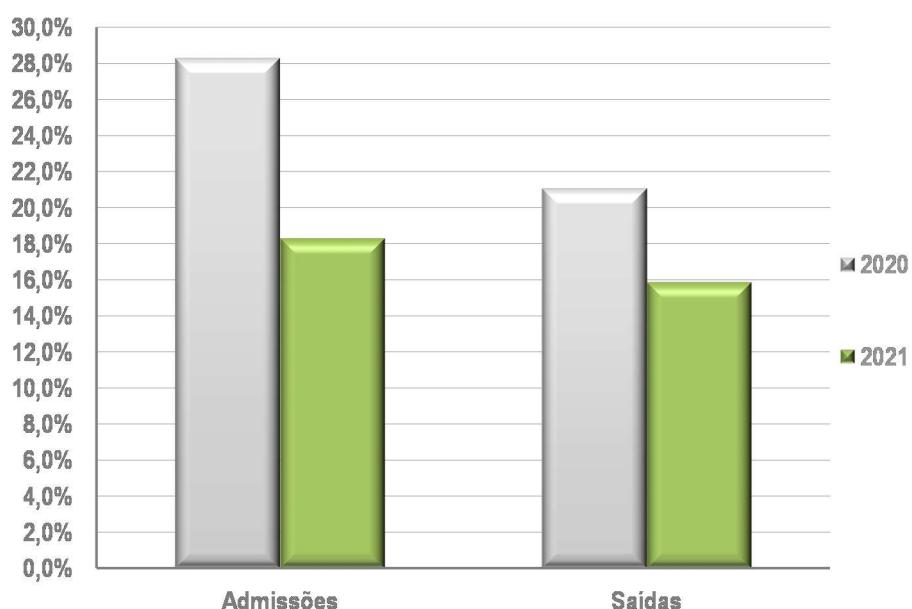
Quanto à natureza do vínculo, 1.655 colaboradores detêm uma relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato em funções públicas (35,3%) e 3.037 são abrangidos por outros tipos de vínculo, nomeadamente, contratos individuais de trabalho e prestações de serviço em nome individual, correspondentes, a 64,7% dos efetivos

6.4.2. MOBILIDADE DE PESSOAL

O quadro seguinte possibilita analisar a mobilidade, por grupos profissionais:

MOBILIDADE DE PESSOAL

Grupos Profissionais	Saídas		$\Delta\%$	Admissões		$\Delta\%$
	2020	2021		2020	2021	
Dirigente	2	3	33,3%	2	3	50,0%
Médico	337	326	-3,3%	330	368	11,5%
Téc. Sup. Saúde	1	1	0,0%	2		-100,0%
Téc. Superior	13	6	-53,8%	10	20	100,0%
Enfermagem	310	208	-32,9%	442	208	-52,9%
Informática	2		-100,0%	2		-100,0%
Docente						
Téc. Sup. Diag. Terap.	54	45	-16,7%	80	47	-41,3%
Assistente Técnico	42	31	-26,2%	61	35	-42,6%
Assistente Operacional	204	125	-38,7%	367	177	-51,8%
Outro Pessoal				1		
TOTAL GERAL	965	745	-22,8%	1296	859	-33,7%
% Admissões				28,3%	18,3%	-10,0%
% Saídas	21,1%	15,9%	-5,2%			



Analisando os dados referentes à mobilidade de pessoal, constatamos o aumento relativamente ao número de Admissões (859) para fazer face à Pandemia, contra o número de saídas (745), o que justifica o aumento de efetivos verificado ao longo do ano de 2021.

No entanto, no que se refere às admissões, em 2021, registou-se uma diminuição de 5,2%, relativamente a 2020, quanto às saídas verificou-se uma diminuição de 10% face ao período homólogo.

6.4.3. ABSENTISMO

No ano de 2021, a taxa de absentismo apresenta um aumento face ao ano de 2020, apresentando um total de 149.034 dias de ausência, correspondente a um acréscimo de 2,7%.

A taxa de absentismo do CHLO em 2021 foi de 14,3%, face a 11,6% em 2020, correspondente a um acréscimo de 30.114 dias de ausência. Os grupos Médico e de informática formam os dois grupos onde a taxa de absentismo foi inferior ao ano de 2020. Assistentes Operacionais, Enfermagem e Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica e foram os que mais contribuíram para esta evolução percentual, com uma taxa de absentismo de 15,9%, 15,5% e 14,5% respetivamente, equivalente a mais 11.698, 14.599 e 2.672 dias de ausência, respetivamente.

ABSENTISMO POR GRUPOS PROFISSIONAIS

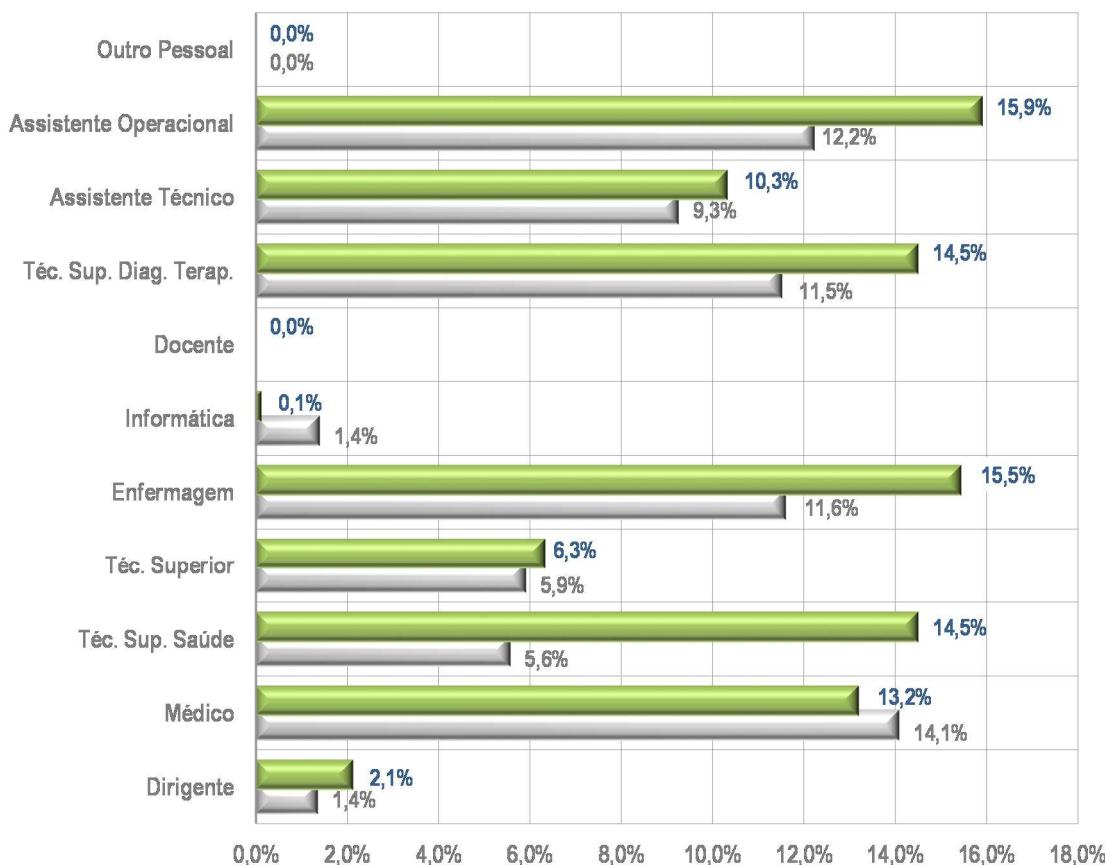
Grupos de Pessoal	Dias de Ausência			Tx de Absentismo		
	2020	2021	Δ%	2020	2021	Δ%
Dirigente	95	149	56,8%	1,4%	2,1%	0,8%
Médico	20 322	19 169	-5,7%	14,1%	13,3%	-0,7%
Téc. Sup. Saúde	570	1 440	152,6%	5,6%	14,2%	8,6%
Téc. Superior	1 062	1 354	27,5%	5,9%	7,6%	1,7%
Enfermagem	44 373	58 922	32,8%	11,6%	15,5%	3,9%
Informática	42	4	-90,5%	1,4%	0,1%	-1,3%
Docente					0,0%	0,0%
Téc. Sup. Diag. Terap.	10 253	12 925	26,1%	11,5%	14,6%	3,1%
Assistente Técnico	9 552	10 722	12,2%	9,3%	10,4%	1,2%
Assistente Operacional	32 621	44 349	36,0%	12,2%	16,7%	4,5%
Outro Pessoal	30		100,0%	12,0%	0,0%	-12,0%
TOTAL	118 920	149 034	25,3%	11,6%	14,3%	2,7%

Taxa de Absentismo =

*Nº de Faltas / (Dias de Trabalho * Nº de Efetivos) * 100*

Taxa de Absentismo 2020/2021

■ 2021 ■ 2020



Em 2021, os motivos de ausência que mais se destacam foram a doença (Isolamentos Profiláticos, Doença profissional Covid) e proteção na parentalidade (encerramento de estabelecimentos de ensino), que representam 47,2% e 39,9% do total de faltas ao serviço, equivalente a 70.433 e 59.416 dias de ausência, respetivamente, claramente um indicador de uma população jovem, nomeadamente, no grupo profissional dos Enfermeiros e TSDT.

A soma das ausências por doença, doença profissional e proteção na parentalidade correspondem a cerca de 95,3% do total de faltas em 2021 no CHLO.

ABSENTISMO POR MOTIVO DE AUSÊNCIA

Motivo de ausência	2020	2021	Δ%
Casamento	415	1 123	170,6%
Protecção na parentalidade	44 104	59 416	34,7%
Falecimento de familiar	794	1 039	30,9%
Doença	55 960	70 343	25,7%
Por acidente de serviço ou doença prof	10 169	12 229	20,3%
Assistência a familiares	875	1 249	42,7%
Trabalhador estudante	1 035	1 235	19,3%
Por conta do período de férias	64	115	79,7%
Com perda de vencimento	552	361	-34,6%
Greve	1 075	509	-52,7%
Injustificadas	251	199	-20,7%
Outros	3 626	1 216	-66,5%
TOTAL	118 920	149 034	25,3%

6.4.4. ESTRUTURA ETÁRIA

Em termos de Estrutura Etária do CHLO, em 2021, verifica-se que cerca 59,4% dos colaboradores têm menos de 45 anos. É na faixa etária entre os 25-29 anos que se situa o maior número de elementos, com 740 efetivos correspondentes a 16% dos efetivos.

Em 2021, com idade superior a 59 anos, registam-se 444 colaboradores, cerca de 10% do total de profissionais, um valor ligeiramente superior ao registado em 2020 (9%).

DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÕES ETÁRIOS

Escalão	Masculino			Feminino			Total			%	
	Etário	2020	2021	Δ%	2020	2021	Δ%	2020	2021	Δ%	2020
18 - 24	59	57	-3,4%	276	240	-13,0%	335	297	-11,3%	7,2%	6,4%
25 - 29	189	184	-2,6%	515	556	8,0%	704	740	5,1%	15,1%	15,8%
30 - 34	165	181	9,7%	420	401	-4,5%	585	582	-0,5%	12,5%	12,5%
35 - 39	160	149	-6,9%	460	490	6,5%	620	639	3,1%	13,3%	13,7%
40 - 44	129	134	3,9%	369	383	3,8%	498	517	3,8%	10,7%	11,1%
45 - 49	114	120	5,3%	420	416	-1,0%	534	536	0,4%	11,4%	11,5%
50 - 54	122	121	-0,8%	357	356	-0,3%	479	477	-0,4%	10,3%	10,2%
55 - 59	86	86	0,0%	335	351	4,8%	421	437	3,8%	9,0%	9,4%
60 - 64	68	66	-2,9%	241	271	12,4%	309	337	9,1%	6,6%	7,2%
65 - 69	40	39	-2,5%	51	65	27,5%	91	104	14,3%	1,9%	2,2%
70 e mais	2	2	0,0%	0	1	0,0%	2	3	50,0%	0,0%	0,1%
TOTAL	1 134	1 139	0,4%	3 444	3 530	2,5%	4 578	4 669	2,0%	100,0%	100,0%

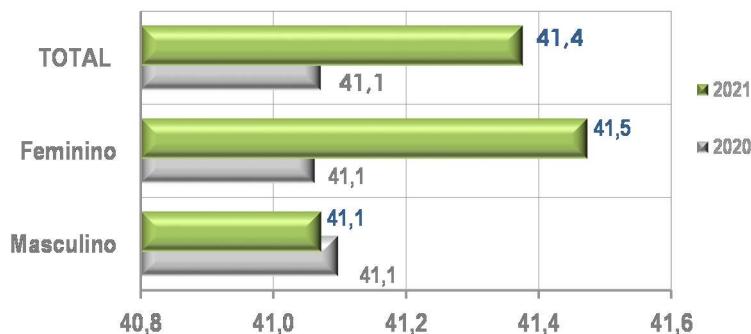
Resumindo, da análise da estrutura etária do CHLO, conclui-se que estamos perante um efetivo, maioritariamente jovem, dado que 48% dos efetivos tem menos de 40 anos.



Quanto à distribuição etária por sexo, o grupo com maior dimensão é sem dúvida o grupo do sexo feminino, com 3.530 efetivos, correspondentes a 75,6% dos colaboradores do CHLO. O escalão etário com maior população feminina encontra-se entre os 25 - 29 anos, com 556 elementos.

IDADE MÉDIA POR SEXOS

	2020	2021	Δ%
Masculino	41,1	41,1	-0,1%
Feminino	41,1	41,5	0,9%
TOTAL	41,1	41,4	0,7%



No que se refere à idade média dos colaboradores do CHLO, esta situa-se nos 41,4 anos, com uma ligeira diminuição de 0,7 anos, relativamente a 2020.

6.4.5. FORMAÇÃO

No ano de 2021 foram realizadas 145 ações de formação que tiveram a participação total de 2.120 formandos (2.070 internos e 50 externos). Em comparação com o ano anterior, que ficou marcado pelo início da pandemia resultante do novo coronavírus, verificou-se um aumento muito acentuado, na ordem dos 74%, conforme se ilustra no quadro que a seguir se apresenta.

Este aumento deveu-se principalmente à tentativa de recuperação da crise económico-social provocada pela pandemia, resultante das medidas excepcionais apresentadas pelo governo e que, com a colaboração conjunta e empenhamento de todos, tem-se revelado num resultado positivo.

De referir também a importância que teve o reconhecimento e o desenvolvimento do Processo de Certificação de Qualidade dos Centros de Referência do CHLO em diversas áreas de intervenção, cujo início foi em 2016.

Por outro lado, o elevado número de formações nas seguintes áreas: Reanimação; Regulamento Geral da Proteção de Dados; Comportamental; Controlo da Infeção e Gestão de Resíduos hospitalares; teve uma abrangência de 1.291 formandos, o que representou 61% do total das participações.

ACTIVIDADE DO CENTRO DE FORMAÇÃO

	2020	2021	Δ%
N.º Acções	38	145	281,6%
N.º Total Formandos (internos+externos)	826	2 120	156,7%
Volume Formação	1 802	14 495	704,4%

Todavia, destacou-se a formação na área da Reanimação que abrangeu a realização de várias edições dos cursos de SAV, SAV Pediátrico, SBV, SIV e SIV Pediátrico, tendo tido primordial relevância em termos do número de participações com um total de 421 formandos, distribuídos pelos seguintes grupos profissionais: enfermeiros, médicos, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, assistentes técnicos e operacionais, tendo-se atingido apenas menos 9 participantes do que em 2019, ano que antecedeu a pandemia.

Igualmente se destacou a necessidade de ter havido um maior número de formações na área comportamental, em virtude desta ter despertado grande interesse por parte dos profissionais com 236 formandos, mais 56 do que em 2019.

Há que mencionar ainda a realização de várias edições de formação contínua em Cuidados Paliativos, Leitura de Traçados Cardíacos, Ventilação não Invasiva, entre outras.

À semelhança de anos anteriores, manteve-se uma adesão muito significativa dos enfermeiros à formação com 57% do total de formandos internos abrangidos no Plano de Formação, seguindo-se os médicos e os assistentes operacionais com 12% e 11% respetivamente. Os assistentes técnicos, os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica com apenas 7% e os técnicos superiores com 6%.

Ano	Adm. Hosp.	Médicos	Tec. Sup Saude	Enferm.	Tec. Sup	TSDT	Ass. Tec.	Ass. Op.	Pess Dirig	Técn. Inf	Total
Formandos internos 2021	2	246	11	1 177	119	141	150	219	3	2	2 070
Formandos internos 2020	4	118	8	363	5	70	100	152	0	0	820

6.4.5.1. FORMAÇÃO PRÉ-GRADUADA

Em 2021, o CHLO manteve a participação no ensino pré-graduado, com base em protocolo com a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa. Participou igualmente no ensino pré-graduado de algumas Universidades Privadas com as quais estabeleceu igualmente protocolo.

6.4.5.2. FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA - INTERNATO

A formação de médicos é um importante contributo para a evolução técnica e sustentabilidade científica dos serviços de saúde.

Neste âmbito, o CHLO assegurou, em 2021, a continuação dos Internatos Médicos de Especialização e do Ano Comum, colaborou também na formação de internos de outras instituições do SNS, das Forças Armadas e das Regiões Autónomas.

O CHLO mantém ainda protocolos com os PALOP para formação de Médicos em estágios correspondentes às várias especialidades médicas.

6.5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

O ano de 2021 e na sequência de 2020, continuou a ser marcado pela situação de pandemia de COVID19, o que teve grande impacto na área da saúde, onde o CHLO está incluído.

Neste período a prioridade do Serviço de Sistemas e Tecnologias de Informação (STTI) continuou assim a ser direcionada para o reforço da capacidade do CHLO em dar resposta a esta situação.

No entanto o STTI avançou com outros projetos importantes, como seja o reforço da rede de dados, instalação de novos postos de acesso aos sistemas aplicacionais, expansão das comunicações VoiP.

Foi também iniciado o projeto, no âmbito de uma candidatura SAMA, de desmaterialização do processo clínico do doente a cabeceira do doente, nos nossos internamentos.

Iniciou-se também o projeto, que se pretende concluir em 2022, da transição do sistema aplicacional das nossas urgências, para o sistema SClinico fornecido pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS).

Foi também adquirida uma solução aplicacional, em fins de 2021, que irá permitir durante 2022 reformular e desmaterializar os processos no bloco de partos do CHLO, que até esta data estavam em suporte de papel.

Por último referir o facto de termos efetuado apoio a colaboradores do CHLO, tanto em situação de presença física no CHLO, como em teletrabalho, o que colocou novos desafios ao STTI.

6.6. INVESTIGAÇÃO CLÍNICA

Em 2021 a estrutura do DIC passou a englobar a renovação de Contrato de prestação de Serviços de gestão em investigação clínica com a Nova CRU – FCM, desta feita contemplando mais dois elementos para a coordenação. Alocação de dois enfermeiros do CHLO a tempo inteiro para o DIC. Uma Sala de apoio à coordenação no HEM e uma sala de apoio à coordenação no Hospital de Santa Cruz.

No Ano de 2021 foram autorizados 60 Estudos, e 21 Adendas.

Destacaram-se durante o ano de 2021 as seguintes atividades:

- Apoio de Secretariado e Monitorização dos ensaios em curso e início de novos estudos autorizados pelo CA;
- Apoio à Coordenação de Ensaios Clínicos e Estudos em curso no CHLO;
- Apoio à apresentação de trabalhos científicos em reuniões nacionais e internacionais;
- Apoio à Publicação de artigos científicos em revistas conceituadas das várias especialidades;
- Apoio a Cursos de pós graduação;
- Seleção de Trabalhos Candidatos ao Prémio Dr. Carlos Lima de Investigação Clínica;
- Disponibilização de Consultoria científica na área da Estatística, com apoio de um consultor;
- Renovação de contrato com a Revista British Medical Journal Case Reports para publicação de trabalhos científicos;
- Curso introdução à Investigação Clínica para os novos Internos do CHLO.
- Candidatura e obtenção do prémio AICIB (Agência para investigação clínica e Biomédica), com projeto que visa promover divulgação da investigação clínica
- Compilação de informação e disponibilização da mesma na Portugal Clinical Trials.

6.7. DEPARTAMENTO DA QUALIDADE

Em 2021 pouco do que foi previsto pôde ser concretizado fruto da pandemia que continuou a alterar toda a estrutura organizacional no CHLO.

A grande solicitação dos membros do Departamento com responsabilidades clínicas (médicos e enfermeiros) não deixou espaço para dedicação desejável aos aspectos da promoção da Qualidade da intervenção hospitalar.

Por outro lado a redução do número de membros do grupo de trabalho obrigou a um processo de recrutamento, difícil neste particular período. Mesmo assim conseguimos ampliar um pouco a equipa da Qualidade.

Assim há a referir:

- ♦ **Registo de incidentes**
- ♦ **Plataforma Patient Safety Company (Antares)**

Incidentes e Registo de incidentes

Em 2021 observou-se uma ampliação da tipologia de registos efectuados, o que faz crer na ainda maior familiaridade com o sistema e confiança do quórum hospitalar nesse sistema.

O esforço possível na avaliação das causas desses incidentes tornou-se mais evidente , com elementos da equipa visitando regularmente os serviços procurando compreender a possível resposta e sua implementação, se aplicável, em termos de melhoria.

Globalmente os aspectos relacionados com ineficiência de transporte de doentes, medicação, e questões organizacionais continuaram a pesar significativamente no conjunto de registos.

Alguns aspectos hoteleiros, concretamente, limpeza, e serviço de refeições, foram indesejavelmente presentes, tal como no ano anterior.

Continuou a ter uma relevância particular o aparecimento dum quadro de agressividade do cidadão para com os profissionais pelo que seria importante dar instrumentos de defesa aos profissionais; infelizmente nem a PSP presente no Hospital HSFX nem a tutela (consciente desta situação) corresponderam às nossas expectativas nesta demanda ainda este ano.

O número elevado de quedas registado entre nós (tal como continua a acontecer no país e internacionalmente) é agravado sem dúvida pelo escasso número de profissionais auxiliares e de enfermagem perante a carga de trabalho que constatamos; alguns casos podiam ser evitados talvez, mas não muitos, estou certa disso.

Sublinhamos, apesar das dificuldades, o empenho dos elementos da CQS, os obreiros neste domínio a nível de cada hospital CHLO, no contacto com os serviços e seus interlocutores procurando analizar o que não corre bem e como podem ser minimizadas as falhas. Naturalmente a expressão dessa vivência foi diferente hospital a hospital.

- ♦ **Detecção de mensagens de convocação de consultas indevidas**

Detectada falha nas mensagens automáticas destinadas aos doentes que se deslocavam ao hospital sendo que a consulta seria telefónica, portanto não presencial. Situação corrigida. Constatou-se melhoria da qualidade da informação dirigida por mensagem aos cidadãos.

- ♦ **Comprovação da Manutenção da Política de Segurança do Medicamento**

IT Medicamentos de alerta máximo, Medicamentos LASA, alertas à prescrição electrónica, extensão da prescrição electrónica no domínio da Hematolo /Oncologia.

Ensino ao doente polimedicado.

(responsabilidade dos serviços Farmacêuticos sob controlo do seu sistema da qualidade)

- ♦ **Auditorias Internas**

Actividades transversais-apesar das dificuldades foi possível realizar algumas auditorias no âmbito da correcta identificação do doente, ISBAR, ensino ao doente, quedas e suas causas, úlceras de pressão, a nível individual de serviço. Notas de alta. Infecção nosocomial.

Auditória interna da Unidade de Hospitalização Domiciliária (duas).

- ♦ **Formação Interna**

Não foi possível no contexto que vivemos desenvolver acção, excepto:

Continuação da actividade de Segregação de Resíduos

♦ **Segurança do doente**

- Assinalado o dia com ilustração na Intranet dos aspectos identificados pela OMS para o ano em curso.
- Programa de melhoria de Informação na transição de cuidados em Emergência Obstétrica. (Abril)
 - ♦ **Colaboração no Questionário Segurança do Doente (DGS)**
 - ♦ **Participação no Programa SINAS**

No âmbito da Excelência Organizacional nos três hospitais CHLO e em alguns serviços no que se refere à Excelência Clínica.

O HEM foi objecto de auditoria externa SINAS-ERS na área de Cir do ambulatório.

Os três hospitais participaram no Programa de avaliação da Qualidade Organizacional da ERS.

♦ **Acreditação ACSA**

- Manutenção do sistema de acreditação ACSA nos serviços já acreditados.
- Finalização do processo de acreditação no serviço de Radiologia.
- Colaboração na acreditação europeia do Centro de Referência de cardiopatias congénitas (S Cardiologia pediátrica)
 - ♦ **Realização de Inquérito telefónico de avaliação da Satisfação dos doentes com a consulta telefónica**

Finalizado este inquérito que nos permite identificar linhas de acção para melhoria de acessibilidade a cuidados de saúde em 2022.

♦ **Políticas da qualidade CHLO**

Revisão das políticas e procedimentos em vigor já disponibilizadas na Intranet.

Criação de novos documentos (eg Controlo documental)

♦ **Participação activa no Programa de Prevenção da Legionella (PIOPAL)**

6.8. COMISSÃO DE ÉTICA

No decorrer do ano 2020 realizaram-se 12 reuniões ordinárias da Comissão de Ética salientando-se as seguintes atividades:

- ♦ Atividade assistencial (emissão de pareceres por solicitação de diferentes serviços do CHLO);
- ♦ Atividade de investigação:
 - Foram recebidos 148 pedidos de parecer para realização de estudos. Destes, 92 por se encontrarem completos e de acordo com as Normas da Comissão de Ética para a Saúde (CES) foram submetidos a apreciação: 68 registos observacionais/projetos de investigação clínica (62 com parecer favorável e 6 em apreciação); 10 Estudos conducentes a provas académicas (9 com parecer favorável e 1 em apreciação); 14 Adendas/Emendas a estudos aprovados anteriormente (as 14 com parecer favorável);
 - Foram emitidos 2 pareceres para publicação de artigos em revistas indexadas (os 2 com parecer favorável);

- Foi elaborado um documento interno de procedimentos para pedidos de Dispensa de Consentimento Informado;
- Foi emitido parecer prévio elaborado pela CES sobre “*Registo de doentes com infecção por SARS-CoV-2*”;
- Foi emitido parecer prévio elaborado pela CES sobre “*Utilização de fármacos off-label no contexto do tratamento da Covid-19*”;
- ♦ Apreciaram-se 30 modelos de consentimento informado a utilizar na prática clínica (14 com parecer favorável definitivo, os restantes aguardam parecer final por pedido de retificações nos documentos, solicitadas ao respetivo Diretor de Serviço);
- ♦ Apreciaram-se 24 dispensas de consentimento informado no âmbito de atividade de investigação;
- ♦ Obtenção de 2 Consentimentos Informados no âmbito de atividade de investigação, via correio e/ou via online (pedidos excepcionais, face a situação de pandemia por COVID-19);
- ♦ Apreciaram-se 256 justificações para autorização de utilização de medicamentos que não fazem parte do FHNM ou cuja aplicação não se encontra ainda aprovada pelo INFARMED.

6.9. GRUPO DE COORDENAÇÃO LOCAL DE PREVENÇÃO E controlo DE INFEÇÃO E RESISTÊNCIAS AOS ANTIMICROBIANOS (GCL-PPCIRA)

No âmbito das competências que lhe são atribuídas, o GCL-PPCIRA realizou diversas atividades ao longo de 2021, das quais se destacam:

Vigilância Epidemiológica

- ♦ No âmbito da pandemia foi efetuado levantamento de contatos, implementadas medidas de prevenção e controlo da infecção;
- ♦ Vigilância epidemiológica de incidência da infecção nosocomial da corrente sanguínea e da infecção a *Clostridioides difficile*. Devido à pandemia COVID, a restante atividade de vigilância epidemiológica foi sendo gerida caso-a-caso, por serviço, tipo de infecção e microrganismos responsáveis.
- ♦ Programa de vigilância epidemiológica com sede Europeia (ECDC):
 - Surveillance of surgical site infections and prevention indicators in European hospitals – HAISSI;
 - Surveillance of healthcare-associated infections and prevention indicators in European intensive care units: HAI-Net ICU;
 - European Surveillance of *Clostridioides difficile* infections.
- ♦ Programa de vigilância epidemiológica da infecção nosocomial em unidades de cuidados intensivos neonatais (VE-UCIN) que integra o Programa de Prevenção e Controlo das Infecções e das Resistências aos Antimicrobianos – PPCIRA/DGS;
- ♦ Vigilância epidemiológica da infecção nosocomial da corrente sanguínea - PPCIRA/DGS;

- ♦ Vigilância epidemiológica das resistências aos antimicrobianos de microrganismos alerta e problema de acordo com a Norma 004/2013 da Direção Geral de Saúde;

Formação / Acompanhamento Clínico

Maioritariamente orientadas na prevenção da infecção a SARS-CoV-2

- ♦ Organização, coordenação e participação em ações de formação interna, em colaboração com Departamento de Formação do CHLO (Plano Anual de Formação);
- ♦ Integração de novos Enfermeiros, políticas do GCL-PPCIRA;
- ♦ Integração de novos Assistentes Operacionais, políticas do GCL-PPCIRA;
- ♦ Formação Internato Médico do CHLO;
- ♦ Orientação das práticas clínicas;
- ♦ Continuação da elaboração ou atualização de recomendações, procedimentos e normas para o manual de prevenção e controlo de infecção e de resistência aos antimicrobianos do CHLO;
- ♦ Emissão de pareceres em prevenção e controlo de infecção (P&CI) e utilização de antimicrobianos e antissépticos;

Auditoria de estrutura, processo e resultado

- ♦ Campanha das Precauções Básicas em Controlo de Infecção (PBCI) – Direção Geral de Saúde e Organização Mundial de Saúde;
- ♦ Auditoria ao feixe de intervenções à prevenção da ILC;
- ♦ Auditoria ao feixe de intervenções à prevenção da INCS associada a cateter Venoso Central
- ♦ Auditoria ao feixe de intervenções à prevenção da infecção urinária associada a cateter vesical;
- ♦ Auditoria ao feixe de intervenções à prevenção da pneumonia associada à intubação;
- ♦ Auditorias internas a indicadores de estrutura, processo e resultado;

Programa de apoio à prescrição antibiótica

- ♦ O Programa de Apoio à Prescrição Antibiótica sofreu atrasos significativos com a pandemia, uma vez que o horário dos elementos PAPA alocados foi desviado para atividade assistencial a áreas COVID.
- ♦ Em Maio de 2021 foi reativado o programa PAPA e a colaboração no Programa Nacional de Prevenção das Resistências aos Antimicrobianos, tendo sido realizados:
 - Auditorias ao consumo de antimicrobianos no CHLO;
 - Eleição de Serviços-Piloto do CHLO para a implementação de planos de melhoria da prescrição de terapêutica antimicrobiana, e na redução de consumo de carbapenemais;
 - Organização de sessões pedagógicas nos Serviços do CHLO por forma a regulamentar e otimizar a prescrição de antimicrobianos;

- Elaboração/atualização de recomendações institucionais sobre profilaxia antibiótica e terapêutica empírica e dirigida a síndromas e microrganismos específicos.

Colaboração em atividades de gestão – Pandemia SARS-CoV-2

- ♦ Em estreita colaboração com o Serviço de Gestão de Compras, foram elaboradas necessidades de consumo em matéria de Equipamento e Proteção Individual, verificadas as suas especificidades e adequação dos mesmos, com justificação ao INFARMED e DGS sobre EPI que não cumpria as normas nacionais e europeias;
- ♦ Acompanhamento e monitorização dos Planos de Contingência dos Serviços no contexto da pandemia;
- ♦ Acompanhamento e implementação das Normas e Orientações COVID-19 da DGS;
- ♦ Publicação de recomendações em matéria de P&CI, divulgados nos serviços e publicados na Intranet;
- ♦ Emissão de pareceres no âmbito da COVID;
- ♦ Reorganização estrutural dos Serviços COVID e não COVID;
- ♦ Organização transversal de indicadores de estrutura para os serviços COVID;
- ♦ Auditoria aos Processos Clínicos, no contexto da adequação dos rastreios COVID e estado vacinal dos doentes internados.
- ♦ Formação sobre EPI COVID a grupos de médicos, enfermeiros, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica e assistentes operacionais;
- ♦ Formação aos AO sobre processos de limpeza e desinfeção em contexto COVID;
- ♦ Participação ativa em reuniões, com as áreas clínicas e não clínicas, sobre medidas de P&CI, no sentido da criação e implementação de circuitos gerais, de respiratórios e não respiratórios;
- ♦ Dinamização do controlo das entradas de doentes, visitas e acompanhantes no Hospital;
- ♦ Elaboração dos circuitos de visitas para serviços COVID e não COVID;

Colaboração em atividades de gestão – Outros:

- ♦ Acompanhamento à acreditação/ certificação de serviços de internamento;
- ♦ Dados de indicadores de Qualidade na área de prevenção e controlo de infecção, identificação de standards e padrões de Qualidade para os indicadores de qualidade de PPCIRA;
- ♦ Participação nas reuniões de Qualidade e desempenho dos diversos Serviços;
- ♦ Assessoria ao Conselho de Administração e outros serviços do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, em assuntos do âmbito do PPCIRA;
- ♦ Júri de concurso de prestação de serviços de higiene e limpeza;
- ♦ Planeamento e acompanhamento na realização de testes microbiológicos de superfícies;

- ♦ Planeamento e acompanhamento de bidescontaminação ambiental.

Projetos de investigação/Participação em projetos de investigação/Publicações

- ♦ No ano de 2021, face à situação de pandemia, não houve produção nesta matéria.

Colaboração em atividades para a acreditação de serviços clínicos do CHLO

- ♦ Integração na equipa de acreditação dos serviços clínicos.

6.10. SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social no ano 2021, ainda sob o contexto da pandemia covid, continuou no apoio aos serviços de ação médica.

Embora com instabilidade e condicionantes de organização, verificou-se uma maior capacidade de controlo e adaptação na equipa, no modo de agir, face ás “interferências” encontradas, que neste ano já não se apresentaram como completamente novas, embora nem sempre esperadas. Como principais entraves sentidos no trabalho da equipa, dizem respeito: em alguns casos, á manutenção de condições muito exíguas do espaço de trabalho da equipa; e, no acompanhamento das altas hospitalares, pese embora o reconhecimento de ter sido feito algum investimento pela Misericórdia e Segurança Social, na resposta ao CHLO, este foi percecionado como momentos de fluidez estrategicamente episódicos, sendo que verificamos em regime continuo, que perdura demora e dessintonia, entre o valor do tempo no contexto hospitalar e o do contexto de resposta institucional no apoio ás altas, considerando as complexas vulnerabilidades de vida social e de cidadania dos doentes, associadas á sua situação de doença. Foi ainda relevante, a quase inexistente capacidade de resposta da RNCCI, relativamente á área da saúde mental, o que justificou por parte do CHLO a manutenção anual de duas camas de retaguarda para doentes deste foro.

A articulação, com organismos públicos, concretamente para obtenção de documentos necessários á progressão de planos de alta, também se constituiu como obstáculo, por dificuldades de agendamentos/ comunicação. A maior assiduidade de articulação, com as instituições da rede comunitaria foram essencialmente IPSSs (Instituições Particulares de Solidariedade Social), Misericórdia de Lisboa e Centro Distrital de Lisboa do ISS, nas vertentes de ERPI (Estrutura Residencial para Pessoa Idosa) e SAD (Serviço de Apoio Domiciliário), e ainda unidades de tramitação e admissão da RNCCI (Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados), RNCP (Rede Nacional de Cuidados Paliativos), e Cuidados Primários.

A produção, teve um crescimento transversal paulatino, mas ainda assim afastada dos valores de 2018.

O teletrabalho, neste ano teve uma expressão mesmo muito residual, sendo privilegiado a realização do trabalho de forma presencial no CHLO.

Existiu um acréscimo: no acompanhamento de doentes em camas de retaguarda, que terminou em Maio/2021. Estes estiveram dispersos por varias instituições particulares, para onde foram distribuídos, com necessidades de reabilitação, de enquadramento institucional (RNCCI/ERPI) ou afins, nomeadamente estrangeiros sem possibilidades de retorno ao país de origem, e sem estrutura de apoio na alta. Tivemos ainda necessidade de acompanhar doentes, que foram transferidos do CHLO para unidades de apoio a doentes covid,- Estruturas Hospitalares de Contingência de Lisboa- principalmente: Hospital Militar Belém e Hospital de Campanha do Estádio Universitário, que não contaram na sua estrutura com Serviço Social. Durante o ano de 2021, foi também retomado de forma progressiva o acompanhamento a doentes em regime ambulatório- consultas. Toda a actividade de acompanhamento de altas, nomeadamente de referenciação á RNCCI, foi prestado no ritmo exigido, sendo notório que cada vez é mais crescente, o nº de doentes sinalizados para esta tipologia de cuidados; em paralelo e de acordo com as exigências superiores e da tutela, foi prestada a informação diária, dos casos em protelamento de alta por razões protetoras, relativa á sua frequência e tipologia de variáveis definidas.

Os casos em protelamento de alta (RNCCI, sector social e outros) tiveram em conjunto no ano de 2021, uma media de dias por caso mais baixa, de 31 dias, comparativamente á de 2020, que era de 41 dias, verificando-se, contudo, no total anual de dias, sempre um valor muito elevado, exclusivamente afecto á proteção dos doentes, que perduram no internamento para alem do tratamento da sua situação aguda de doença, o que extravasa e penaliza a missão principal do CHLO.

Percebemos no atendimento de doentes e famílias, vulnerabilidades de risco em progressão crescente, num aumento de doentes crónicos dependentes, mais idosos, de incapacidade familiar para cuidar, traduzidos em insuficiência de recursos financeiros e de fragilidades de saúde mental dos agregados, impeditivos a que de uma forma autónoma possam encontrar por si, soluções de garantia de continuidade de cuidados pós internamento hospitalar.

Mantivemos o apoio a todas as comissões e equipas a que estamos vinculadas: Equipas de Gestão de Altas/ RNCCI, EIHSCP (Equipa Intra Hospitalar de Suporte a Cuidados Paliativos)- adultos e pediátricos, na EPVA (Equipa Prevenção á Violência em Adultos) no NHACJR (Núcleo Hospitalar de Apoio a Criança e Jovem em Risco), CLIC, Comissão Local de Informatização Clínica, e ainda ás colegas do Hospital de Sant'Ana, no melhor acompanhamento de doentes, em contexto de suporte ao protocolo do CHLO com aquela unidade. Também internamente, temos articulação especial com as diferentes "Ligas de Amigos do CHLO", na vertente do voluntariado, que têm a nosso pedido assistido a doentes, no suprimento de necessidades básicas ou especiais, mas quase sempre emergentes.

De assinalar a tendência no Serviço Social, de recurso a parecer do gabinete Jurídico do CHLO, para pedido de parecer na condução de casos mais complexos.

RESUMO DA PRODUÇÃO DAS EQUIPAS DE SERVIÇO SOCIAL - 2021

	Actos Sociais			Episódios Sociais	N.º Utentes atendidos	Doentes Saídos	Casos Sociais c/ Protelamento Alta	% Casos Sociais c/ Protel. Alta
	Triagem	Acomp. Psicosocial	Outras Actividades					
CHLO	5 446	17 460	873	5 460	5 446	22 217	160	0,7%

7

FACTOS MAIS RELEVANTES DURANTE O ANO DE 2021

Fevereiro

- ♦ Nomeação dos Coordenadores dos Centros de Referência do CHLO, pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro.

Abril



- ♦ **Rastreio de Voz no Hospital de Egas Moniz**, realizou-se nos dias 14, 15 e 16 de abril na Unidade da Voz – Serviço de ORL, a propósito do Dia Mundial da Voz, que se assinala a 16 de abril.



- ♦ **Estudo de Resposta Vacinal nos profissionais de saúde**, uma iniciativa do Serviço de Patologia Clínica em colaboração com o Instituto Gulbenkian de Ciência.



- ♦ **Ações de formação - Regulamento Geral de Proteção de Dados**, organizadas pela Encarregada de Proteção de Dados. Contaram com a participação de vários colaboradores do CHLO e da Timestamp.

- ♦ **Sessões de Relaxamento do Corpo e da Mente no CHLO,** iniciativa do Núcleo Local de Resposta de Saúde Mental a Acidentes Graves ou Catástrofes. Estas sessões realizaram-se nas 3 unidades hospitalares, organizadas pela Enf^a Sandra Andrade.



- **Serviço de Oncologia premiado com Bolsa de Investigação no âmbito de projeto piloto sobre a Avaliação da Qualidade de Vida no Doente Oncológico,** um projeto desenvolvido pela Dra. Leonor Matos, Enf^a Sandra Ponte e Psicóloga Sara Teixeira, intitulado “iQualMyVida”, pretende explorar em que medida a auto-avaliação sistemática da qualidade de vida pelo doente oncológico melhora a efetividade das intervenções clínicas.

- ♦ **Alicerces CUIDAR em Comunidade dos 0 aos 2 anos,** o evento decorreu em 26 de abril, organizado pelo Serviço de Psiquiatria e Saúde Mental da infância e Adolescência e pelo ACES de Lisboa Ocidental e Oeiras.



Maio

- ♦ **Formação UCF " Sars Cov 2 em Obstetrícia e Pediatria",** decorreu a 19 de maio, organizado pela UCF São Francisco Xavier.





- ♦ **Inauguração das Instalações Provisórias da Unidade de Saúde Mental de Oeiras, do Serviço de Psiquiatria de Adultos, e da Exposição de Fotografias de Arte Urbana no Concelho de Oeiras com o título “Proximidade e Diferenciação”, decorreu no dia 25 de maio, na**

presença da Senhora Ministra da Saúde, do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras e de vários profissionais do CHLO.

Junho



- ♦ **Profª Doutora Fátima Falcão, Diretora dos Serviços Farmacêuticos, distinguida com Medalha de Honra da Ordem dos Farmacêuticos, no dia 17 de junho, uma homenagem que pretendeu reconhecer o seu mérito e dedicação na valorização da atividade farmacêutica.**

Julho



- ♦ **Exposição de trabalhos elaborados por alunos do 6º ano da Escola EB 2,3 D. Pedro IV, Agrupamento de Escolas Miguel Torga - Sintra, oferecidos ao CHLO em homenagem aos profissionais de saúde em tempos de pandemia covid-19.**

- ♦ **Início do procedimento: Nefrectomia para doação de Rim em Dador Vivo por técnica mini invasiva via Laparoscópica, pelo Serviço de Cirurgia Geral III – Hospital de Santa Cruz.**



Setembro



- ♦ Renovação do **Cantinho da Amamentação**, na Unidade de Neonatologia, no âmbito do Projeto “Chicco dá vida” que ajuda as Neonatologias dos hospitais públicos portugueses.

Novembro

- ♦ Serviço de Cardiologia Pediátrica recebe certificação de referenciação europeia, pela Rede Europeia de referenciação ERN - *European Reference Networks (ERNs)*.

- ♦ I Encontro dos Enfermeiros do Hospital de Santa Cruz, decorreu no dia 24 de novembro, organizado pela comissão de enfermagem, com o objetivo de divulgar e partilhar alguma da atividade científica desenvolvida.



- ♦ CHLO foi distinguido com prémio de investigação e inovação da AICIB 2021, Agência de Investigação Clínica e Inovação Biomédica (AICIB), com o projeto intitulado “General identification and information about the hospital health unit and the clinical research center (CENTER)”, da responsabilidade do Departamento de Investigação Clínica. A cerimónia de entrega dos prémios decorreu no

dia 9 de novembro, na sede do Infarmed.

- ♦ Consulta Pública do Projeto de Revisão do Regulamento Interno do CHLO, o Conselho de Administração disponibilizou este projeto de revisão para eventuais contributos dos profissionais do CHLO.

Dezembro



- ♦ **Prémios de Investigação “Dr. Carlos Lima”**, referentes aos anos 2019 e 2020, a entrega decorreu no dia 17 de dezembro, no auditório do HEM. Este prémio visa distinguir trabalhos na área de investigação realizados no CHLO. Aos prémios de investigação clínica foi atribuído o valor de 5000 Euros e às menções honrosas o valor de 1000 Euros.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Hospitalar não efetuou negócios com os seus Administradores, nos termos do artigo 37º do Código das Sociedades Comerciais.

O Centro Hospitalar não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

Cumpre-nos informar que não estão a ser utilizados instrumentos de política de cobertura financeira.

Não ocorreram, ou se prevêem vir a ocorrer, quaisquer outros factos relevantes após o termo do exercício que possam vir a ter impacto nas demonstrações financeiras do Centro Hospitalar em 31 de dezembro de 2021.

Realça-se a aprovação do Regulamento Interno homologado pela Sra. Ministra da Saúde em 17 de Janeiro de 2022. O Regulamento Interno aprovado adota uma estrutura descentralizada da gestão interna particularmente nas áreas clínica, promovendo sinergias e otimização de recursos e atualiza e adapta as áreas de apoio clínico e técnico e inova autonomizando e dando particular relevo à área de conhecimento.

O total do Fundo Patrimonial do CHLO ascende, em 31 de dezembro de 2021, a 46.819.445,68 euros negativos. Sendo o valor do Património de 156.100.000 euros, verifica-se que se encontra perdido em mais de 50%.

É convicção do Conselho de Administração do CHLO que a atual situação de desequilíbrio não põe em causa o princípio da continuidade das operações no CHLO que, enquanto entidade pública empresarial de enquadramento estratégico-prioritário, será sempre assegurada pelo Estado.

Nesse sentido, o Conselho de Administração e a Tutela nunca deixarão de equacionar diferentes cenários económicos possíveis e mais adequados, para promover essa sustentabilidade.

9

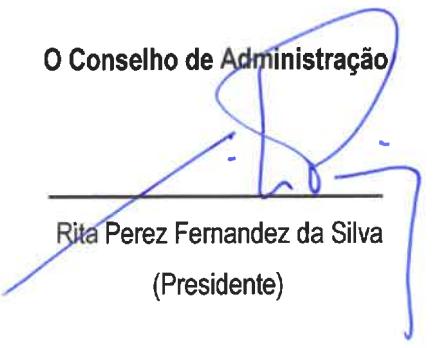
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com as disposições legais e estatutárias aplicáveis previstas no artigo 7º, alínea h) dos Estatutos publicados no Anexo II ao Decreto-Lei nº18/2017, de 10 de fevereiro, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., apresentadas as contas do exercício de 2021, propõe a sua aprovação e que o resultado apurado, no montante de 68.559.870,75 euros negativos, seja transferido para resultados transitados.

Lisboa, 30 de março de 2022

O Conselho de Administração

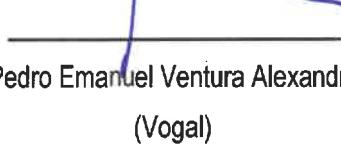
Rita Perez Fernandez da Silva
(Presidente)



Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira

(Vogal)

Pedro Emanuel Ventura Alexandre
(Vogal)



José Manuel Fernandes Correia
(Diretor Clínico)



Maria de Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos
(Enfermeira Diretora)

10 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10.1. BALANÇO

Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E.

BALANÇO

PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2021

MOEDA: EUROS

RUBRICAS	NOTAS	2021	2020
		N	N-1
Ativo			
Ativos não correntes			
Ativos fixos tangíveis	2;5	67 239 635,73 €	62 246 546,60 €
Propriedades de investimento		- €	- €
Ativos intangíveis	2;3	387 864,93 €	113 477,62 €
Ativos biológicos		- €	- €
Investimentos financeiros		- €	- €
Participações Financeiras	18	5 000,00 €	- €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		- €	- €
Clientes, contribuintes e Utentes		- €	- €
Accionistas/sócios/associados		- €	- €
Diferimentos		- €	- €
Outros Ativos financeiros	18	412 761,39 €	268 312,77 €
Ativos por impostos diferidos		- €	- €
Outras Contas a receber		- €	- €
Total do Ativo Não Corrente		68 045 262,05 €	62 628 336,99 €
Ativo corrente			
Inventário	2;10	13 309 771,30 €	12 251 984,16 €
Ativos biológicos		- €	- €
Devedores por transferencias e subsídios não reembolsáveis		- €	- €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		- €	- €
Clientes, contribuintes e utentes	18	17 931 915,83 €	8 743 661,85 €
Estado e outros entes públicos	23	70 002,43 €	70 002,42 €
Accionistas/sócios/associados		- €	- €
Outras contas a receber	2;18	76 481 069,97 €	72 757 860,67 €
Diferimentos	23	23 963,59 €	91 515,62 €
Ativos financeiros detidos para negociação		- €	- €
Outros Ativos financeiros		- €	- €
Ativos não correntes detidos para venda		- €	- €
Caixa e depósitos	1;18	1 697 172,82 €	1 460 844,23 €
Total do Ativo Corrente		109 513 895,94 €	95 375 868,95 €
Total do Ativo		177 559 157,99 €	158 004 205,94 €

10.1 BALANÇO (CONTINUAÇÃO)

RUBRICAS	NOTAS	2021 N	2020 N-1
PATRIMONIO LÍQUIDO			
Patrimonio/Capital	18	156 100 000,00 €	156 100 000,00 €
Acções (quotas) próprias		- €	- €
Outros instrumentos de capital próprio		- €	- €
Prémios de emissão		- €	- €
Reservas	18	14 103 931,97 €	14 103 931,97 €
Resultados transitados	18	- 186 179 693,90 €	- 208 056 653,06 €
Ajustamentos em Ativos financeiros		- €	- €
Excedentes de revalorização		- €	- €
Outras variações no património líquido	18	37 716 187,00 €	36 455 468,65 €
Resultado líquido do período	18	- 68 559 870,75 €	- 48 819 747,00 €
Dividendos antecipados		- €	- €
Interesses que não controlam		- €	- €
Total do Património Líquido		- 46 819 445,68 €	- 50 216 999,44 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	10 785 543,33 €	8 334 137,60 €
Financiamentos obtidos	18	2 348 050,30 €	703 703,26 €
Fornecedores de investimentos		- €	- €
Fornecedores		- €	- €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		- €	- €
Diferimentos		- €	- €
Passivos por impostos diferidos		- €	- €
Outras contas a pagar		- €	- €
Total do Passivo Não Corrente		13 133 593,63 €	9 037 840,86 €
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		- €	- €
Fornecedores	18	78 608 329,52 €	79 279 730,16 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	90 040 482,48 €	81 622 046,83 €
Estado e outros entes públicos	23	4 932 766,87 €	5 456 813,03 €
Accionistas/sócios/associados		- €	- €
Financiamentos obtidos		- €	- €
Fornecedores de investimentos	18	3 184 299,31 €	1 980 730,56 €
Outras contas a pagar	18	34 479 131,86 €	30 844 043,94 €
Diferimentos		- €	- €
Passivos financeiros detidos para negociação		- €	- €
Outros passivos financeiros		- €	- €
Total do passivo corrente		211 245 010,04 €	199 183 364,52 €
Total do passivo		224 378 603,67 €	208 221 205,38 €
Total do Patrimônio Líquido e Passivo		177 559 157,99 €	158 004 205,94 €

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

10.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2021

MOEDA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2021		2020	
		N	N-1		
Impostos, contribuições e taxas	14	2 503 749,33 €		2 589 665,61 €	
Vendas		- €		- €	
Prestações de serviços e concessões	13	171 086 202,69 €		175 351 891,42 €	
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	62 917 034,83 €		58 367 879,42 €	
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		- €		- €	
Variações nos inventários da produção		- €		- €	
Trabalhos para a própria entidade		- €		- €	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	- 105 735 492,39 €		97 286 654,49 €	
Fornecimentos e serviços externos	23	- 43 145 698,57 €		40 784 897,05 €	
Gastos com o pessoal	2J; 20	- 146 672 663,07 €		138 789 225,49 €	
Transferências e subsídios concedidos		- €		- €	
Prestações sociais		- €		- €	
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	- 16 858,81 €		8 251,56 €	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	- €		35 146,24 €	
Provisões (aumentos/reduções)	15	- 2 691 323,60 €		1 493 155,57 €	
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis		- €		- €	
Aumentos/reduções de justo valor	18	32 442,92 €		29 556,58 €	
Outros rendimentos e ganhos	13	3 985 658,84 €		2 552 745,22 €	
Outros gastos		- 498 558,60 €		586 814,84 €	
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		- 58 235 506,43 €		40 081 227,67 €	
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3,5	- 10 336 809,48 €		8 755 928,40 €	
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		- €		- €	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		- 68 572 315,91 €		48 837 156,07 €	
Juros e rendimentos similares obtidos	13	64 368,46 €		57 435,34 €	
Juros e gastos similares suportados		- 21 388,95 €		11 228,51 €	
Resultado antes de impostos		- 68 529 336,40 €		48 790 949,24 €	
Imposto sobre o rendimento		- 30 534,35 €		28 797,76 €	
Resultado líquido do período		- 68 559 870,75 €		48 819 747,00 €	

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.
Conselho de Administração





10.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E.			
Demonstração dos Fluxos de Caixa			
PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2021			
RUBRICAS	NOTAS	2021	2020
		N	N-1
Fluxos de Caixa Operacionais			
Recebimentos de clientes		175 104 367,95 €	179 484 410,85 €
Recebimentos de contribuintes		- €	- €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		61 922 279,71 €	57 377 185,18 €
Recebimentos de utentes		1 755 228,02 €	1 199 537,86 €
Pagamentos a fornecedores		- 153 746 944,85 €	- 134 461 946,94 €
Pagamentos ao pessoal		- 107 243 295,21 €	- 97 626 201,23 €
Pagamentos a contribuintes / utentes		- €	5 835,41 €
Pagamentos de transferências e subsídios		- €	393,81 €
Pagamentos de prestações sociais		- 23 930 348,75 €	- 21 589 496,43 €
Caixa gerada pelas operações		- 46 138 713,13 €	- 15 622 739,93 €
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento		- 216 169,93 €	- 216 284,57 €
Outros recebimentos/pagamentos		- 13 320 346,15 €	- 13 455 814,40 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		- 59 675 229,21 €	- 29 294 838,90 €
Fluxos de Caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 7 584 313,95 €	- 7 846 674,01 €
Ativos intangíveis		- 31 967,55 €	- 6 102,52 €
Propriedades de investimento		- €	- €
Investimentos financeiros		- 150 110,66 €	- 93 391,27 €
Outros ativos		- 6 670 921,12 €	- 5 133 310,88 €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		92 158,23 €	34 792,05 €
Ativos intangíveis		- €	- €
Propriedades de Investimento		- €	- €
Investimentos financeiros		33 104,96 €	9 976,20 €
Outros ativos		29 750,63 €	199,26 €
Subsídios ao investimento		1 809 652,64 €	516 465,41 €
Transferências de capital		- €	- €
Juros e rendimentos similares		- €	- €
Dividendos		- €	- €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		- 12 472 646,82 €	- 12 518 045,76 €

10.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (CONTINUAÇÃO)

RUBRICAS	NOTAS	2021	2020	
		N	N-1	
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		- €	- €	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €	
Cobertura de prejuízos		72 405 596,00 €	39 361 564,00 €	
Doações		- €	- €	
Outras operações de financiamento		- €	- €	
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		- €	- €	
Juros e gastos similares		21 391,38 €	38 806,46 €	
Dividendos		- €	- €	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €	
Outras operações de financiamento		- €	- €	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		72 384 204,62 €	39 322 757,54 €	
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		236 328,59 €	2 490 127,12 €	
Efeito das diferenças de câmbio		- €	- €	
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 460 844,23 €	3 950 971,35 €	
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 697 172,82 €	1 460 844,23 €	
Conciliação entre Caixa e seus equivalentes e Saldo de Gerência				
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 460 844,23 €	3 950 971,35 €	
Equivalentes a caixa no início do período		47 603,89 €	47 603,89 €	
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		- €	- €	
Variações cambiais de caixa no início do período		- €	- €	
Saldo da gerência anterior (SGA)		1 413 240,34 €	3 903 367,46 €	
De execução orçamental		1 413 240,34 €	3 903 367,46 €	
De operações de tesouraria		- €	- €	
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 697 172,82 €	1 460 844,23 €	
Equivalentes a caixa no fim do período		107 771,78 €	47 603,89 €	
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		- €	- €	
Variações cambiais de caixa no fim do período		- €	- €	
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		1 589 401,04 €	1 413 240,34 €	
De execução orçamental		1 589 401,04 €	1 413 240,34 €	
De operações de tesouraria		60 167,89 €	- €	

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.
Conselho de Administração

10.4 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E.
Demonstração das Alterações no Património Líquido
PERÍODO FIM DE DEZEMBRO DE 2021

Identificação	Natureza	Período que abrange os exercícios do Património Líquido da entidade que controla										Moeda: Euros
		Capital / Património Subscrito	Ativos (ativos) próprios	Otros instrumentos de Capital Próprio	Premios de Emissão	Reservas	Resultados Translatados	Aplicações em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras Variações	Resultado Líquido do Período	
Posição inicial do Período [1]		156 100 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14 103 931,97 €	-288 056 633,06 €	0,00 €	0,00 €	36 455 468,65 €	-48 819 747,00 €	-50 216 999,44 €
Alargamentos de transição de referencial contabilístico		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Aterragens de políticas contabilísticas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Correção de erros materiais		- €	- €	- €	- €	- €	1 558 932,08 €	- €	- €	- €	- €	1 558 932,08 €
Diferença de conversão de demonstrações financeiras		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 558 932,08 €
Revisão de excedentes de revalorização e respetivas variações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Excedentes de revalorização e respetivas variações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências e subadições de capital		- €	- €	- €	- €	- €	- €	814 897,52 €	- €	- €	- €	814 897,52 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		- €	- €	- €	- €	- €	48 969 703,76 €	- €	- €	45 820,33 €	48 819 747,00 €	295 864,07 €
[2]		- €	- €	- €	- €	- €	50 528 656,84 €	- €	- €	126 710,35 €	48 819 747,00 €	448 171,49 €
Resultado Líquido do Exercício [3]											-68 559 870,75 €	- €
Resultado Integral [4] = [2]+[3]											- €	- 448 171,49 €
Operações com detentores de capital ou período											- €	- €
Subscrições de caixa/ património		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subscrições de prémios de emissão		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Entradas para cobertura de perdas		- €	- €	- €	- €	- €	72 405 596,00 €	- €	- €	- €	72 405 596,00 €	- €
Outras operações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	72 405 596,00 €
Posição no final do período [6] = [1]+[4]+[3]+[5]		156 100 000,00 €	- €	- €	- €	14 103 931,97 €	186 719 693,90 €	- €	- €	37 716 187,00 €	-68 559 870,75 €	46 819 445,68 €

O Conselho de Administração

CENTRO HOSPITALAR LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.
Conselho de Administração



O Contabilista Certificado



11 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.1. Identidade da Entidade e Período de Relato

Designação da entidade: Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, EPE (CHLO)

NIF: 507 618 319

Sede: Estrada do Forte do Alto do Duque, 1449-005 Lisboa

Código da classificação orgânica: Funcionamento 121900700 e Investimento 121800700

Tutela: Ministério da Saúde

Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável: O Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, EPE é uma entidade pública empresarial detida a 100% pelo Estado, constituída de acordo com o Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro.

De acordo com o estipulado na alínea a) do nº 2 do artigo 1º daquele diploma, o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., integrou, por fusão, as seguintes entidades:

- O Hospital Egas Moniz, S.A., com sede na Rua da Junqueira, 126, 1349-019 Lisboa,
- O Hospital de Santa Cruz, S.A., com sede na Avenida Professor Reinaldo dos Santos, 2790-134 Carnaxide,
- O Hospital de São Francisco Xavier, S.A., com sede na Estrada do Forte do Alto do Duque, 1449-005 Lisboa.
- Nos termos do n.º 4, artigo 1º do citado diploma, as entidades atrás referidas foram extintas com a criação do Centro Hospitalar.

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., é uma pessoa coletiva de direito público, de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, e do artigo 18º do anexo da Lei nº 27/2002, de 8 de novembro. Consequentemente, é-lhe aplicável o regime jurídico do Sector Empresarial do Estado (Decreto-Lei nº 558/99 de 17 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de agosto) e, subsidiariamente, o Código das Sociedades Comerciais.

1.2. Referencial Contabilístico

a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Quando o SNC-AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se subsidiariamente pela ordem seguinte:

- i. As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;
- ii. O Sistema de Normalização Contabilística (SNC);
- iii. As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- iv. As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício de 2021, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras

b) Comparabilidade

No exercício de 2021, não foram identificadas situações de não comparabilidade das rubricas das Demonstrações Financeiras.

d) Saldos significativos de Caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

No que diz respeito a saldos significativos de Caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso, deverão ser destacados:

- Aplicação a prazo, de suporte à Garantia Tribunal de Trabalho – 47.603,89 €
- Depósito Garantias e Cauções (POSEUR) – 60.167,89€

e) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31/12/2021, e de forma comparativa com 31/12/2020, a desagregação de caixa e depósitos bancários era a seguinte:

Conta	1.1 Desagregação de Caixa e Depósitos	
	31/12/2021	31/12/2020
	€	€
Caixa	1 480,00 €	1 480,00 €
Depósitos à ordem	1 587 921,04 €	1 411 760,34 €
Depósitos à ordem no Tesouro	1 577 350,00 €	1 394 886,99 €
Depósitos bancários à ordem	10 571,04 €	16 873,35 €
Depósitos a prazo	47 603,89 €	47 603,89 €
Depósitos a prazo	47 603,89 €	47 603,89 €
Depósitos de garantias e cauções	60 167,89 €	- €
Total de caixa e depósitos	1 697 172,82 €	1 460 844,23 €

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional de apresentação.

a) Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceitual e nas NCP.

b) Informação Comparativa

Sempre que possível, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- i. A natureza de reclassificação
- ii. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada
- iii. Razão para a reclassificação.

c) Consistência de Apresentação

Não obstante o referido acima, acerca da comparabilidade, sempre que possível, as Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

d) Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

d) Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

e) Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, CHLO, EPE continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2. Outras políticas contabilísticas de relevância

Paralelamente à preparação geral das Demonstrações Financeiras de acordo com a NCP 1, o CHLO descreve de seguida as demais políticas contabilísticas de relevância que foram consideradas na elaboração do seu relato financeiro, nomeadamente ao nível da mensuração.

a) Ativos Intangíveis (NCP 3)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Quando estamos perante ativos intangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada ao justo valor.

b) Ativos Fixos Tangíveis (NCP 5)

Mensuração inicial:

Um ativo fixo tangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição, o qual inclui:

- Preço de compra que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais
- Custos diretos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser usado, tais como desbravamento de terrenos, movimentação de terras e drenagem, gastos adicionais com a adaptação das máquinas e de instalações
- Estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item, e de restauração do local no qual este está localizado.

São ainda incluídos no custo de aquisição, quaisquer bens necessários por razões de segurança ou ambientais que não tragam influxos adicionais, pois sem eles o bem pode não entrar em funcionamento, logo não irá gerar quaisquer influxos.

Quando estamos perante ativos fixos tangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada como segue

- Bens Imóveis – ao valor patrimonial tributário (VPT)
- Outros ativos tangíveis – ao custo do valor recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado

Pelo montante do ativo reconhecido deve ser reconhecido um rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo ativo (subsequentemente quando o passivo for reduzido o rendimento é reconhecido).

No entanto, se essa transferência satisfizer a definição de contribuições dos proprietários, não é reconhecido nem um passivo nem um rendimento, mas sim um incremento no património líquido (conta 5942 – doações obtidas – em outros ativos).

Quando um ativo fixo tangível é adquirido numa transação em que o respetivo pagamento é diferido no tempo, quer o ativo quer o passivo são reconhecidos ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

No reconhecimento inicial de um ativo fixo tangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo fixo tangível adquirido deve ser o seu justo valor, exceto se:

- A transação com contraprestação não tiver substância comercial
- O justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade, situação em que o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido
- Ambos puderem ser fiavelmente mensurados, o custo é o justo valor do ativo cedido (a menos que o justo valor do ativo adquirido seja claramente mais evidente).

Mensuração subsequente:

Subsequentemente, um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Estes ativos podem ser revalorizados quando os critérios e parâmetros para a revalorização estão definidos em dispositivo legal adequado. O valor do ativo revalorizado será o seu justo valor na data de revalorização menos a depreciação subsequente acumulada.

Custos subsequentes:

O tratamento dos custos subsequentes relacionados com um ativo fixo tangível deve ser o seguinte:

- Custos de assistência técnica corrente – reconhecer como custos do exercício
- Substituições de determinadas componentes em intervalos regulares – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e devem ser desreconhecidos os itens substituídos

- Grandes inspeções regulares (independentemente de partes do bem serem ou não substituídas) – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e deve ser desreconhecida a quantia escriturada da anterior inspeção

Vida útil:

A vida útil de um ativo fixo tangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperada
- O desgaste físico esperado (número de turnos, programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo)
- A obsolescência técnica e comercial
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil. Cada parte de um ativo tangível cujo custo seja significativo em relação ao custo total deve ser depreciada separadamente, podendo agrregar-se componentes que tenham a mesma vida útil.

Os terrenos e edifícios são ativos separáveis que são contabilizados separadamente mesmo se adquiridos em conjunto.

As taxas de depreciação utilizadas estão em conformidade com o estabelecido no Classificador Complementar.

Método de Depreciação:

O método de depreciação utilizado pelo CHLO é o das quotas constantes, refletindo o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade.

Valor Residual:

A quantia depreciável de um ativo é calculada após a dedução do seu valor residual. A estimativa do valor residual deve ser revista em cada data de relato. Qualquer alteração à estimativa inicial é contabilizada no exercício corrente ou em exercícios futuros, tal como previsto na NCP 2.

É presunção da norma que o valor residual de um ativo fixo tangível é geralmente insignificante e, por isso, imaterial no cálculo da quantia depreciável.

Imparidade:

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

A quantia escriturada do ativo é reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma perda por imparidade que deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Quando a quantia estimada de uma perda por imparidade for maior do que a quantia escriturada do ativo, isso for exigido por uma outra NCP.

O encargo da depreciação /amortização deve ser ajustado em períodos futuros em função da quantia escriturada revista do ativo.

Caso as situações que estão na base da imparidade se alterem, é efetuada a reversão da perda por imparidade. Esta reversão tem como consequência um aumento do valor do ativo para a sua quantia recuperável e deve ser reconhecida imediatamente em resultados.

No entanto, a quantia escriturada acrescida de um ativo que seja atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade, não deve exceder a quantia escriturada que teria sido determinada (líquida de depreciação / amortização) se não tivesse sido reconhecida perda por imparidade no ativo em períodos anteriores.

Após o reconhecimento da reversão, o encargo com a depreciação / amortização ou o valor residual deve ser revisto e ajustado de acordo com a NCP aplicável ao ativo.

Desreconhecimento

Um ativo fixo tangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação), ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço

A alienação de um ativo fixo tangível pode ocorrer:

- Por venda – aplicada a NCP 13 para reconhecimento do rendimento da venda de bens
- Por celebração de uma locação financeira – aplicada a NCP 6 a uma alienação efetuada ao celebrar uma locação financeira ou a uma venda seguida de locação

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre os rendimentos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e são

reconhecidos nos resultados (a menos que a NCP 6 exija de forma diferente no caso de uma venda seguida de locação) no período do abate ou alienação.

Se o pagamento de um ativo fixo tangível for diferido, a retribuição recebida deve ser reconhecida inicialmente pelo preço a dinheiro equivalente e a diferença entre a quantia nominal da retribuição e o preço a dinheiro equivalente deve ser reconhecida como rendimento de juro segundo a NCP 13 usando o modelo do juro efetivo.

c) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

d) Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial:

Um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital só são reconhecidos quando o CHLO se torne numa parte contratual do instrumento.

No momento do reconhecimento inicial, os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao justo valor.

Os instrumentos de capital próprio são inicialmente reconhecidos pela quantia de dinheiro recebido ou pelo justo valor dos recursos recebidos ou a receber em troca. Se o pagamento for diferido e o valor temporal do dinheiro for significativo, a mensuração deverá ser ao valor presente da quantia a receber.

Os custos de transação dos ativos e passivos financeiros são incluídos no custo de aquisição se esse ativo ou passivo não for subsequentemente mensurado pelo justo valor, caso em que são imediatamente reconhecidas em resultados do período.

Mensuração subsequente:

- Ativos e Passivos Financeiros
 - Todos os ativos financeiros são subsequentemente reconhecidos ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados, com as seguintes exceções:
 - Instrumentos de capital próprio de outras empresas não cotadas ou cujo justo valor não possa ser estimado com fiabilidade, bem como os derivados associados, os quais são mensurados ao custo menos perdas por imparidade
 - Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados, numa base líquida e que se espera que reúnam as condições para serem reconhecidos ao custo ou ao custo amortizados menos perdas por imparidade e que a entidade designe, no momento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
 - Ativos financeiros que a entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efetivo, menos perdas por imparidade;
 - Ativos financeiros não derivados para serem detidos até à maturidade, os quais devem ser mensurados ao custo amortizado
 - Um ativo financeiro pode ser mensurado ao custo amortizado se satisfazer todas as condições:
 - Tem uma maturidade definida
 - Os retornos para o detentor são em montante fixo, de taxa de juro fixa durante o investimento ou taxa variável que seja um indexante típico de mercado ou que inclua spread sobre esse indexante
 - Não têm nenhuma cláusula que possa implicar perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo o risco de crédito)
 - Todos os passivos financeiros são subsequentemente reconhecidos ao custo amortizado usando o método do juro efetivo (“custo amortizado”), com a seguinte exceção:
 - Passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados ao justo valor através de resultado (**Nota:** *Um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se (i) For suportado principalmente para a finalidade de o recomprar num prazo muito próximo; (ii) For suportado principalmente para a finalidade de o recomprar num prazo muito próximo; ou (iii) For um derivado - exceto se for um instrumento de cobertura designado e eficaz*)

Desreconhecimento:

- Ativos Financeiros
 - Um ativo financeiro deve ser desreconhecido apenas quando:
 - Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram
 - A entidade transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro, ou
 - A entidade transfere para outra entidade parte dos riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro
 - Qualquer diferença entre a retribuição recebida e a quantia reconhecida e desreconhecida deve ser incluída na demonstração dos resultados do período da transferência.
- Passivos Financeiros
 - Um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) deve ser desreconhecido apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou tenha expirado.

Imparidade:

Para os ativos financeiros, a imparidade é testada quando existem indícios de que um determinado ativo possa estar em imparidade.

O montante a reconhecer de perda por imparidade deverá ser mensurado da seguinte forma:

- Para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados, os quais devem ser descontados com base na taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, e
- Para ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a uma taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

Reversão:

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, se subsequentemente o valor reconhecido como perda por imparidade diminuir e tal diminuição possa estar objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade (como, por exemplo, uma melhoria na notação de risco do devedor), essa perda por imparidade deve ser revertida. A reversão da perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão não poderá resultar num aumento do valor que o respetivo ativo tinha, antes de ter sido registada a perda por imparidade.

Quando se verificarem as condições de incobrabilidade que permitam o desconhecimento dos ativos a que respeitem as imparidades, as contas de imparidade são debitadas por contrapartida das correspondentes contas da Classe 2.

Para os investimentos financeiros em participadas cujas ações não sejam negociadas publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados, nestes casos, é proibida a reversão das perdas por imparidade.

e) Transferências e subsídios

Reconhecimento:

Um subsídio (ou uma transferência) só será reconhecido após existir segurança de que:

- Serão cumpridas as condições, a ele associada
- O mesmo será recebido

Um subsídio não é reconhecido até que não haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

- Subsídios não reembolsáveis – aqueles que se encontrem relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente:
 - Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma a que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem
 - Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis devem ser mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade
- Subsídios reembolsáveis – estes subsídios são contabilizados como passivos, tratando-se de um passivo financeiro (de acordo com o previsto no ponto d, instrumentos financeiros)
- Um subsídio que inicialmente se tenha considerado não reembolsável e se torne reembolsável será contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística, isto é, terá efeitos prospectivos.

f) Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado

- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o CHLO racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes.

Para efetuar a estimativa, o CHLO determina o “valor esperado”, que é um método estatístico que tem em conta todos os possíveis desfechos e as respetivas probabilidades associadas.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro é materialmente relevante, a quantia de uma provisão deve ser o valor presente dos dispêndios que se esperam sejam necessários para liquidar a obrigação.

Quando uma provisão for descontada para o seu valor presente, o valor da provisão irá aumentar em cada ano à medida que a provisão mais se aproximar do momento esperado de liquidação. A taxa de desconto a utilizar deve ser uma taxa antes de impostos que reflete simultaneamente avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do passivo em questão.

Este aumento no valor da provisão é reconhecido como um encargo financeiro na demonstração dos resultados.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se estivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido. É divulgado, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

g) Provisões e Passivos Contingentes

Um ativo contingente não é reconhecido. Os ativos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo pode ser mensurado com fiabilidade. Quando tal alteração ocorre, o CHLO reconhece o ativo e o rendimento relacionado nas demonstrações financeiras desse período.

Nessa avaliação contínua, se o CHLO determinar que se tornar provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço, então o ativo contingente que até aqui não era divulgado, passa a ser deve ser divulgado nas demonstrações financeiras desse período.

h) Rendimento – Transações com contraprestação

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou. O rendimento inclui apenas os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos, e é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Se a retribuição for recebida em forma de caixa ou equivalentes, o justo valor corresponde à quantia de caixa ou equivalentes de caixa a receber. Se esta retribuição for diferida no tempo, o justo valor será menor que o valor nominal, pois terá o efeito da passagem do tempo (desconto). A diferença entre o valor nominal e este justo valor é reconhecida como rendimento de juros de forma proporcional ao tempo.

Se a retribuição for recebida em forma de ativos, a mesma deve ser valorizada ao justo valor do ativo recebido.

Prestação de Serviços

O rendimento de uma prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação poder ser estimado com fiabilidade, sendo o mesmo reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento – método da percentagem de acabamento.

Venda de bens

O rendimento da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A entidade tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens

- Na maioria dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do título legal ou com a passagem da posse do ativo para o comprador
- A entidade não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos.

Juros, royalties e dividendos

O rendimento proveniente do uso por terceiros de ativos da entidade que geram juros, royalties, e dividendos ou distribuições similares, deve ser reconhecido quando:

- For provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associado à transação fluirão para a entidade
- A quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade.

i) Rendimento – Transações sem contraprestação

Reconhecimento do ativo

O CHLO reconhece um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento. Em vez de um ativo, poderá ser reconhecida uma diminuição do passivo (quando, por exemplo, o credor perdoa um passivo). Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. Quando a obrigação que deu origem ao reconhecimento do passivo for satisfeita, deve ser reduzida a quantia do passivo reconhecido e reconhecer uma quantia de rendimento igual a essa redução.

Mensuração inicial do ativo

Um ativo adquirido através de uma transação sem contraprestação deve ser inicialmente mensurado pelo seu justo valor à data de aquisição (que corresponde à melhor estimativa do influxo de recursos para a entidade).

j) Benefícios dos empregados

O CHLO reconhece um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a pagar no futuro e um gasto quando a entidade consumir os benefícios económicos decorrentes dos serviços

prestados em troca de benefícios dos empregados. Os benefícios aos empregados incluem os salários, contribuições, férias anuais pagas e ausências por doença pagas, sendo os mesmos contabilizados no mesmo período temporal em que os funcionários prestaram o serviço.

k) Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existam à data do balanço (“*adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“*non adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

l) Partes Relacionadas

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum. As partes relacionadas incluem:

- a) Entidades que controlem ou sejam controladas diretamente, ou indiretamente através de um ou mais intermediários, pela entidade que relata
- b) Associadas (NCP 23 — Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos)
- c) Indivíduos que possuem, direta ou indiretamente, um interesse na entidade que relata, que lhes confere influência significativa sobre a mesma, e membros próximos da família de qualquer um destes indivíduos
- d) Pessoas chave da gestão, e membros próximos da família das mesmas
- e) Entidades em que um interesse substancial é detido, direta ou indiretamente, por qualquer pessoa descrita nas alíneas (c) ou (d), ou na qual tal pessoa é capaz de exercer influência significativa.

m) Especialização de Exercícios

O CHLO regista os seus rendimentos e gastos de acordo com a especialização do exercício, onde os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento.

As situações referentes a rendimentos e ganhos, que carecem de especialização, são as seguintes:

- Contrato Programa, Incentivos institucionais e Custos de contexto
- Programas Verticais
- Convenções Internacionais
- Outros subsistemas
- Outras faturações fora do âmbito de prestação de cuidados de saúde (e.g. rendas)
- Taxas Moderadoras
- Descontos Obtidos (e.g. Apifarma e Payback)

No que diz respeito às situações referentes aos gastos, urge salientar as seguintes:

- Fornecimentos e serviços externos, subcontratos, SIGIC;
- Especialização das Férias e Subsídio de Férias
- Horas extraordinárias e Noites e Suplementos

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

De uma forma global, a preparação das Demonstrações financeiras por parte do Conselho de Administração baseou-se no seu melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos e estimativas relativas a eventos futuros.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis
- Análises de imparidade de ativos não correntes e ativos financeiros
- Registo de ajustamentos aos valores dos ativos, nomeadamente, dívida a receber de clientes
- Estimativa de férias e subsídio de férias
- Reconhecimento do rendimento associado ao contrato programa
- Programas Verticais

- Convenções Internacionais
- Reconhecimento do rendimento associado a Outros Subsistemas de Saúde e rendimentos fora do âmbito de prestação de cuidados de saúde (e.g. rendas)
- Reconhecimentos de gastos de fornecimentos e serviços externos, subcontratos, SIGIC
- Horas extraordinárias e Noites e Suplementos
- Descontos obtidos (e.g. Apifarma e Payback).

2.4. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do CHLO, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Nesse sentido, as estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas e repercutidas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

2.5. Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros

Iniciado no exercício económico de 2018, em 2021 o CHLO continuou a ter como base de registo e relato financeiro e orçamental das suas operações, o normativo contabilístico SNC-AP.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificarem e se reconhecerem nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face aos acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades. Ora, apesar do impacto causado pela COVID-19 bem como a Guerra da Ucrânia no sector da saúde a nível nacional e internacional, a nível económico-financeira não é previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamento materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1. Ativos Intangíveis gerados internamente e outros

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida

b) Métodos de amortização

O método de amortização utilizado é o da amortização anual pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil estimada.

c) Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumulada, foi a seguinte:

AI – Ativos Intangíveis – Quantia escriturada no início e no final do período

3.1 - Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas								
Rubricas	Início do Período				Final do Período			
Ativos Intangíveis	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de computador e sistemas de informação	4 863 184,77 €	4 794 660,34 €	- €	68 524,43 €	4 863 184,77 €	4 817 209,82 €	- €	45 974,95 €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos intangíveis em curso	44 953,19 €	- €	- €	44 953,19 €	- €	341 889,98 €	- €	341 889,98 €
Total	4 908 137,96 €	4 794 660,34 €	- €	113 477,62 €	4 863 184,77 €	5 159 099,80 €	- €	295 915,03 €

d) Gastos/ reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de amortizações, respeitante a ativos intangíveis encontram-se refletidos na Demonstração dos Resultados por Natureza

e) Quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes variações:

AI – Ativos Intangíveis

3.2 - Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período										
Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações								
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de computador e sistemas de informação	68 524,43 €	- €	- €	- €	- €	- €	22 549,48 €	- €	- €	45 974,95 €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos intangíveis em curso	44 953,19 €	296 936,79 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	341 889,98 €
Total	113 477,62 €	296 936,79 €	- €	- €	- €	- €	22 549,48 €	- €	- €	387 864,93 €

De forma a sustentar o Quadro anterior, apresentamos de seguida a desagregação das variações por tipologia:

e.1) AI-A – Ativos Intangíveis desagregação das Adições

Rubricas	3.2A - Ativos intangíveis - Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
Ativos Intangíveis										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de computador e sistemas de informação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos intangíveis em curso	- €	296 936,79 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	296 936,79 €
Total	- €	296 936,79 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	296 936,79 €

e.2) AI-A – Ativos Intangíveis desagregação das Diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não ocorreram diminuições.

Rubricas	3.2B - Ativos intangíveis - Diminuições				
	Alienação a Título Oneroso	Transferência ou Troca	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
Ativos Intangíveis					
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de computador e sistemas de informação	- €	- €	- €	- €	- €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos intangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €
Total	- €	- €	- €	- €	- €

4. ATIVOS TANGÍVEIS

1.1. Ativos Fixos Tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2018, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das depreciações.

Na transição para o SNC-AP manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo para os restantes ativos não correntes.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2018 são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compras, quaisquer custos diretamente atribuíveis as atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem de forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a entidade espera incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparação são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

b) Métodos de depreciação utilizados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo constante no Classificador Complementar 2 – cadastros e vidas uteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedade de investimento do SNC-AP (CC2).

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação utilizadas

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida

d) Ativos Fixos Tangíveis – variações das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Durante o exercício de 2021, a quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

AFT – Ativos Fixos Tangíveis – Quantia escriturada no início e no final do período

5.1 - Ativos tangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas								
Rubricas	Início do Período				Final do Período			
Ativos Intangíveis	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Ativos Fixos em Concessão								
Outros Ativos Fixos Tangíveis	205 217 182,30 €	142 970 635,70 €	- €	62 246 546,60 €	218 445 439,59 €	151 205 803,86 €	- €	67 239 635,73 €
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	104 250 799,07 €	70 933 203,18 €	- €	33 317 595,89 €	107 010 885,73 €	75 702 975,85 €	- €	31 307 909,88 €
Equipamento básico	71 670 445,74 €	56 228 357,42 €	- €	15 442 088,32 €	76 370 989,99 €	58 998 088,68 €	- €	17 372 901,31 €
Equipamento de transporte	754 840,74 €	639 786,54 €	- €	115 054,20 €	657 958,18 €	526 262,03 €	- €	131 696,15 €
Equipamento administrativo	12 727 561,86 €	11 376 724,52 €	- €	1 350 837,34 €	13 345 503,95 €	11 727 768,71 €	- €	1 617 735,24 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos tangíveis	6 275 003,32 €	3 792 564,04 €	- €	2 482 439,28 €	7 164 432,44 €	4 250 708,59 €	- €	2 913 723,85 €
Ativos tangíveis em curso	9 538 531,57 €	- €	- €	9 538 531,57 €	13 895 669,30 €	- €	- €	13 895 669,30 €
Total	205 217 182,30 €	142 970 635,70 €	- €	62 246 546,60 €	218 445 439,59 €	151 205 803,86 €	- €	67 239 635,73 €

e) Ativos Fixos Tangíveis – quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes variações:

AFT – Ativos Fixos Tangíveis

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações									Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do Período	Diferenças cambiais	Diminuições		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Ativos Fixos em Concessão											
Outros Ativos Fixos Tangíveis	62 246 546,60 €	15 546 428,99 €	- €	- €	- €	- €	8 235 168,16 €	- €	2 318 171,70 €	67 239 635,73 €	
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Edifícios e outras construções	33 317 595,89 €	219 439,25 €	2 540 647,41 €	- €	- €	- €	4 769 772,67 €	- €	- €	31 307 909,88 €	
Equipamento básico	15 442 088,32 €	6 511 464,82 €	- €	- €	- €	- €	2 769 731,26 €	- €	1 810 920,57 €	17 372 901,31 €	
Equipamento de transporte	115 054,20 €	63 996,90 €	- €	- €	- €	- €	- 113 524,51 €	- €	160 879,46 €	131 696,15 €	
Equipamento administrativo	1 350 837,34 €	799 227,20 €	- €	- €	- €	- €	351 044,19 €	- €	181 285,11 €	1 617 735,24 €	
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Outros ativos tangíveis	2 482 439,28 €	683 617,43 €	220 941,49 €	- €	- €	- €	458 144,55 €	- €	15 129,80 €	2 913 723,85 €	
Ativos tangíveis em curso	9 538 531,57 €	7 268 683,39 €	- 2 761 588,90 €	- €	- €	- €	- €	- €	149 956,76 €	13 895 669,30 €	
Total	62 246 546,60 €	15 546 428,99 €	- €	- €	- €	- €	8 235 168,16 €	- €	2 318 171,70 €	67 239 635,73 €	

e.1) AFT-A – Ativos Fixos Tangíveis – desagregação das Adições

5.2A - Ativos tangíveis - Adições											
Rubricas	Adições										
Ativos Intangíveis	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Expropriação	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Ativos Fixos em Concessão											
Outros Ativos Fixos Tangíveis	- €	15 100 608,16 €	- €	- €	- €	445 820,83 €	- €	- €	- €	- €	15 546 428,99 €
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	219 439,25 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	219 439,25 €
Equipamento básico	- €	6 136 014,32 €	- €	- €	- €	375 450,50 €	- €	- €	- €	- €	6 511 464,82 €
Equipamento de transporte	- €	- €	- €	- €	- €	63 996,90 €	- €	- €	- €	- €	63 996,90 €
Equipamento administrativo	- €	793 765,77 €	- €	- €	- €	5 461,43 €	- €	- €	- €	- €	799 227,20 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos tangíveis	- €	682 705,43 €	- €	- €	- €	912,00 €	- €	- €	- €	- €	683 617,43 €
Ativos tangíveis em curso	- €	7 268 683,39 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	7 268 683,39 €
Total	- €	15 100 608,16 €	- €	- €	- €	445 820,83 €	- €	- €	- €	- €	15 546 428,99 €

e.2) AFT-D – Ativos Fixos Tangíveis – desagregação das Diminuições

5.2B - Ativos tangíveis - Diminuições						
Rubricas	Diminuições					
Ativos Intangíveis	Alienação a Título Oneroso	Transferência ou Troca	Devolução ou Reversão	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Ativos Fixos em Concessão						
Outros Ativos Fixos Tangíveis	- €	- €	- €	- €	2 318 171,70 €	2 318 171,70 €
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento básico	- €	- €	- €	- €	1 810 920,57 €	1 810 920,57 €
Equipamento de transporte	- €	- €	- €	- €	160 879,46 €	160 879,46 €
Equipamento administrativo	- €	- €	- €	- €	181 285,11 €	181 285,11 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos tangíveis	- €	- €	- €	- €	15 129,80 €	15 129,80 €
Ativos tangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	149 956,76 €	149 956,76 €
Total	- €	- €	- €	- €	2 318 171,70 €	2 318 171,70 €

Nota: O quadro expressa o valor bruto das diminuições.

9. IMPARIDADE DE ATIVOS

a) Imparidades de clientes de cobrança duvidosa

Foram reconhecidas imparidades de clientes, de acordo com o seguinte critério:

- Dividas a receber das entidades privadas: o cálculo da imparidade tem como base o critério fiscal: 25% entre os 6 e os 12 meses da dívida vencida, 50% entre os 12 e 18 meses da dívida vencida, 75% entre os 18 e 24 meses da dívida vencida e 100% dívida vencida a mais de 24 meses
- Dividas a receber das entidades públicas: o cálculo da imparidade tem como base o critério fiscal: 25% entre os 6 e os 12 meses da dívida vencida, 50% entre os 12 e 18 meses da dívida vencida, 75% entre os 18 e 24 meses da dívida vencida e 100% dívida vencida a mais de 24 meses
- Dividas a receber em cobrança duvidosa: o cálculo da imparidade tem como base o critério fiscal: 25% entre os 6 e os 12 meses da dívida vencida, 50% entre os 12 e 18 meses da dívida vencida, 75% entre os 18 e 24 meses da dívida vencida e 100% dívida vencida a mais de 24 meses.

Em 31 de dezembro de 2021, foram reconhecidas as seguintes reversões de imparidades de ativos geradores e não geradores de caixa:

9.1 Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa								
Ativo	Natureza	31/12/2021			31/12/2020			Imparidade do Período €
		Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (3)-(4)	(6)	(7)	(8) = (6)-(7)	(9) = (4)-(7)
Contas a Receber Clientes	Ativo Gerador de Caixa	45 777 148,73 €	27 605 315,03 €	18 171 833,70 €	36 348 976,88 €	27 845 232,90 €	8 503 743,98 €	- 239 917,87 €
Total de caixa e depósitos		45 777 148,73 €	27 605 315,03 €	18 171 833,70 €	36 348 976,88 €	27 845 232,90 €	8 503 743,98 €	- 239 917,87 €

10. INVENTÁRIOS

a) Política Contabilística e método de custeio usado

O CHLO adota o sistema do custo médio ponderado como método de custeio dos seus inventários, que integram o respetivo imposto sobre o valor acrescentado. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

b) Quantia de inventários registada

Detalhe do Inventário

Em 31 de dezembro de 2021, os inventários detalhavam-se da seguinte forma:

10.1 Inventários			
Rubrica (1)	Quantia Bruta (2)	Imparidade Acumulada (3)	Quantia Recuperável (4) = (2)-(3)
Mercadorias	- €	- €	- €
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	13 372 759,03 €	62 987,73 €	13 309 771,30 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €
Produtos e Trabalhos em curso	- €	- €	- €
Total de Inventários	13 372 759,03 €	62 987,73 €	13 309 771,30 €

O valor da imparidade calculada foi constituído tendo por base o valor dos artigos não movimentados no ano de 2021.

Movimentos do Período

Rubrica	Quantia Escriturada Inicial	10.1a Inventários - Movimentos do Período							
		Movimentos no Período							
		Compras Líquidas	Consumos / Gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de Perdas por Imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	Quantia escriturada Final
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) = (1)+(2)-(3)-(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	12 251 984,16 €	102 482 469,83 €	105 735 492,39 €		16 858,81 €	- €	- €	4 327 668,51 €	13 309 771,30 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e Trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	12 251 984,16 €	102 482 469,83 €	105 735 492,39 €		16 858,81 €	- €	- €	4 327 668,51 €	13 309 771,30 €

Ao nível dos inventários, o aumento da quantia escriturada final é essencialmente explicado:

- Pela aplicação do Despacho nº 8057/2020, que estabelece a obrigatoriedade nas unidades hospitalares do SNS e restantes unidades do Ministério da Saúde, o reforçado no mínimo de 20% de stocks de medicamentos, de dispositivos médicos, equipamentos de proteção individual, reagentes e de outro material de laboratório;
- Pelo acréscimo ao nível da rubrica “Outros aumentos de Inventário”, relacionado com:
 - O ajuste, no valor de 4.327.668,51€, entre os valores refletidos no sistema contabilístico do CHLO e os valores refletidos no sistema de logística e farmácia (Nota: quantia escriturada reflete o saldo real de inventários, uma vez que à data do fecho ainda existia um número considerável de faturas a registar na contabilidade, já com registo de entrada nos sistemas de logística e farmácia)

De realçar igualmente a existência em armazém da Logística, de bens consignados no montante de 614.592,77€ - dada a sua natureza, estes bens não se encontram registados nas rubricas do CHLO.

f) Quantia das perdas por imparidade e das reversões de inventários reconhecidas como gasto do período

Rubrica (1)	10.1f Inventários - Quantia das perdas por imparidade e das reversões de inventários reconhecidos como gasto do período				
	Saldo Inicial 31/12/2020 (2)	Aumentos (3)	Reversões (4)	Utilizações (5)	Saldo Final 31/12/2021 (6)
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	46 128,92 €	16 858,81 €	- €	- €	62 987,73 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e Trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €
Total	46 128,92 €	16 858,81 €	- €	- €	62 987,73 €

O aumento do valor da imparidade, à semelhança do ano de 2019, foi calculado tendo por base o valor dos artigos não movimentados e fora de validade durante ano e 2021.

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

a) Políticas Contabilísticas e métodos utilizados

O Despacho n.º 721/2006, de 11 de janeiro, veio definir as cláusulas contratuais gerais dos Contratos Programa a celebrar entre as unidades de saúde integradas no setor empresarial do Estado e o Ministério da Saúde, para pagamento de atos e atividades. Naquele diploma legal é estabelecido como objeto dos contratos programa a realização de prestação de saúde aos utentes do SNS mediante pagamento de contrapartidas financeiras em função das condições previstas e resultados obtidos.

Os rendimentos resultantes da prestação de saúde pelas entidades públicas empresariais e decorrentes da celebração do contrato programa, assumem a natureza de rendimentos com contraprestação, uma vez que a entidade recebe valor de uma outra entidade (ACSS) para, em troca, realizar a produção contratada, sendo aplicável, quanto à contabilização destes rendimentos, a NCP 13 – Rendimentos de Transações com Contraprestação.

No ano de 2021, para efeitos de reporte das demonstrações financeiras, o CHLO considerou o rendimento mensal respeitante à produção a realizar, tendo por base a produção real obtida à data de 31/12/2021 nos registos informáticos.

b) Quantia de cada categoria de Rendimentos

As prestações de serviços e outros rendimentos, efetuadas nos exercícios de 2021 e 2020, têm a seguinte decomposição:

13.1 Rendimentos com contraprestação		
Rendimentos	31/12/2021	31/12/2020
	€	€
Taxas Moderadoras	2 503 749,33 €	2 589 665,61 €
Prestação de Serviços	171 086 202,69 €	175 351 891,42 €
Serviços específicos do setor da saúde abrangidos pelo Contrato Programa	164 320 112,34 €	167 446 053,03 €
Serviços específicos do setor da saúde excluídos do Contrato Programa	6 766 090,35 €	7 905 838,39 €
Reversões	436 064,04 €	35 146,24 €
Outros Rendimentos Suplementares	4 050 027,30 €	2 940 747,74 €
Rendimentos Suplementares	3 952 674,79 €	2 502 244,38 €
Descontos Pronto Pagamento obtidos	64 368,46 €	57 435,34 €
Ganhos em inventários	31 136,62 €	42 281,76 €
Correções relativas a períodos anteriores	- €	- €
Outros Rendimentos Suplementares	1 847,43 €	8 219,08 €
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares	- €	- €
Total	178 076 043,36 €	180 917 451,01 €

De uma forma global, e comparativamente ao ano de 2020, verificou-se em 2021 um decréscimo ao nível do valor das rubricas de Rendimentos com Contraprestação do CHLO.

Relativamente à redução dos rendimentos provenientes de taxas moderadoras e de prestação de serviços (e em concreto, os rendimentos abrangidos pelo Contrato Programa de 2021), este efeito é ainda explicado diretamente pela diminuição da atividade hospitalar resultante da pandemia COVID-19 durante o ano de 2021.

Em linha com o observado para as rubricas anteriores, assistiu-se a um acréscimo dos Outros Rendimentos Suplementares, por via, essencialmente, do aumento da faturação às ARS's, no que respeita aos reembolsos de produtos farmacêuticos (medicamentos dispensados em farmácia hospitalar).

Detalhe do Contrato Programa

Detalhe do Contrato Programa - ACSS								
Ano CP	Total Contratado (incluindo Custos de Contexto)	Faturado	Incentivos	Produção	Custos de Contexto	Penalizações e Deduções	Total Faturado Líquido	Acréscimos
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)+(5)-(6)	(8)=(7)-(2)-(5)
2021	234 541 692,00 €	164 320 112,33 €	10 366 742,79 €	153 953 369,55 €	61 775 517,92 €	- €	226 095 630,26 €	0,01 €

Detalhe da Rubrica: Outros Rendimentos Suplementares

13.1a Detalhe da subrubrica Rendimento Suplementares		
Rendimentos	31/12/2021	31/12/2020
	€	€
Rendimentos Suplementares		
Arrendamento de espaços e aluguer de equipamento	329 431,64 €	406 344,50 €
Estudos, projetos e assistência tecnológica	495 951,34 €	268 156,29 €
Outros rendimentos suplementares	3 127 291,81 €	1 827 743,59 €
Total	3 952 674,79 €	2 502 244,38 €

14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

14.1. Divulgação das Classes de Rendimentos sem Contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidas nos anos de 2021 e de 2020, têm a seguinte decomposição na Demonstração de Resultados:

Rendimentos	14.1 Rendimentos sem contraprestação	
	31/12/2021	31/12/2020
	€	€
Impostos, Contribuições e Taxas	- €	- €
Impostos Diretos	- €	- €
Impostos Indiretos	- €	- €
Contribuições para sistemas de proteção social	- €	- €
Taxas, multas e outras penalidades	- €	- €
Transferências obtidas	61 775 517,92 €	57 168 861,15 €
Subsídios Obdidos	1 141 516,91 €	1 199 018,27 €
Total	62 917 034,83 €	58 367 879,42 €

As verbas extraordinárias atribuídas ao CHLO como valor de convergência ou custos de contexto, destinadas a compensar situações extraordinárias não cobertas pelo contrato programa em termos de produção, configuram rendimentos para os quais não existe contraprestação. O CHLO recebe verbas da ACSS sem haver contrapartida (valores não faturáveis).

De acordo com as diretrizes da Circular Normativa n.º 6/2019 emitida pela ACSS, onde constam as instruções para a contabilização dos Contratos Programa, Programas Verticais e Convenções Internacionais, determina o registo das verbas extraordinárias atribuídas às entidades como valor de convergência e/ou custo contexto, na rubrica 75 – Transferências e subsídios correntes obtidos.

Detalhes da rubrica Transferências Obtidas a 31 de dezembro de 2021 e 2020

14.1a Detalhe da subrubrica Transferências e Subsídios		
Conta	31/12/2021	31/12/2020
	€	€
Transferências e subsídios correntes obtidos	62 917 034,83 €	58 367 879,42 €
Custos de Contexto	61 775 517,92 €	57 168 861,15 €
Reconhecimento de subsídios de investimento e exploração	1 141 516,91 €	1 199 018,27 €
Total	62 917 034,83 €	58 367 879,42 €

O valor desta rubrica é constituído pelos custos de contexto e subsídios de investimento/ exploração e ascendem aos montantes de **61.775.517,92€** e **1.141.516,91€**, respetivamente.

O aumento substancial dos custos de contexto reflete as atribuições de verbas extraordinárias recebidas por parte ACSS, para fazer face à redução da dívida, e minimizar o impacto da pandemia da COVID-19 ao nível da produção hospitalar de 2021.

15.PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

15.1. Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

- Existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado
- Seja provável que um exflusão de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação
- Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o exercício de 2021, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de Provisões:

Provisões	15.1 Provisões				
	Saldo Inicial 31-12-2020	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final 31-12-2021
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Impostos	- €	- €	- €	- €	- €
Contribuições	- €	- €	- €	- €	- €
Juros de mora	- €	- €	- €	- €	- €
Garantias a clientes	- €	- €	- €	- €	- €
Processos judiciais em curso	3 030 107,93 €	2 887 469,77 €	- €	- €	5 917 577,70 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias ambientais	- €	- €	- €	- €	- €
Contratos onerosos	- €	- €	- €	- €	- €
Reestruturação e reorganização	- €	- €	- €	- €	- €
Outras provisões	5 304 029,67 €	- €	436 064,04 €	- €	4 867 965,63 €
Total Provisões	8 334 137,60 €	2 887 469,77 €	436 064,04 €	- €	10 785 543,33 €

A quantia reconhecida como provisão para processos judiciais, ascende a **5.917.577,70€**, o que representa um aumento bastante significativo face ao período homólogo, essencialmente justificado pelos processos apresentados pela Bancafarma (sociedade de factoring).

Na rubrica de “Outras Provisões”, e como prudência, o CHLO considerou o montante de **4.867.965,63€** de forma a acautelar possíveis incobrabilidades nas taxas moderadoras do período 2006 a 2021, sendo o montante da dívida de 9.519.010,83€. Contudo, verifica-se uma redução de 436.064,04€ consequência do ajuste da provisão das taxas moderadoras em 2020, que teve por base o disposto na Circular Informativa N°1/2020: - “por serem consideradas tributos públicos, (as taxas moderadoras) têm um prazo de prescrição de oito anos contados a partir da data em que ocorreu a realização das prestações de saúde associadas, sendo que, o direito de liquidar caduca caso não ocorra uma notificação válida ao utente, no prazo de quatro anos, aplicando-se para o efeito, o exposto nos artigos 45.º, 46.º, 48.º e 49.º da Lei Geral Tributária, na sua atual redação”.

16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

O CHLO reconhece as transações em moeda estrangeira às taxas de câmbio (vs. Euro) das datas das referidas transações.

17. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 30/03/2022 pelo Conselho de Administração do CHLO.

À data existe conhecimento de alguns eventos futuros que poderão originar um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2021:

A evolução da situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19 poderá ter impactos na conta de gerência de 2022. Em concreto, o setor da Saúde voltou a ser profundamente afetado no início do presente ano civil, com o aumento da pressão nos internamentos e cuidados intensivos das unidades de saúde. Apesar da situação epidemiológica, à data da emissão do presente documento, se encontrar controlada, não existem certezas sobre potenciais vagas adicionais que possam colocar novamente o sector da saúde sobre pressão operacional.

No contexto atual vivido na Europa, decorrente do conflito armado entre a Russia e a Ucrânia, serão expectáveis consequências negativas para a economia portuguesa: Neste enquadramento de uma forma genérica podemos considerar como principais riscos, a subida generalizada de preços dos combustíveis, produtos alimentares e matérias primas. Paralelamente podemos também considerar eventuais quebras na cadeia de logística/distribuição. A conjugação destes fatores irá conduzir a implicações nefastas para o sector da Saúde.

O encerramento do contrato programa de 2016, no decorrer do ano de 2022 irá repercutir um efeito negativo nos resultados no montante que ascende a 4.383.660,44€.

Por se encontrarem já encerradas as contas do exercício de 2021, de forma a cumprir com o estabelecido na Resolução n.º 2/2021, de 9 de dezembro, que foi publicada no passado dia 24 de dezembro no Diário da República, na qual o Tribunal de Contas determina que a Prestação e Remessa de Contas de 2021 deverá ocorrer até 31 de março do ano seguinte ao ano económico a que respeitam, conforme exposto na alínea a) do ponto 3. Não foi possível proceder à cobrança das faturas referentes às Convenções Internacionais no montante de 189.644,41€, por contrapartida do adiantamento do contrato programa de 2021, uma vez que o CHLO recebeu esta orientação a 30/03/2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e outros terceiros são registadas pelo valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial, sendo subsequentemente mensurado pelo custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidades.

- Detalhe de Clientes e Outras Contas a receber

De realçar que ao nível das rubricas de Clientes e Outras Contas a Receber, e fruto do fecho formal do Contrato Programa de 2015 com a ACSS, procedeu-se à emissão de um crédito de 3.721.681,87€ (a favor da ACSS), que ainda se encontra por cobrar.

18.1 A - Ativos Financeiros - Clientes e Outras Contas a receber			
Rendimentos	31/12/2021		
	Valor Nominal	Imparidades	Valor Líquido
Clientes	45 777 148,73 €	27 845 232,90 €	17 931 915,83 €
Outras Contas a receber	76 479 069,97 €	- €	76 479 069,97 €
Outras Contas a receber	5 490 260,34 €	- €	5 490 260,34 €
Outras contas a receber (acréscimos)	70 686 340,94 €	- €	70 686 340,94 €
Outras contas a receber (adiantamentos a fornecedores)	124 301,34 €	- €	124 301,34 €
Outras contas a receber (adiantamentos a pessoal)	178 167,35 €	- €	178 167,35 €
Total	122 256 218,70 €	27 845 232,90 €	94 410 985,80 €

- Acréscimos de Rendimentos

Acréscimos de Rendimentos	
Descrição	Valor
Faturação - ACSS - Contrato Programa	38 614 354,21 €
Faturação - ACSS - Programas Verticais	817 196,88 €
Faturação ARS LVT	16 400 660,84 €
Faturação Outras Entidades	11 692 326,46 €
Acréscimos, Descontos - aquisição de medicamentos	3 161 802,55 €
Total	70 686 340,94 €

- Adiantamento de Clientes, Contribuintes e Utentes

Adiantamento de Clientes, Contribuintes e Utentes	
Contrato Programa (Ano)	Saldo
2010	7 634 282,18 €
2011	4 092 958,62 €
2012	- 73 400,94 €
2013	5 520 095,01 €
2014	3 322 221,87 €
2015	3 307 372,98 €
2016	2 703 912,40 €
2017	21 130 967,91 €
2018	16 668 662,55 €
2019	8 270 793,43 €
2020	8 520 135,15 €
2021	8 446 061,75 €
Total	89 544 062,91 €

A rubrica de Adiantamentos a Clientes, contribuintes e Utentes, apresenta o saldo de 90.040.482,48€. Deste montante destacam-se os adiantamentos recebidos da ACSS cujo montante a 31 de dezembro de 2021 ascende a 89.544.062,91€..

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo valor nominal.

- Detalhe da rubrica Fornecedores a 31/dezembro de 2021 e 2020

18.2 Passivos Financeiros		
Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
	Valor	Valor
Fornecedores	78 608 329,52 €	79 279 730,16 €
Fornecedores de Investimento	3 184 299,31 €	1 980 730,56 €
Outras contas a pagar	34 479 102,16 €	30 844 043,94 €
Outras Contas a pagar	10 974 811,45 €	6 241 472,67 €
Outras contas a pagar (acréscimos)	23 504 290,71 €	24 602 571,27 €
Pessoal	- €	- €
Total	116 271 730,99 €	112 104 504,66 €

Comparativamente ao ano de 2020 regista-se um acréscimo nos passivos financeiros, justificado essencialmente pela reclassificação do registo contabilístico do encerramento do Contrato Programa de 2015, no montante de 3.721.681,87€, que se encontrava registada no período anterior como activo financeiro.

- Acréscimo de Gastos

Acréscimos de Gastos - 2021	
Descrição	Valor
Despesas com Pessoal	19 259 267,36 €
Remunerações a liquidar	19 259 267,36 €
Outros Acréscimos de Gastos	4 245 023,35 €
Outros Acréscimos de Custos	4 245 023,35 €
Total	23 504 290,71 €

Os valores a pagar em 2022, são referentes a férias e subsídio de férias, horas extraordinárias e respetivos encargos, em gastos ocorridos em 2021.

Património

Decomposição do Saldo do Património		
Ano	Dec.Lei/ Despacho	Valor
2005	Dec. Lei nº 233/2005	126 860 000,00 €
2015	Despacho nº 3016-B/2015	6 433 333,33 €
2017	Despacho nº 1265/2017	22 806 666,67 €
	Total	156 100 000,00 €

O capital estatutário é detido pelo Estado Português e foi fixado no Mapa II do Anexo I do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29/12/2005 em 126.860.000,00€. Pelo aumento de capital registado e realizado em conformidade com o despacho n.º 3016-B/2015, de 24/03/2015, em 6.433.333,33€ e pelo, o despacho n.º 1265/17 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro de 29/12/2017 que determinou o aumento do capital estatutário no montante de 22.806.666,67€, perfaz atualmente 156.100.000,00€.

O capital subscrito no exercício de 2017 foi realizado no exercício de 2018.

- Demonstração das Alterações no Património Líquido

Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E. Demonstração das Alterações no Património Líquido PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2021													MOEDA: EUROS		
Descrição	Notas	Capital/ Património Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras Variações	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido	
Posição Inicial do Período (1)		156 100 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14 103 931,97 €	-208 056 653,06 €	0,00 €	0,00 €	36 455 468,65 €	-48 819 747,00 €	-50 216 999,44 €	0,00 €	-50 216 999,44 €	
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Alterações de políticas contabilísticas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Correção de erros materiais		- €	- €	- €	- €	- €	1 558 933,08 €	- €	- €	- €	- €	1 558 933,08 €	- €	1 558 933,08 €	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Realização de excedentes de revalorização		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Excedentes de revalorização e respetivas variações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Transferências e subsídios de capital		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	814 897,52 €	- €	814 897,52 €	- €	814 897,52 €	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		- €	- €	- €	- €	- €	48 969 703,76 €	- €	- €	445 820,83 €	48 819 747,00 €	295 864,07 €	- €	295 864,07 €	
(2)		- €	- €	- €	- €	- €	50 528 636,84 €	- €	- €	1 260 718,35 €	48 819 747,00 €	448 171,49 €	- €	448 171,49 €	
Resultado Líquido do Exercício (3)											-68 559 870,75 €	68 559 870,75 €	- €	68 559 870,75 €	
Resultado Integral (4) = (2)+(3)													- €	- €	
Operações com detentores de capital ou período													- €	- €	
Subscrições de capital/ património		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Subscrições de prémios de emissão		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Entradas para cobertura de perdas		- €	- €	- €	- €	- €	72 405 596,00 €	- €	- €	- €	- €	72 405 596,00 €	- €	72 405 596,00 €	
Outras operações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
(5)		- €	- €	- €	- €	- €	72 405 596,00 €	- €	- €	- €	- €	72 405 596,00 €	- €	72 405 596,00 €	
Posição no final do período (6) = (1)+(2)+(3)+(5)		156 100 000,00 €	- €	- €	- €	- €	14 103 931,97 €	-186 179 693,90 €	- €	- €	37 716 187,00 €	-68 559 870,75 €	-46 819 445,68 €	- €	-46 819 445,68 €

A variação da rubrica Resultados Transitados refere-se, essencialmente:

- Aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2019, no montante de -48.819.747,00€, pela correção da classificação da Anulação Credora 2/2020, anulada em obra em curso quando devia ser para custo no montante de 134.261,96€, e pela anulação da obra em curso da Nova sala de Operações no Bloco do HSFX , cujo o custo do projeto ficou sem efeito no montante 15.694,80€.
- O montante de 1.558.933,08 €, registado em “Correção de erros materiais”, é constituído (i) pela anulação da indemnização por falta aviso previo de 2018, registados como em dívida (48.345,04€),(ii) pela anulação da especialização do ACES, uma vez que não reunimos os requisitos passíveis de faturação (397.500,00€), (iii) anulação da especialização de descontos da Apifarma de 2016 (50.650,18€), (iv) anulação do remanescente da especialização do programa de financiamento centralizado da Hepatite C (271.373,47€), (v) correção da especialização do SIGIC 2017 e 2018 (351.642,88),(vi) anulação de saldos passíveis de não serem recebidos e não identificáveis (91.539,67€), (vii) regularização de faturas de acompanhamento registadas em conta corrente da ACSS (444.571,92€.)

- Entrada de capital no montante de 72.405.596,00 €, de acordo com os Despachos para cobertura de prejuízos durante o ano de 2021
- As Transferências e subsídios de capital no montante 814.897,52€, desagregados em 1.809.652,64€ em subsídios recebidos, e 994.755,12€ em desconhecimento de subsídios.
- A variação da rubrica “Outras variações líquidas”, no valor de 445.820,83 €, correspondente, a Doações
- Decomposição das rubricas de meios financeiros líquidos a 31 de dezembro de 2021 e 2010

Decomposição das rubricas de meios líquidos financeiros a 31/dezembro de 2021		
Conta	31/12/2021	31/12/2020
	€	€
Caixa	1 480,00 €	1 480,00 €
Depósitos à ordem	1 587 921,04 €	1 411 760,34 €
Depósitos a prazo	47 603,89 €	47 603,89 €
Depósitos de garantias e cauções	60 167,89 €	- €
Total de caixa e depósitos	1 697 172,82 €	1 460 844,23 €

- Decomposição das aplicações financeiras incluídas nas contas de outros ativos financeiros a 31 de dezembro de 2021

18.1 B - Ativos Financeiros - Aplicações Financeiras										
Rendimentos	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Dimunuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de Justo Valor	Reversões de perda por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de Justo Valor	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos Financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Ativos financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €		- €	- €	- €		- €	- €
Participações financeiras - justo valor	- €	- €	- €		- €	- €	- €		- €	- €
Outros Ativos financeiros	- €	- €	- €		- €	- €	- €		- €	- €
Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras - custo	- €	5 000,00 €		- €	- €	- €		- €	- €	5 000,00 €
Outros Ativos financeiros	268 312,77 €	145 110,66 €	32 442,92 €	- €	- €	- 33 104,96 €	- €	- €	- €	412 761,39 €
Total	268 312,77 €	150 110,66 €	32 442,92 €	- €	- €	- 33 104,96 €	- €	- €	- €	417 761,39 €

O valor correspondente a outros investimentos financeiros reporta aos valores entregues no âmbito do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), cuja entidade gestora é o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P. (IGFCSS, I. P.) de acordo com a lei n.º 70/2013 de 30 de agosto., e participação financeira do CHLO na associação CoLab.

- Decomposição da rubrica de Passivos Financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de Justo Valor	Reversões de perda por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de Justo Valor	Perdas por imparidade	Outras	
Outros Passivos Financeiros	703 703,26 €	1 644 347,04 €	- €	- €	- €		- €	- €	- €	2 348 050,30 €
Total	703 703,26 €	1 644 347,04 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	2 348 050,30 €

O montante supra apresentado, 2.348.050,30€, encontra-se relacionado com passivo financeiro de médio-longo prazo (subsídio reembolsável), contraído no âmbito do Programa POSEUR.

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.1. Benefícios definidos

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais, autorizadas pelo Conselho de Administração, tais como trabalho extraordinário, subsídio de prevenção, trabalho noturno e abonos variáveis.

Todo o pessoal ao serviço do CHLO, foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação em vigor, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no exercício seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram- se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

O valor das dívidas ativas dos funcionários do CHLO é de 178.167,35€ e diz respeito a reposições devidas.

19.1 BENEFÍCIOS DEFINIDOS	
Rubrica	31/12/2021
	€
Dívidas ativas de funcionários	178 167,35 €

20. DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

20.2. Transações entre Partes Relacionadas

O CHLO não detém participação em nenhuma entidade, contudo, e tendo por base as diretrizes da NCP 20, consideramos “entidades relacionadas” as entidades supervisoras / reguladoras e com poder de decisão sobre a entidade, nomeadamente a ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde IP e a ARS-LVT – Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo.

20.2 Transações entre partes relacionadas						
Entidade Terceira	NIF	Faturação Emitida	Saldo Devedor em	Conta	Saldo Credor em	Conta
ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde IP	508188423	166 001 903,43 €	- 431 666,20 €	211	609 576,49 €	221
ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde IP	508188423		97 078,04 €	2789191	- €	2789291
ARS-LVT – Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo	503148776	3 344 428,61 €	11 373 140,47 €	211	3 471,06 €	221
ARS-LVT – Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo	503148776		2 961 138,32 €	2789191	4 200 880,35 €	2789291
Total		167 509 562,10 €	8 464 023,65 €		4 156 145,57 €	

20.6. Pessoas Chave da Gestão

Membro do Órgão de Administração	20.6 Pessoas chave da Gestão					
	Remuneração Anual (2021)					
	Fixa	Variável	Bruta	Redução Remuneratória	Reversão Numeratória	Valor Final
	(1)	(2)	(3) = (1)+(2)	(4)	(5)	(6) = (3)-(4)+(5)
Dr. ^a Rita Perez Fernandez da Silva	93 543,42 €		93 543,42 €			93 543,42 €
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	73 323,04 €		73 323,04 €			73 323,04 €
Dr. José Manuel Fernandes Correia	83 799,77 €		83 799,77 €			83 799,77 €
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre	73 323,04 €		73 323,04 €			73 323,04 €
Enf ^a Maria Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos	73 323,04 €		73 323,04 €			73 323,04 €
Total	397 312,31 €	- €	397 312,31 €	- €	- €	397 312,31 €

Membro do Órgão de Administração	20.6 Pessoas chave da Gestão							
	Benefícios Sociais (2021)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde		Outros	
	Diário	Encargo Anual da Entidade	Identificação	Encargo anual da entidade	Identificação	Encargo anual da entidade	Identificação	Encargo Anual da Entidade
Dr. ^a Rita Perez Fernandez da Silva	4,77 €	1 120,95 €	ADSE/CGA	13 249,12 €	-	- €	-	- €
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	4,77 €	1 159,11 €	Seg. Social	8 305,22 €	-	- €	-	- €
Dr. José Manuel Fernandes Correia	4,77 €	1 016,01 €	ADSE/CGA	11 929,74 €	-	- €	-	- €
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre	4,77 €	1 001,70 €	ADSE/CGA	9 755,39 €	-	- €	-	- €
Enf ^a Maria Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos	4,77 €	1 087,56 €	ADSE/CGA	9 107,39 €	-	- €	-	- €
Total		5 385,33 €		52 346,86 €		- €		- €

23. OUTRAS DIVULGAÇÕES

23.1. Projetos de Investimento

23.1 Projetos de Investimento			
Projeto	Designação do Projeto	Total Aprovado	Elegível Aprovado
POCI-02-0550-FEDER-035430	CHLO Eficiência na resposta ao Utente	197 340,63 €	197 340,63 €
POCI-05-5762-FSE-000244	Capacitação e modernização das Adm	894 809,29 €	599 522,22 €
POCI-02-0550-FEDER-040220	ESP - Exames sem papel	309 110,24 €	309 110,24 €
POCI-05-5762-FSE-000112	Operações de capacitação da Adminis	468 256,44 €	313 731,81 €
POSEUR -01-1203-000077	Eficiência Energética no CHLO - Hospit	5 360 539,46 €	5 267 894,63 €
POSEUR -01-1203-000079	Eficiência Energética no CHLO - Hospit	3 848 939,59 €	3 776 337,23 €
POSEUR -01-1203-000081	Eficiência Energética no CHLO - Hospit	2 936 786,69 €	2 869 290,44 €
LISBOA-06-4842-FEDER-000051	Equipamento de tecnologia avançada	1 468 836,48 €	1 468 836,48 €
Total		15 484 618,82 €	14 802 063,68 €

23.2. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos com estas Entidades tinham a seguinte decomposição:

Saldos Ativo

23.2.1 Estado e Outros Entes Públicos - Saldos Ativo		
Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Pagamento Especial por Conta	70 000,00 €	70 000,00 €
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	2,43 €	2,42 €
Total	70 002,43 €	70 002,42 €

Saldos Passivo

23.2.2 Estado e Outros Entes Públicos - Saldos Passivo		
Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos a pagar / estimado	30 534,35 €	28 797,76 €
Imposto sobre o Valor Acrescentado	417 674,62 €	576 008,46 €
Retenções de Impostos sobre Rendimentos	1 568 377,49 €	1 789 488,81 €
Contribuição para Sistemas de Proteção Social	2 916 180,41 €	3 062 518,00 €
Total	4 932 766,87 €	5 456 813,03 €

23.3. Diferimentos

A 31 de dezembro de 2021, a componente de diferimentos, nomeadamente a rubrica Gastos a Reconhecer, apresenta um saldo de 23.963,59€, referentes a Seguros de Acidentes de Trabalho, apresentando um decréscimo, consequência do diferimento de 2021 corresponder apenas a um trimestre, quando no período homólogo ser anual, e uma prestação da renda de um imóvel de apoio à Psiquiatria, localizado em Oeiras.

23.3 Diferimentos		
Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Gastos a Reconhecer	23 963,59 €	91 515,62 €

23.4. Gastos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a decomposição do saldo dos Fornecimentos e Serviços Externos:

23.4.1 Gastos - FSE			
Rubrica	Descrição	31/12/2021	31/12/2020
621	Subcontratos e concessões de serviços	9 848 467,50 €	9 631 811,31 €
6221	Trabalhos especializados	10 894 240,92 €	10 346 353,19 €
6222	Publicidade, comunicação e imagem	19 821,84 €	18 833,06 €
6223	Vigilância e segurança	1 116 942,49 €	1 211 015,00 €
6224	Honorários	293 146,90 €	308 147,92 €
6226	Conservação e reparação	8 233 240,09 €	8 350 286,76 €
623	Materiais de consumo	29 629,59 €	11 553,82 €
6241	Eletricidade	1 744 855,85 €	1 831 089,18 €
6242	Combustíveis e lubrificantes	797 606,79 €	880 289,43 €
6243	Água	684 783,16 €	652 799,90 €
6251	Deslocações e estadas	7 815,82 €	7 758,02 €
6253	Transporte de Mercadorias e outros bens	14 469,92 €	11 523,72 €
6255	Transporte de doentes	961 507,66 €	743 871,18 €
6261	Rendas e alugueres	2 039 669,97 €	1 439 801,09 €
6262	Comunicação	155 594,67 €	174 799,83 €
6263	Seguros	15 602,78 €	14 180,74 €
6265	Contencioso e notariado	- €	1 917,60 €
6267	Limpeza, higiene e conforto	6 170 729,85 €	4 891 960,31 €
6269	Outros Serviços	117 572,77 €	256 904,99 €
Total		43 145 698,57 €	40 784 897,05 €

O saldo de Fornecimentos e Serviços externos apresenta um acréscimo 6% face ao período homólogo, com um total de gastos acumulado, aproximadamente, 43,2 milhões de euros.

O acréscimo registado é essencialmente explicado pelo aumento dos gastos com Rendas e Alugueres (+42%), Limpeza, Higiene e Conforto (+26%) e Transporte de doentes (29%).

Estes aumentos, que se encontram refletidos nas contas do exercício, são uma consequência direta da necessidade do CHLO em garantir manter e otimizar a sua capacidade de resposta aos impactos da pandemia da COVID-19 na sua operação, tendo sido imprescindíveis para o desenvolvimento da sua atividade clínica e para o tratamento adequado e atempado dos seus doentes.

12 DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

As demonstrações orçamentais foram preparadas pelo Centro Hospital Lisboa Ocidental, EPE, segundo a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental do SNC-AP, traduzindo uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental do CHLO no exercício de 2021 (01/01/2021 a 31/12/2021). Estas demonstrações proporcionam, principalmente, informação relacionada com o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos/ recebimentos.

O relato orçamental, apresentado através de diversos mapas de Demonstrações Orçamentais de Relato, proporciona informação sobre se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente aprovado, nomeadamente através da:

- a) Demonstração de Desempenho Orçamental, evidenciando importâncias relativas a todos os recibimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer reportem-se à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Neste mapa também são evidenciados os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, o saldo global, o saldo corrente, o saldo capital e o saldo primário)
- b) Demonstração de Execução Orçamental da Receita na qual são evidenciadas as liquidações que, gerando recibimentos há que verificar se estes correspondem a recibimentos de períodos correntes ou futuros, e se estão devidamente sustentadas, legal ou contratualmente. Deve ainda constar deste mapa informação das previsões corrigidas, resultante das eventuais alterações orçamentais que tenham ocorrido na receita
- c) Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, que tem como finalidade permitir o controlo da execução orçamental da despesa durante o período contabilístico. Esta demonstração deve permitir controlar todas as fases da execução do orçamento, nomeadamente os compromissos assumidos e quais os valores pagos e a pagar. Aferindo ainda se os valores executados são líquidos da influência de eventuais cativações e alterações orçamentais que tenham ocorrido durante o ano económico, montante este que será o das dotações corrigidas e, ainda verificando se as operações relacionadas com a abertura e o encerramento da contabilidade orçamental estão bem registadas e de acordo com o referencial contabilístico aplicável;

Para garantir estes objetivos, as demonstrações orçamentais proporcionam informação sobre:

- i) Dotações de despesa e previsões de receita
- ii) Alterações orçamentais permutativas e/ou modificativas
- iii) Cabimentos, compromissos, obrigações e receitas liquidadas
- iv) Despesas pagas e receitas cobradas, tanto do ano em análise como de anos anteriores/futuros

v) Execução e desempenho orçamental (despesas e receitas)

12.1. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Em 31 de dezembro de 2021, a Demonstração do Desempenho Orçamental apresenta a seguinte decomposição:

DORC – Recebimentos

(Euros)

Rubrics Recebimentos		Fontes de Financiamento						
		Rec. Próprias	Rec. Gerais	Financ. da UE	Empréstimos	Fundos Alheios	Total	M-1
RI01	Saldo de Gerência Anterior	1 413 240,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 413 240,34 €	3 903 367,46 €
RI02	Operações Orçamentais [1]	1 413 240,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 413 240,34 €	3 903 367,46 €
RI04	Devolução do saldo oper. orçamentais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
RI03	Operações de tesouraria [A]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Receita Corrente	239 967 240,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	239 967 240,32 €	239 258 975,40 €
R1	Receita Fiscal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R1.1	Impostos diretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R1.2	Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 755 204,89 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 755 204,89 €	1 199 538,60 €
R4	Rendimentos de propriedade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9,68 €
R5	Transferências e subsídios correntes	148 635,78 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	148 635,78 €	248 154,65 €
R5.1	Transferências correntes	148 635,78 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	148 635,78 €	248 154,65 €
R5.1.1	Administrações Públicas	148 635,78 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	148 635,78 €	217 906,42 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	146 761,79 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	146 761,79 €	207 930,22 €
R5.1.1.3	Segurança Social	1 873,99 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 873,99 €	9 976,20 €
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.2	Exterior - UE	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	30 248,23 €
R5.1.3	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R6	Venda de bens e serviços	237 798 661,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	237 798 661,67 €	237 527 460,16 €
R7	Outras receitas correntes	264 737,98 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	264 737,98 €	283 812,31 €
	Receita de Capital	732 737,64 €	1 076 915,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 809 652,64 €	486 217,18 €
R8	Venda de bens de investimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9	Transferências e subsídios de capital	447 962,48 €	1 076 915,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 524 877,48 €	486 217,18 €
R9.1	Transferências de capital	447 962,48 €	1 076 915,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 524 877,48 €	486 217,18 €
R9.1.1	Administrações Públicas	234 899,36 €	1 076 915,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 311 814,36 €	0,00 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	234 899,36 €	1 076 915,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 311 814,36 €	0,00 €
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.2	Exterior - UE	213 063,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	213 063,12 €	486 217,18 €
R9.1.3	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R10	Outras receitas de capital	284 775,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	284 775,16 €	0,00 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	173,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	173,72 €	67,72 €
	Racinha Efetiva [2]	240 700 332,68 €	1 076 915,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	241 777 642,68 €	238 745 360,16 €
	Racinha Neta Efetiva [3]	77 688 154,93 €	28 542 380,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	36 392 114,93 €	30 065 247,18 €
R12	Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	37 438 194,01 €	36 642 980,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	74 081 174,01 €	40 065 267,26 €
	Soma [4]+[5]+[6]	276 553 886,59 €	37 719 895,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	317 273 481,59 €	283 713 335,42 €
	Operações de Tesouraria [8]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

O Contabilista Certificado

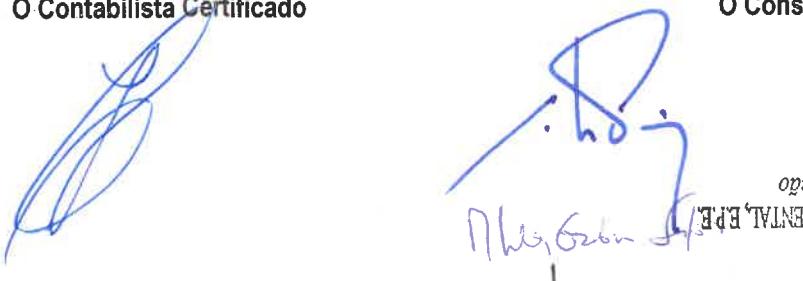
O Conselho de Administração

DORC – Pagamentos

(Euros)

Rubricas Pagamentos		Fontes de Financiamento						
		Rec. Próprias	Rec. Gerais	Financ. da UE	Emprestimos	Fundos Alheios	Total	N-1
	Despesa Corrente	229 144 980,67 €	72 404 729,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	301 549 710,44 €	269 349 558,51 €
D1	Despesas com o pessoal	147 862 527,81 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	147 862 527,81 €	134 944 380,69 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	94 826 186,62 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	94 826 186,62 €	89 811 961,84 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	24 886 519,71 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	24 886 519,71 €	19 632 472,38 €
D1.3	Segurança Social	28 149 821,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	28 149 821,48 €	25 499 946,47 €
D2	Aquisição de bens e serviços	81 009 660,00 €	72 404 729,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	153 414 389,77 €	134 105 058,33 €
D3	Juros e outros encargos	392,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	392,29 €	307,33 €
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	28 562,03 €
D4.1	Transferências correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	28 562,03 €
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9,68 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9,68 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	262,35 €
D4.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	28 290,00 €
D4.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D5	Outras despesas correntes	272 400,57 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	272 400,57 €	271 250,13 €
	Despesa de Capital	13 050 454,55 €	1 076 915,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14 127 369,55 €	12 951 096,17 €
D6	Aquisição de bens de capital	13 050 454,55 €	1 076 915,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14 127 369,55 €	12 951 096,17 €
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D8	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Saldo Bruto (1)	342 193 895,33 €	73 481 644,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	315 676 079,39 €	282 300 554,48 €
	Despesa Neta Bruta (5)	5 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 000,00 €	0,00 €
D9	Despesa com ativos financeiros	5 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 000,00 €	0,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Venda (7)-(5)+(6)	342 200 895,33 €	73 481 644,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	315 682 079,39 €	282 300 554,48 €
	Operações de Mercado (1)	10,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Saldo para garantia seguinte	37 351 150,81 €	-35 761 749,77 €	0,00 €	0,00 €	60 167,89 €	1 649 568,93 €	1 413 240,34 €
	Operações Orçamentais (8)-(4)-(7)	37 351 150,81 €	-35 761 749,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 589 401,04 €	1 413 240,34 €
	Operações de tesouraria (D)=(A)-(B)-(C)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	60 167,89 €	60 167,89 €	0,00 €
	Saldo Global (2)-(3)	-1 495 283,54 €	-72 404 729,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-73 900 013,31 €	-42 535 254,38 €
	Despesa primária	242 195 042,93 €	73 481 644,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	315 676 079,39 €	282 300 554,48 €
	Saldo Corrente	10 822 259,65 €	-72 404 729,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-61 582 470,12 €	-30 090 583,11 €
	Saldo Capital	-12 317 716,91 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-12 317 716,91 €	-12 464 878,99 €
	Saldo Primário	-1 494 891,25 €	-72 404 729,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-73 899 621,02 €	-42 555 087,05 €
	Receita Total (1)-(2)+(3)	279 551 586,03 €	37 719 895,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	317 271 481,03 €	283 713 895,02 €
	Despesa Total (5)+(6)	242 200 435,22 €	73 481 644,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	315 682 079,39 €	282 300 554,48 €

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

Conselho de Administração

CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.

12.2. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Em 31 de dezembro de 2021, a Demonstração do Execução Orçamental da Despesa apresenta a seguinte decomposição:

DODES – Despesa

Classificação orçamental detalhada	DODES - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa									
	Despesas por natureza permanente e/ou variável	Despesas Corrigidas	Carros	Despesas Disponibilizadas	Complementares	Obrigatórias	Despesas Impostas Imóveis	Respostas às alterações nos pagamentos	Respostas previsões futuras	Período corrente
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Despesas Corrente	122.554.145,44 €	354.791.670,00 €	-	31.521.670,04 €	386.770.450,04 €	306.739.651,04 €	278.392.233,98 €	301.452.728,64 €	28.459.450,52 €	222.580.779,42 €
D1.1 Remuneração certas e permanentes	1.945.185,35 €	96.555.005,00 €	-	204.195,36 €	96.757.200,36 €	96.757.200,36 €	94.828.080,97 €	1.894,35 €	1.942.457,81 €	92.883.734,81 €
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais	930.108,94 €	17.513.715,00 €	-	8.026.044,22 €	25.589.759,22 €	25.589.759,22 €	24.886.519,71 €	-	926.878,11 €	23.959.641,60 €
D1.3 Segurança social	2.078.450,51 €	27.943.457,00 €	-	2.204.869,64 €	30.146.326,64 €	30.146.326,64 €	28.449.821,48 €	-	2.078.413,65 €	26.071.401,83 €
D2 Aquisição de bens e serviços	77.680.934,04 €	212.467.745,00 €	-	21.093.013,96 €	233.562.758,96 €	233.562.758,96 €	225.623.214,80 €	133.419.667,14 €	5.277,37 €	79.393.430,82 €
D3 Juros e outros encargos	548,00 €	275.200,00 €	-	157,71 €	392,29 €	392,29 €	392,29 €	-	0,00 €	392,29 €
D5 Outras Despesas Correntes	722,00 €	-	-	2.779.43 €	273.020,57 €	273.020,57 €	278.243,07 €	5.842,50 €	5.842,50 €	272.400,57 €
Despesas de Capital	41.041.197,70 €	35.802.771,35 €	-	115.071,24 €	20.416.792,60 €	20.416.792,60 €	18.553.026,16 €	14.127.369,55 €	4.016.456,57 €	14.127.369,55 €
D6 Aquisição de bens de capital	4.041.197,70 €	20.297.721,36 €	-	5.000,00 €	20.416.792,60 €	20.416.792,60 €	18.553.026,16 €	14.127.369,55 €	-	14.127.369,55 €
D9 Despesa com ativos financeiros	-	5.000,00 €	-	-	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	-	-	5.000,00 €
Total	167.595.761,54 €	351.024.374,76 €	-	31.521.670,04 €	406.701.250,64 €	406.701.250,64 €	315.495.004,21 €	31.014.72 €	232.951.002,09 €	232.951.002,09 €

Classificação orçamental detalhada	DODES - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa										Obrigações para períodos futuros						
	Compromissos a transferir	Obrigações a pagar	Compromissos assumidos para períodos futuros	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]
	[15]-[7]-[8]	[16]-[1]-[14]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]
Despesas Corrente	77.400.234,16 €	26.989.513,44 €	-	1.931.013,74 €	-	-	-	-	-	-	-						
D1.1 Remuneração certas e permanentes	-	-	-	653.239,51 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais	-	-	-	1.995.815,16 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D1.3 Segurança social	690,00 €	77.395.44,16 €	-	72.408.825,03 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D2 Aquisição de bens e serviços	-	0,00 €	-	620,00 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D3 Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D5 Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	1.863.766,44 €	4.425.656,61 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D6 Aquisição de bens de capital	1.863.766,44 €	4.425.656,61 €	-	0,00 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	9.604.000,60 €	41.415.170,05 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Certifico que a demonstração de execução orçamental da despesa para o ano de 2021, elaborada de acordo com o que consta no artigo 1º, nº 1, da lei n.º 100/2019, é verdadeira e completa.
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.

Relatório de Gestão e Contas 2021

161

12.3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Em 31 de dezembro de 2021, a Demonstração do Execução Orçamental da Receita apresenta a seguinte decomposição:

DOREC – Receita

(Euros)

Classificação Orçamental Detalhada		DOREC - Demonstração de Execução Orçamental da Receita			DOREC - Demonstração de Execução Orçamental da Receita		
	previstas contrárias	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas líquidas	Receitas cobradas anualizadas	Receitas cobradas anualizadas	Reembolsos e restituições	
R5.1.2.1.2	Exterior - UE	300 552 329,00 €	16 376 375,31 €	207 069 073,36 €	275 735,00 €	372 383,43 €	372 383,43 €
R5.1.2.1.2	Administrador Central - Outras entidades	146 600,00 €	162,79 €	145 761,79 €	- €	146 761,79 €	- €
R5.1.2.1.3	Outras	2 292 746,00 €	527 712,66 €	4 605,75 €	1 760 958,79 €	526,20 €	1 755 204,89 €
R3	Taxes, multas e outras penalidades	148,00 €	148,00 €	- €	1 873,99 €	- €	1 873,99 €
R5.1.1.3	Rendimentos de propriedade	50 000,00 €	48 126,01 €	5 160 051,72 €	3 647 451,80 €	265 742,87 €	1 004,89 €
R7	Segurança Social	56 215,00 €	7 167 469,05 €	- €	1 583 819,47 €	- €	1 004,89 €
R5.1.1.5	Outras Receitas Correntes	56 215,00 €	- €	261 512 029,99 €	6 691 409,37 €	238 169 295,98 €	371 578,54 €
R6	Administrador Local	209 065 322,00 €	22 757 819,99 €	40 417 979,90 €	75 151 000,00 €	75 151 000,00 €	371 203,71 €
R9.1.2.1.2	Venda de bens e serviços	78 302 162,38 €	1 360 730,01 €	- €	213 063,12 €	- €	- €
R9.1.2.1.2	Administrador Central - Outras entidades	1 311 810,12 €	213 053,12 €	- €	1 311 814,36 €	- €	- €
R9.1.2.1.2	Outras Receitas Capital	1 311 810,12 €	- €	284 775,16 €	- €	284 775,16 €	- €
R1.1	Deposições não abatidas aos pagamentos	2 993 776,00 €	- €	173,72 €	- €	173,72 €	- €
R1.3	Recaídas com Passivos financeiros	72 903 662,00 €	- €	1 172 512,01 €	74 081 174,01 €	- €	74 081 174,01 €
R1.4	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	1 413 240,34 €	- €	- €	1 413 240,34 €	- €	- €
	Total	376 467 631,70 €	16 747 497,10 €	45 362 639,97 €	334 371 112,07 €	334 371 112,07 €	372 383,43 €

Classificação Orçamental Detalhada		DOREC - Demonstração de Execução Orçamental da Receita			DOREC - Demonstração de Execução Orçamental da Receita		
	Periodos anteriores	Receitas cobradas líquidas período corrente	Total	Notas finais por cobrança no final do período	(n+1)	(n+2)	Liquidações de períodos futuros
R5.1.2.1.2	Exterior - UE	1 495 597,02 €	238 471 643,30 €	259 967 340,32 €	44 409 005,20 €	- €	- €
R5.1.2.1.2	Administrador Central - Outras entidades	- €	146 761,79 €	146 761,79 €	- €	- €	- €
R5.1.2.1.3	Outras	- €	1 755 204,89 €	1 755 204,89 €	9 828,45 €	- €	- €
R3	Taxes, multas e outras penalidades	- €	1 873,99 €	1 873,99 €	- €	- €	- €
R4	Rendimentos de propriedade	- €	264 737,98 €	264 737,98 €	6 958 946,07 €	- €	- €
R5.1.1.3	Segurança Social	91 858,76 €	172 879,22 €	- €	- €	- €	- €
R7	Outras Receitas Correntes	- €	1 403 738,26 €	236 394 923,41 €	37 440 253,68 €	- €	- €
R6	Venda de bens e serviços	- €	75 151 000,00 €	75 151 000,00 €	- €	- €	- €
R9.1.2.1.2	Exterior - UE	- €	213 063,12 €	213 063,12 €	- €	- €	- €
R9.1.2.1.2	Administrador Central - Outras entidades	- €	1 311 814,36 €	1 311 814,36 €	- €	- €	- €
R1.0	Outras Receitas Capital	- €	284 775,16 €	284 775,16 €	- €	- €	- €
R1.1	Deposições não abatidas aos pagamentos	- €	173,72 €	173,72 €	- €	- €	- €
R1.3	Recaídas com Passivos financeiros	- €	74 081 174,01 €	74 081 174,01 €	- €	- €	- €
R1.4	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	- €	3 413 240,34 €	3 413 240,34 €	- €	- €	- €
	Total	1 495 597,02 €	315 775,01 €	337 271 481,03 €	44 409 005,20 €	- €	- €

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Relatório de Gestão e Contas 2021

Conselho de Administração
CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.

Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.
Assinatura

Assinatura

12.4. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Tendo em conta as limitações técnicas existentes ao nível dos sistemas de relato, não é possível ao CHLO efetuar o cruzamento de dados informático necessário para apresentar a Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos.

13 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

O anexo às demonstrações orçamentais é composto pelos seguintes elementos:

13.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

O quadro seguinte destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que ocorreram na despesa no exercício de 2021.

Para uma melhor compreensão importa referir que as alterações orçamentais podem ser:

- i) Permutativas (P) – quando procedem à alteração da composição do orçamento de receita ou da despesa da entidade, mantendo constante o seu montante global
- ii) Modificativas (M) – quando procedem à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa ou da qual resultou um aumento global da receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que estava em vigor.

Rubricas	Tipo	Alterações Orçamentais da Despesa						Observações	
		Dotações Iniciais	Receita			Créditos Especiais	Dotações corrigidas		
			Inscrições / Reforços	Alterações Orçamentais	Diminuições / Anulações				
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]		
D1 - Despesas com o Pessoal	P	142 008 177,00 €	116 000,00 €	116 000,00 €	- €	142 008 177,00 €			
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	P	96 644 005,00 €	25 000,00 €	116 000,00 €	- €	96 553 005,00 €			
D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais	P	17 513 715,00 €	- €	- €	- €	17 513 715,00 €			
D1.3 - Segurança Social	P	27 850 457,00 €	91 000,00 €	- €	- €	27 941 457,00 €			
D2 - Aquisição de Bens e Serviços	P	140 657 149,00 €	20 371 391,61 €	20 965 516,00 €	72 405 596,00 €	212 468 620,61 €			
D3 - Juros e Outros Encargos	P	548,00 €	- €	- €	- €	548,00 €			
D4 - Transferências Correntes	P	- €	- €	- €	- €	- €			
D4.1 - Administrações Públicas	P	- €	- €	- €	- €	- €			
D4.1.1 - Administração Central - Estado	M	- €	- €	- €	- €	- €			
D4.1.3 - Segurança Social	P	- €	- €	- €	- €	- €			
D4.1.4 - Administração Regional	M	- €	- €	- €	- €	- €			
D5 - Subsídios	P	275 200,00 €	- €	- €	- €	275 200,00 €			
D6 - Outras Despesas Correntes	P	18 395 907,00 €	3 616 083,45 €	3 026 083,45 €	1 311 814,36 €	20 297 721,36 €			
D9 - Outras Despesas Capital	M	- €	5 000,00 €	- €	- €	5 000,00 €			
Total		301 336 981,00 €	24 108 475,06 €	24 107 599,45 €	73 717 410,36 €	375 055 266,97 €			

13.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

Em linha com o quadro das alterações orçamentais da despesa, a demonstração das alterações orçamentais da receita destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que ocorreram na receita no exercício de 2021.

Rubrica	Tipo	Alterações Orçamentais da Receita							Observações	
		Previsões Iniciais	Receita			Prestações contingentes				
			Inscrições / Reforços	Alterações Orçamentais	Diminuições / Acréscimos	Créditos Especiais				
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]		
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	P	2 292 746,00 €	- €	- €	- €	- €	2 292 746,00 €			
R4 - Rendimentos de Propriedade	P	148,00 €	- €	- €	- €	- €	148,00 €			
R5 - Transferências Correntes	P	146 600,00 €	50 000,00 €	- €	- €	- €	196 600,00 €			
R5.1 - Administrações Públicas	P	146 600,00 €	50 000,00 €	- €	- €	- €	196 600,00 €			
R5.1.1 - Administração Central - Estado	P	146 600,00 €	50 000,00 €	- €	- €	- €	196 600,00 €			
R5.1.2 - Administração Central - Outras Entidades	M	- €	- €	- €	- €	- €	- €			
R6 - Vendas de Bens e Serviços	P	298 361 128,00 €	859,00 €	355 567,00 €	- €	- €	298 006 420,00 €			
R7 - Outras Receitas Correntes	P	56 215,00 €	- €	- €	- €	- €	56 215,00 €			
R9 - Transferências de Capital	M	- €	10,00 €	- €	1 311 814,36 €	1 311 824,36 €				
R9.1 - Administrações Públicas	M	- €	10,00 €	- €	1 311 814,36 €	1 311 824,36 €				
R9.1.1 - Administração Central - Estado	M	- €	- €	- €	1 311 814,36 €	1 311 814,36 €				
R9.1.2 - Administração Central - Outras Entidades	M	- €	10,00 €	- €	- €	- €	10,00 €			
R10 - Outras Receitas de Capital	M	- €	281 776,00 €	- €	- €	- €	281 776,00 €			
R13 - Receita com Passivos Financeiros	P	480 144,00 €	22 922,00 €	- €	72 405 596,00 €	72 908 662,00 €				
R14 - Saldo da Gerência Anterior - operações orçamentais	M	- €	- €	- €	1 413 240,34 €	1 413 240,34 €				
Total		301 396 961,00 €	355 567,00 €	355 567,00 €	75 130 650,70 €	376 467 631,70 €				

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração




Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.
Conselho de Administração

13.3. OPERAÇÕES DE TESOURARIA

No exercício de 2021, existiram movimentos a registar para apresentação da demonstração de Operações de Tesouraria.

Código de contas	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
07.1.1 / 07.2.1 - Recebimentos / pagamentos por Intermediação de fundos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.1.2.1.1 / 07.2.2.1.1 - Autarquias Locais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.1.2.1.2 / 07.2.2.1.2 - Entidade Contabilística Estado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.1.2.1.3 / 07.2.2.1.3 - Região Autónoma Açores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.1.2.1.4 / 07.2.2.1.4 - Região Autónoma Madeira	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.1.2.1.9 / 07.2.2.1.9 - Outras entidades beneficiárias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.1.2.2 / 07.2.2.2 - Receita não Fiscal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.1.3 / 07.2.3 - Constituição e reforço/devolução de cauções e garantias	0,00 €	60 167,89 €	0,00 €	60 167,89 €
07.1.4 / 07.2.4 - Cobrança/Entrega de recursos próprios europeus	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.1.5 / 07.2.5 - Receção/receitas de receitas próprias – duplo cabimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.1.6 / 07.2.6 - Retenções - Transição para o SNC-AP	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.1.9 / 07.2.9 - Outras receitas/despesas de operações tesouraria	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.2.8- Conversão de operações de tesouraria em receita orçamental	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	0,00 €	60 167,89 €	0,00 €	60 167,89 €

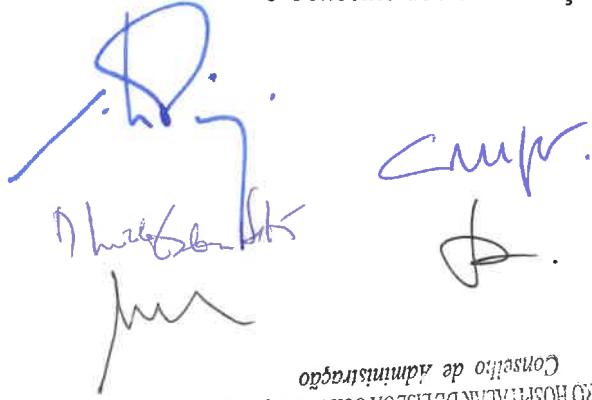
13.4. ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Tendo em conta as limitações técnicas existentes ao nível dos sistemas de relato, não é possível ao CHLO efetuar o cruzamento de dados informático necessário para apresentar as Demonstrações de Alterações ao Plano Pluriannual de Investimentos e de Contratação Administrativa.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.
Conselho de Administração

14 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

DECLARAÇÃO
(Justificação para ausência de Certificação Legal de Contas
relativa às Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021)

Para os efeitos tidos por convenientes, declara-se que, tendo a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pela certificação legal das contas dos exercícios de 2017 e seguintes sido nomeada pelo Despacho Conjunto n.º 12171/2021, dos Gabinetes dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e da Saúde, publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 16 de dezembro de 2021, ainda se encontram em curso os respetivos trabalhos de auditoria, pelo que não é possível, nesta data, apresentar a Certificação Legal das Contas relativa ao exercício de 2021, o que sucederá logo que esta esteja disponível.

31/03/2022

O Conselho de Administração



DN: c=PT, title=Vog. Exec. do
Conselho de Administração,
o=Centro Hospitalar de Lisboa
Ocidental EPE, cn=Carlos
Manuel Mangas Catarino
Galamba de Oliveira
Dados: 2022.03.31 13:21:57
+01'00'

15 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

DECLARAÇÃO
(Justificação para ausência de Parecer do Conselho Fiscal
relativo às Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021)

O Conselho Fiscal ainda não concluiu a apreciação do conjunto dos documentos de prestação de contas do exercício de 2021, devido ao facto de ainda não lhe ter sido disponibilizada a Certificação Legal das Contas nem o Relatório Adicional dirigido ao Órgão de Fiscalização, em virtude de os respetivos trabalhos de auditoria ainda se encontrarem em curso a esta data

31/03/2022

O Conselho de Administração



DN: c=PT, title=Vog. Exec. do
Conselho de Administração,
o=Centro Hospitalar de Lisboa
Ocidental EPE, cn=Carlos
Manuel Mangas Catarino
Galamba de Oliveira
Dados: 2022.03.31 13:21:01
+01'00'